



REPÚBLICA DE CABO VERDE

Ministério das Finanças

PROPOSTA DE

ORÇAMENTO DO ESTADO

PARA 2017

RELATÓRIO

OUTUBRO 2016

Lista De Abreviaturas

ADEI	Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe de Desenvolvimento Económico Africano
BCE	Banco Central Europeu
BCV	Banco de Cabo Verde
BM	Banco Mundial
BOJ	Bank of Japan
CVE	Escudos Cabo-verdianos
DA	Direção das Alfandegas
DCI	Direção das Contribuições e Impostos
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
DGPOG	Direção Geral Planeamento, Orçamento e Gestão
DGT	Direção Geral do Tesouro
DGTR	Direção Geral Transporte Rodoviário
DIT	Direção do Serviço de Inspeção e Tributação e Cobrança
DUC	Documento Único de Cobrança
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FA	Fundo do Ambiente
FAO	Food and Agriculture Organization
FAREEV	Fundo de Apoio a Reconstrução dos Estragos da Erupção Vulcânica
FED	Federal Reserve
FEFF	Fundo Europeu de Estabilização Financeira
FICASE	Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMR	Fundo de Manutenção Rodoviária
FSA	Fundo e Serviços Autónomos
FSST	Fundo de Sustentabilidade Social para Turismo
ICE	Imposto sobre o Consumo Especial
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IHPC	Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IR	Imposto sobre Rendimento
IRPC	Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas
IRPS	Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares
IUR	Imposto Único sobre o Rendimento
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MCA	Millennium Challenge Account

MEE	Mecanismo Europeu de Estabilidade
MF	Ministério das Finanças
OF	Orçamento de Funcionamento
OFID	OPEC Fund for International Development
OI	Orçamento de Investimento
OMC	Organização Mundial do Comércio
OTNS	Obrigações do Tesouro Nova Série
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PME	Pequenas e Médias Empresas
QDMP	Quadro de Despesas a Médio Prazo
QEMP	Quadro de Endividamento a Médio Prazo
QOMP	Quadro Orçamental de Médio Prazo
TCE	Titulo de Comércio Externo
TEU	Tributo Especial Unificado
USD	United States Dollars
ZE	Zona Euro

ÍNDICE

I.	ECONOMIA CABOVERDIANA E FINANÇAS PÚBLICAS:	
	EVOLUÇÃO RECENTE	10
I.1.	Enquadramento Macroeconómico – Primeiro Semestre 2016	10
I.1.1.	Contexto Internacional.....	10
I.1.2.	Economia Cabo-verdiana.....	20
I.1.2.1.	Crescimento Económico	20
I.1.2.2.	Inflação	21
I.1.2.3.	Sector Monetário e Cambial	22
I.1.2.4.	Sector Externo	23
I.1.3.	Análise Global das Finanças Públicas - Primeiro Semestre 2016	24
I.2.	Finanças Públicas em 2016	27
I.2.1.	Análise Global - Projeção da Execução 2016.....	27
I.2.2.	Análise das Receitas	28
I.2.3.	Benefícios Fiscais concedidos (triénio 2013 a 2015).....	29
I.2.4.	Análise das Despesas	35
I.2.5.	Programa de Investimento Público e Ativos Não Financeiros.....	37
I.2.6.	Financiamento	38
I.2.7.	Dívida Pública	38
I.2.7.1.	Dívida Interna.....	40
I.2.7.2.	Dívida Externa	41
II.	PERSPETIVAS PARA 2017	42
2.1.	Enquadramento Macroeconómico	42
2.1.1.	Enquadramento Internacional	42
2.1.2.	Perspetivas Económicas Nacionais - 2016 e 2017.....	43
2.1.2.1.	Crescimento Económico	43
2.1.2.2.	Inflação	45
2.1.2.3.	Sector Monetário e Cambial	45
2.1.2.4.	Sector Externo	46
2.2.	Políticas Orçamentais para 2017.....	47
2.2.1.	Políticas Fiscal.....	48
2.2.1.1.	Políticas/Medidas Tributárias.....	49
2.2.1.2.	Políticas/Medidas Reforço Institucional.....	51
2.2.2.	Políticas e Medidas de Crescimento Económico	53
2.2.2.1.	Turismo - Pilar Central da Economia Cabo-Verdiana.....	53
2.2.2.2.	Transportes ao Serviço do Desenvolvimento	55
2.2.2.3.	Financiamento da Economia	58
2.2.2.4.	Segurança e Justiça	60
2.2.2.5.	Inclusão Social e Regional.....	61
2.2.2.5.1.	Reforço do ensino básico e alargamento da escolaridade básica obrigatória para o oitavo ano	61
2.2.2.5.2.	Promoção da Inclusão Social e Combate à Pobreza.....	62
2.2.2.5.3.	Inclusão Regional e Aprofundamento da Descentralização	63
2.2.3.	Política de Consolidação Orçamental	67
2.2.3.1.	Medidas de Consolidação das Finanças Públicas	68
2.2.3.2.	Qualidade da Despesa Pública	70
2.2.3.3.	Política e Programa de Investimento Público	72
2.2.3.4.	Política da Dívida Pública	73
2.2.4.	Política de Recursos Humanos	77

2.2.4.1.	Perspetiva Organizacional para a Modernização	78
2.2.4.1.1.	Pressupostos para a implementação	79
2.2.4.1.2.	Eixos de atuação	79
2.2.4.2.	Implementação dos PCCS até 2019	81
2.3.	Finanças Públicas em 2017	83
2.3.1.	Análise Global	83
2.3.2.	Receitas do Estado	87
2.3.2.1.	Receitas previstas para 2017	87
2.3.2.1.1.	Receitas fiscais	87
2.3.2.1.1.1.	Impostos Único sobre Rendimentos	88
2.3.2.1.1.2.	Impostos sobre Bens e Serviços	89
2.3.2.1.1.3.	Imposto sobre transações internacionais	90
2.3.2.1.2.	Outros Impostos	90
2.3.2.2.	Outras Receitas	91
2.3.2.3.	Donativos	91
2.3.2.3.1.	Donativos Diretos	91
2.3.2.3.2.	Ajuda Orçamental Donativos	92
2.3.2.3.3.	Donativos – Ajuda Alimentar	93
2.3.3.	Quadro de Despesa a Médio Prazo: 2017-2019	93
2.3.3.1.	Evolução das despesas por Pilar e Áreas Estratégicas	95
2.3.3.1.1.	Pilar Soberania	96
2.3.3.1.2.	Pilar Economia	98
2.3.3.1.3.	Pilar Social	99
2.3.4.	Despesas Totais	104
2.3.4.1.	Despesa da Administração Central do Estado	104
2.3.4.2.	Despesa de Funcionamento	104
2.3.4.3.	Ativos não Financeiros	105
2.3.4.4.	Evolução da Despesa por Classificação Económica	106
2.3.4.4.1.	Despesas Correntes	106
2.3.4.4.1.1.	Despesa com Pessoal	106
2.3.4.4.1.2.	Aquisição Bens e Serviços	108
2.3.4.4.1.3.	Juros e Outros Encargos	109
2.3.4.4.1.4.	Subsídios	109
2.3.4.4.1.5.	Transferências Correntes	109
2.3.4.4.1.6.	Benefício Sociais	110
2.3.4.4.1.7.	Outras Despesas	110
2.3.4.5.	Por Classificação Orgânica	110
2.3.4.5.1.	Ministério das Finanças	112
2.3.4.5.2.	Ministério da Educação	112
2.3.4.5.3.	Ministério da Saúde e da Segurança Social	112
2.3.4.5.4.	Ministério da Administração Interna	113
2.3.4.5.5.	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades	113
2.3.4.6.	Por Classificação Funcional	114
2.3.5.	Programa de Investimento Público 2017	116
2.3.5.1.	Financiamento do Programa de Investimento Público para 2017	117
	120	
2.3.5.2.	Análise Por Pilar	121
2.3.5.2.1.	Pilar Economia	121
2.3.5.2.2.	Pilar Soberania	122
2.3.5.2.3.	Pilar Social	123
2.3.5.3.	Análise por Ministério	124
2.3.5.3.1.	Ministério da Agricultura e Ambiente	125

2.3.5.3.2.	Ministério da Economia e Emprego	126
2.3.5.3.3.	Ministério Das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação.....	127
2.3.5.3.4.	Ministério da Educação	128
2.3.5.3.5.	Ministério das Finanças	128
2.3.5.3.6.	Ministério da Família e Inclusão Social	129
2.3.5.3.7.	Ministério da Administração Interna	130
2.3.5.3.8.	Ministério da Saúde e da Segurança Social.....	130
2.3.5.4.	Principais Projetos de Investimento	131
2.3.5.5.	Análise Por Ilha e Concelhos (valores indicativos).....	133
2.3.6.	Dívida Pública	137
2.3.6.1.	Dívida Interna.....	138
2.3.6.2.	Dívida Externa	138
2.3.6.3.	Programação / Financiamento para 2017	139
2.3.6.4.	Empréstimos de Retrocessão	141
2.3.6.5.	Avaes e Garantias	142
III.	MAPAS ORÇAMENTAIS	145

Índice de Figuras

Figura 1	Evolução do Índice de Gestores de Compras	11
Figura 2	Evolução do Índice de Preços das Matérias-primas	12
Figura 3	Evolução de Preços do Petróleo e derivados	13
Figura 4	Evolução dos Índices de Preços dos Produtos Alimentares	13
Figura 5	Indicadores Seleccionados EUA	14
Figura 6	Indicadores Seleccionados Zona Euro	15
Figura 7	Crescimento Económico Mundial e Evolução da Inflação	19
Figura 8	Evolução da taxa de crescimento do PIB Real (Preços do ano anterior)	20
Figura 9	Evolução das Taxas de Variação do IPC (em %)	21
Figura 10	Evolução dos indicadores monetários e financeiros	22
Figura 11	Principais Indicadores da Balança de Pagamentos.....	24
Figura 12	Principais Indicadores Orçamentais	25
Figura 13	Principais Indicadores Orçamentais	28
Figura 14	Benefícios Fiscais Concedidos em 2015 (em%)	29
Figura 15	Evolução dos Benefícios Fiscais no Triénio 2013 a 2015	29
Figura 16	Total Benefícios Fiscais / Total das Receitas Fiscais em 2015.....	30
Figura 17	Empresas com Benefícios Fiscais por Sector de Atividade	31
Figura 18	Benefícios Fiscais por Sector de Atividade (%)	31
Figura 19	Benefícios Fiscais por Concelho concedidos pela DCI	32
Figura 20	Evolução dos Benefícios de 2013 a 2015.....	32
Figura 21	Renúncia de Receitas Aduaneiras de 2013 a 2015	33
Figura 22	Benefícios Fiscais por Concelho, concedidos pela DA	34
Figura 23	Comportamento das Isenções por Imposto	34
Figura 24	Benefícios Fiscais por Sector de Atividade.....	35
Figura 25	Principais Indicadores da Dívida.....	40
Figura 26	Crescimento do PIB por Grupo de Países	42
Figura 27	Evolução do PIB/Ótica da Demanda	44
Figura 28	Evolução do PIB/Ótica da Oferta	45
Figura 29	Discriminação Positiva: Reforço de Transferência para os Municípios.....	64
Figura 30	Peso da arrecadação da Contribuição Turística por ilha	65
Figura 31	Montante disponível do FSST, em 2017, por ilha, para financiamento de projetos das Câmaras	65
Figura 32	Distribuição do FMR, em 2017, para financiamento de projetos	66
Figura 33	Distribuição do Fundo de Ambiente, em 2017, para financiamento de projetos	66
Figura 34	Montante disponível do FA, em 2017, por concelho, para financiamento de projetos das Câmaras.....	67
Figura 36	Evolução do Saldo Global e Corrente Primário (em % do PIB).....	83
Figura 37	Evolução das Finanças Públicas – Nova Abordagem.....	85
Figura 38	Evolução das Finanças Públicas – Antiga Abordagem.....	86
Figura 39	Evolução da Receita do Estado.....	87
Figura 40	Evolução dos principais impostos	88
Figura 40	Evolução das outras receitas	91
Figura 41	Evolução de donativos diretos por financiador	92
Figura 43	Evolução das despesas por Pilares.....	95
Figura 44	Evolução das despesas por Pilar e Áreas Estratégicas	96
Figura 45	QDMP por Natureza de Programas	102
Figura 46	Evolução das despesas por tipo de Orçamento (OF e OI)	103

Figura 47	Evolução das Despesas.....	105
Figura 48	Evolução das Despesas por Classificação Económica.....	106
Figura 51	Despesa de Funcionamento por Classificação Orgânica	111
Figura 53	Despesa de Funcionamento por Classificação Funcional	114
Figura 51	Evolução das Despesas do PIP.....	117
Figura 52	Despesas do PIP por agrupamentos económicos.....	118
Figura 53	Evolução das Despesas do PIP por Tipo de Financiamento	119
Figura 54	Evolução da Ajuda Orçamental.....	120
Figura 55	Financiamento Por Eixo e Tipo de Financiamento	121
Figura 56	Financiamento por Ministério - PIP.....	125
Figura 57	Quinze maiores Projetos do Programa de Investimentos em 2017 ...	131
Figura 58	Projetos do Reforço e Melhoria da Segurança Interna e Justiça	132
Figura 59	Programa de Emergência de Santo Antão face as Chuvas de Setembro 133	
Figura 60	Programa de Investimento Público por Ilha em 2017 – Peso.....	134
Figura 61	Projeto de Investimento Público per Capita por Ilha em 2017	135
Figura 62	Projeto de Investimento Público por Concelho em 2017	136
Figura 63	Principais Indicadores de Dívida.....	137
Figura 64	Empréstimos de Retrocessão	142
Figura 65	Stock Avals e Garantias	143
Figura 66	Avals e Garantias – valores a vencer 2016-2020.....	144

I. ECONOMIA CABOVERDIANA E FINANÇAS PÚBLICAS: EVOLUÇÃO RECENTE

I.1. Enquadramento Macroeconómico – Primeiro Semestre 2016

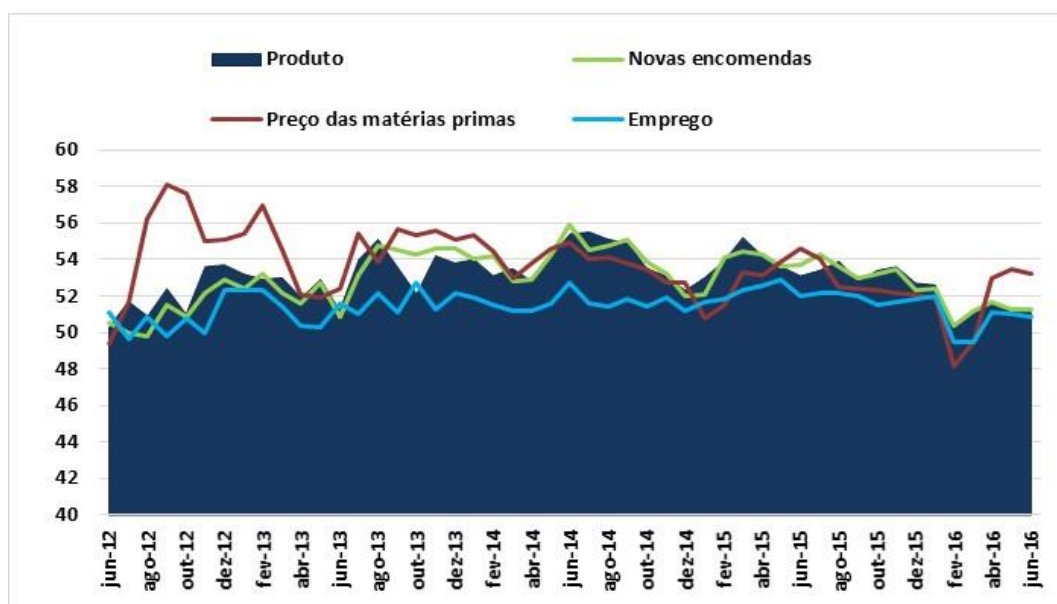
I.1.1. Contexto Internacional

1. A desaceleração do ritmo de crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento fez com que a economia mundial tivesse um desempenho moderado em 2015, comparativamente aos últimos cinco anos, tendo observado um crescimento económico em torno dos 3,1%. Neste cenário, verificam-se grandes divergências, em termos de política monetária dos principais blocos económicos, destacando: por um lado, o BCE, o BoJ e o BOC que adotaram políticas expansionistas e, por outro, o FED que adotou políticas mais restritivas, ao aumentar as taxas de juro, no final do ano de 2015.
2. Este ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa, por duas vezes, as suas perspetivas de crescimento para o PIB mundial. De acordo com a mais recente divulgação (Perspetivas Económicas Mundiais, julho de 2016), as previsões de crescimento da economia mundial são de 3,1% e 3,4%, ante as anteriores previsões de 3,2% e 3,5% para 2016 e 2017, respetivamente. De acordo com o Fundo, a revisão em baixa das previsões do crescimento económico para 2016 e 2017 deve-se ao aumento de incertezas em relação ao cenário económico e financeiro global, causado pela decisão, tomada em referendo, do abandono da União Europeia, por parte do Reino Unido (*BREXIT*¹), com repercussão sobre a volatilidade nos mercados financeiros.
3. O cenário externo, no segundo trimestre de 2016, foi complexo, devido ao risco associado aos mercados desenvolvidos, aos mercados emergentes e aos mercados em desenvolvimento. Tanto a FED como o BCE mantiveram inalteradas as suas taxas de juro diretoras, desde as últimas alterações.

¹ No dia 23 de junho o Reino Unido decidiu, em referendo, abandonar a União Europeia, gerando uma onda de incerteza na economia mundial. Os impactos esperados são negativos tanto para o Reino Unido, a própria União Europeia como para a economia global.

4. As novas perspectivas do FMI apontam para um agravamento do desempenho das economias avançadas em 0,1 p.p. e 0,2 p.p., para 2016 e 2017, respetivamente. Já para as economias emergentes e em desenvolvimento as perspectivas permanecem inalteradas.
5. De entre as economias avançadas, deve-se destacar o Reino Unido, e os EUA, onde a revisão em baixa do crescimento previsto situou-se em -0,2 p.p. para ambas as economias. Por sua vez, a Zona Euro teve uma revisão em alta em 0,1 p.p., para o ano de 2016.
6. Os países da África Subsaariana deverão crescer 1,6% e 3,3%, em 2016 e 2017, respetivamente. Valores estes, abaixo em 1,4 p.p. e 0,7 p.p., em relação às perspectivas do mês de abril, para 2016 e 2017, respetivamente.
7. No que se refere aos indicadores recentes, o Índice de Gestores de Compras (*Global Manufacturing and Services PMI² Summary*) publicado pela JP Morgan e Markit, no segundo trimestre registou-se um valor médio no produto de 51,3 contra 53,6 no período homólogo.

Figura I Evolução do Índice de Gestores de Compras

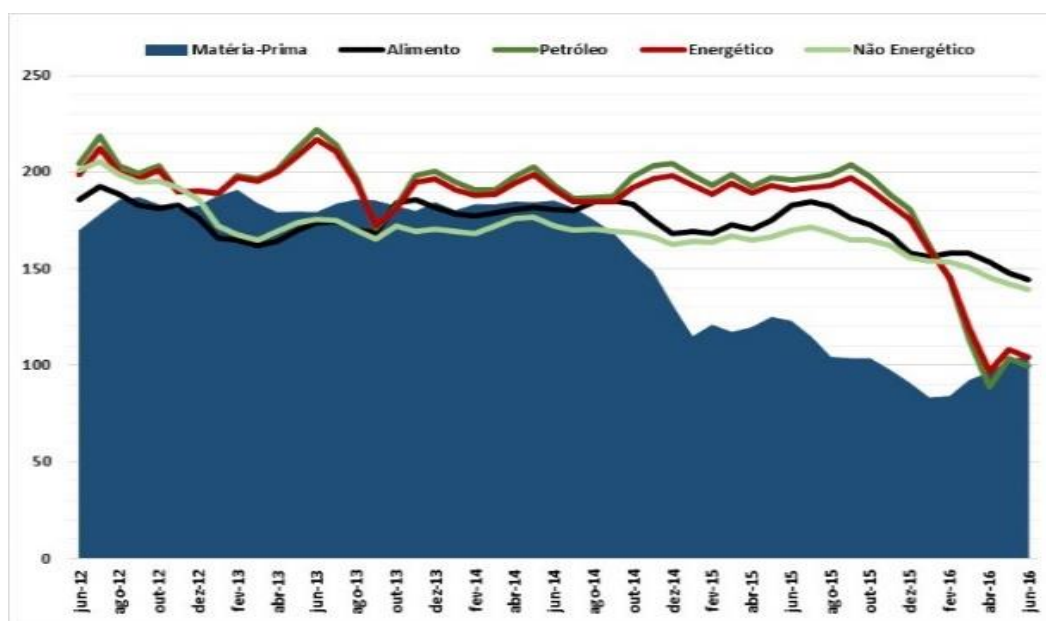


Fonte: MARKIT, junho de 2016

² Significando nenhuma alteração em relação ao mês anterior.

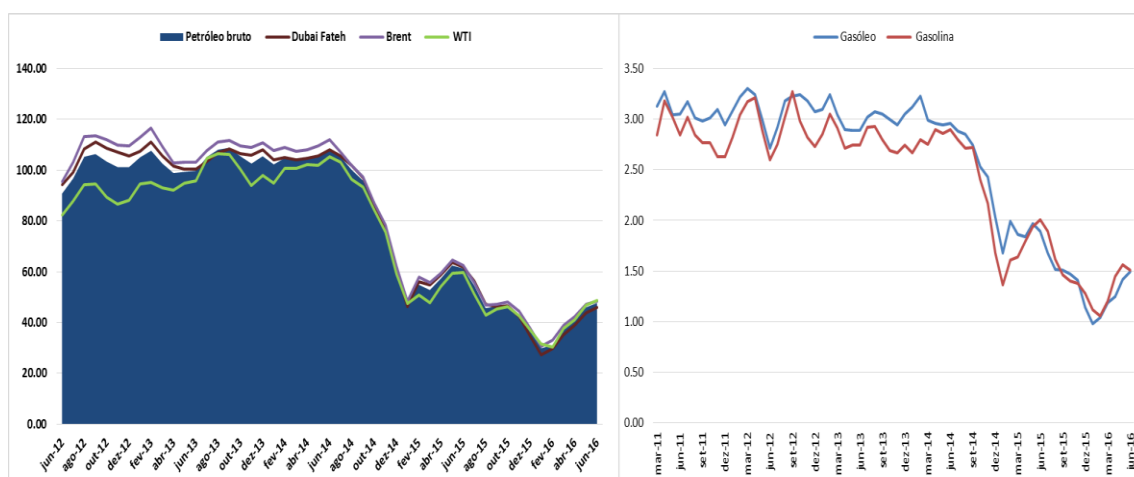
8. Quanto ao nível geral de preços, as pressões inflacionistas mundiais têm sido mais moderadas, na sequência de um pequeno reajuste nos preços das matérias-primas (porém continuam baixos). As taxas de inflação nas economias avançadas e emergentes deverão situar-se nos 0,7% e 4,6%, respetivamente, no final do ano, de acordo com as previsões do Fundo.
9. O índice de preços dos produtos energéticos (combustíveis) e não energéticos (não combustíveis), no segundo trimestre de 2016, aumentou para 28,5% e 7,1%, respetivamente, em relação ao trimestre anterior. Em termos homólogos, registou-se uma variação negativa de 26,4% e 4,7%, respetivamente.

Figura 2 Evolução do Índice de Preços das Matérias-primas



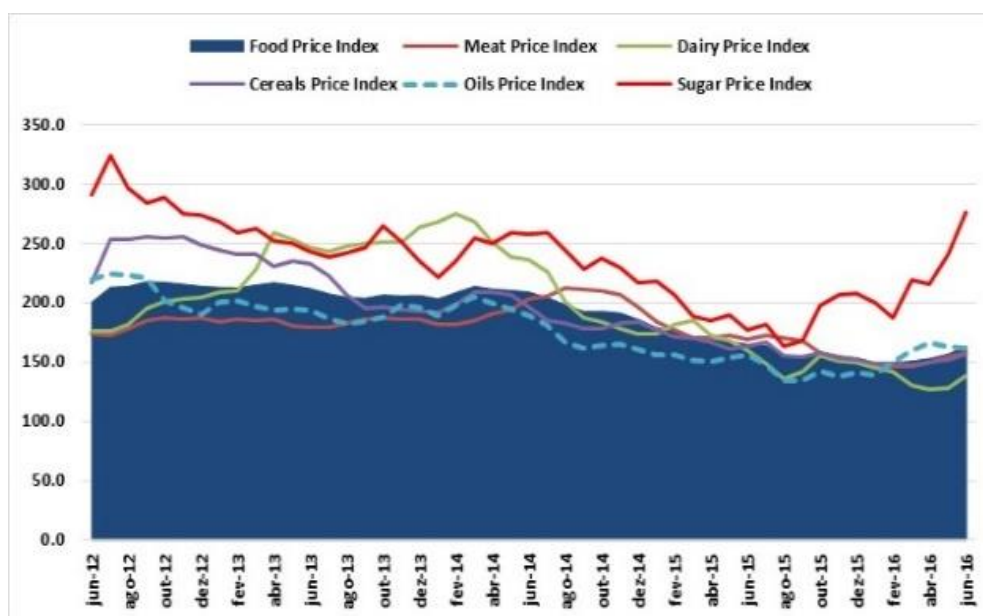
Fonte: Index Mundi

10. No que se refere aos preços dos produtos que integram as diferentes componentes do Índice Global, o preço do *brent* registou, no segundo trimestre de 2016, um aumento de 33,8% em relação ao trimestre anterior. Em termos homólogos, registou, também, um aumento de 17,5 p.p. (de -43,5% no segundo trimestre de 2015 para -26,0% no segundo trimestre de 2016).

Figura 3 Evolução de Preços do Petróleo e derivados

Fonte: Index Mundi

II. Quanto aos preços dos produtos alimentares, de acordo com o Índice de Preços da FAO, no segundo trimestre de 2016, em comparação com o trimestre anterior, a variação foi positiva em 5,1%, Já em termos da variação homóloga, verificou-se uma diminuição de preços em 5,5%.

Figura 4 Evolução dos Índices de Preços dos Produtos Alimentares

Fonte: Food and Agriculture Organization (FAO)

Estados Unidos de América (EUA)

12. De acordo com o FMI, a economia norte-americana irá crescer 2,2%, em 2016, valor este inferior em 0,2 p.p., face às previsões de abril, apresentando-se, assim, sinais de desaceleração da maior economia do mundo.
13. Quanto à situação no mercado de trabalho, a taxa de desemprego aumentou para 4,9%, no mês de junho, após ter registado uma diminuição, no mês anterior, de 4,7%, quando comparado com o mês de abril (5%). A inflação manteve-se constante, em 1,0%, nos meses de maio e junho, representando uma diminuição em 0,1 p.p., em relação ao mês de abril, em que a inflação situou-se em 1,1%. A evolução dos preços no consumidor continua a refletir a evolução dos preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares.
14. Em termos de política monetária, no dia 15 de junho, o Comité do Mercado Aberto da Reserva Federal manteve as taxas de juro diretoras inalteradas, entre 0,25% e 0,50%, pela quarta vez seguida, após a subida no passado mês de Dezembro³. A decisão do comité veio em linha com as expectativas do mercado, visto que a revisão em baixa das previsões de crescimento económico dos EUA, face ao trimestre transato, e algum abrandamento das condições no mercado de trabalho.

Figura 5 Indicadores Seleccionados EUA

Estados Unidos de América	2013	2014	2015	2016					
				jan-16	fev-16	mar-16	abr-16	mai-16	jun-16
Taxa de Desemprego (t.v. %)	7.4	6.2	5.3	4.9	4.9	5.0	5.0	4.7	4.9
Inflação Homóloga (t.v. %)	1.5	1.6	0.1	1.4	1.0	0.5	1.1	1.0	1.0
Índice de Produção Industrial (t.v.h. %)	2.6	4.0	1.3	-0.7	-1.0	-2.0	-1.1	-1.4	-0.7
Vendas no Comércio a Retalho (t.v.h. %)	4.3	3.9	2.0	3.4	3.7	1.7	3.0	2.5	2.7

Fonte: Us Bureau of Economic Analysis, Federal Reserve Bank.
t.v.h. taxa de variação homóloga; t.v. taxa de variação

Zona Euro

15. A situação económico-financeira na Zona Euro, fortemente condicionada pela confiança dos consumidores e das empresas, pelos programas de ajustamento

³ Representando a primeira elevação de taxas de juro em quase uma década.

económico e financeiro e pelo *BREXIT*, constitui um grande risco tanto para a economia europeia como para a economia mundial.

16. As perspetivas de crescimento da Zona Euro, para 2016, foram revistas em alta pelo FMI. A economia do Euro que deverá crescer 1,6% este ano, de acordo com a última previsão do Fundo. Para o próximo ano, as previsões apontam para uma desaceleração, uma vez que se espera um crescimento de 1,4%, isto é, menos 0,2 p.p. em comparação com as previsões de abril.
17. Quanto aos indicadores de conjuntura mais recentes, estes sinalizam melhorias na atividade económica. O índice de sentimento económico registou um valor médio, no segundo trimestre, de 104,3 e de 103,7 no período homólogo. Porém, a confiança no consumidor baixou 2,7 p.p., no mesmo trimestre de 2016, face ao trimestre homólogo.
18. A nível de preços, a inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), foi de -0,1%, no segundo trimestre de 2016 (0,1 p.p. abaixo do valor registado no trimestre anterior e 0,3 p.p. abaixo do período homólogo). No mercado de trabalho, a taxa de desemprego diminuiu para 10,1%, face a 10,2%, no segundo trimestre de 2016.
19. No que respeita às decisões de política monetária, nas reuniões de abril e junho, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter as suas taxas de juro diretoras inalteradas. De salientar que manteve, também, as medidas de políticas não convencionais. No dia 8 de junho, deu-se o início do programa de compra de ativos do setor empresarial (decisão do dia 10 de março 2016).

Figura 6 Indicadores Seleccionados Zona Euro

Zona Euro	2013	2014	2015	2016					
				jan-16	fev-16	mar-16	abr-16	mai-16	jun-16
Taxa de Desemprego (t.v. %)	12.1	11.6	10.9	10.4	10.3	10.2	10.2	10.1	10.1
Inflação Homóloga (t.v.%)	1.3	0.5	0.0	0.3	-0.2	0.0	-0.2	-0.1	0.1
Sentimento Económico (v.c.s.)	93.4	101.3	104.2	105.0	103.9	103.0	104.0	104.6	104.4
Confiança no Consumidor (s.r.e.)	-18.8	-9.7	-6.2	-6.3	-8.8	-9.7	-9.3	-7.0	-7.3
Confiança na Indústria (s.r.e.)	-9.4	-4.2	-3.1	-3.1	-4.1	-4.1	-3.6	-3.7	-2.8

Fonte: EUROSTAT e Banco de Portugal.

t.v.h. taxa de variação homóloga

t.v. taxa de variação

sr.e. saldo das respostas extremas

Japão

20. A economia Japonesa cresceu 0,1%, no segundo trimestre de 2016, ante 0,7%, representando assim, uma diminuição em 0,6 p.p., no segundo trimestre. A contração do produto deriva, principalmente, da fraca demanda global, associada ao baixo preço do petróleo, a nível internacional e apreciação do iene, que tem pressionado, para baixo, os custos de importação.
21. O FMI reviu, em baixa, as suas previsões para 2016 e, em alta, para 2017. Neste sentido, prevê que o produto cresça 0,3% e 0,1% em 2016 e 2017, respetivamente (abaixo em 0,2 p.p., em 2016 e acima em 0,2 p.p., em 2017, face às previsões de abril).
22. No segundo trimestre de 2016, a inflação foi de -0,4%, ante 0,1%, representando assim, uma diminuição em 0,5 p.p. De realçar que, com este resultado, o objetivo de alcançar a meta de inflação de 2% torna-se cada vez mais difícil para o Banco Central. A nível do mercado laboral, a taxa do desemprego, no final de junho, não variou em relação ao mês transato, fixando-se nos 3,2%.
23. Do lado monetário, salienta-se que, no dia 29 de julho de 2016, o BoJ resolveu deixar intacta a sua política monetária, com o objetivo de estabilizar os preços em 2%, e relançar a atividade económica. Neste sentido, manteve a promessa de elevar a base monetária, a um ritmo anual de 80 triliões de ienes ou 690 bilhões de euros, e, também, manteve, em -0,1%, a taxa de juros que aplica a algumas reservas excedentárias que as instituições financeiras deixam nos bancos. A decisão foi baseada no atual cenário macroeconómico internacional, visto que as incertezas internacionais aumentaram devido ao *BREXIT*, a volatilidade no mercado financeiro continua e o ritmo de crescimento das economias emergentes não tem sido favorável.
24. Entretanto, o BoJ continua com uma visão otimista da economia japonesa, mesmo com a fraca demanda e a queda dos preços das ações que, por sua vez, vem ameaçando a confiança dos empresários/ investidores.

Países Emergentes e em Desenvolvimento da Ásia

25. O ritmo de crescimento das principais economias emergentes e avançadas da Ásia tem vindo a desacelerar, devido a uma conjuntura externa globalmente desfavorável, que tem impacto negativo nos estímulos à economia. Com a diminuição da procura dos países da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos da América (EUA), economias como a China, fortemente dependentes do nível de exportações e de estímulos internos ao crescimento, enfrentam grandes obstáculos⁴, fazendo com que os economistas revejam as suas previsões para baixo.
26. O FMI manteve as suas previsões de crescimento económico para este grupo de países. Assim sendo, o produto deverá crescer em média 6,4% em 2016 e 6,3% em 2017.
27. Analisando a performance das diferentes economias que compõem este bloco económico, constata-se que, na China, o ritmo de crescimento continua a abrandar. O PIB real cresceu 6,7%, no segundo trimestre de 2016, resultado igual ao registado no primeiro trimestre e abaixo em 0,3 p.p., em relação ao trimestre homólogo. Estes valores continuam a apontar para o arrefecimento da segunda maior economia do mundo que, desde o terceiro trimestre de 2015, tem apresentado um crescimento trimestral do PIB abaixo de 7%.
28. No que tange à taxa de inflação, de realçar que, no segundo trimestre de 2016, a inflação situou-se nos 2,1%, valor igual ao registado no trimestre anterior e superior em 0,7 p.p. ao trimestre homólogo. O desemprego médio situou-se nos 4,1% ante 4,0%.

América Latina e Caraíbas

29. A fraca performance da economia mundial tem afetado a atividade económica nos países da América Latina e Caraíbas, em particular no que se refere ao comércio externo.

⁴ Os países da União Europeia representam cerca de 20% das exportações chinesas.

30. As previsões avançadas pelo FMI indicam que a economia irá retrair 0,4%, em 2016, relativamente ao ano transato. O Fundo reviu, em baixa, as suas previsões de crescimento económico para este grupo de países, em 0,1 p.p. para 2016, quando comparadas com as previsões de abril, devido à fraca procura externa e à queda dos preços das matérias-primas e, também, pelos eventuais impactos que o *BREXIT* poderá causar.
31. No que se refere aos parceiros de Cabo Verde, na região, de acordo com o relatório divulgado pelo FMI, o Brasil irá recuar 3,3%, em 2016 e terá um crescimento de 0,5%, em 2017 (melhoria em 0,5 p.p. tanto para 2016, como para 2017, em relação às perspetivas de abril), justificado essencialmente pela deterioração menos acentuada das condições políticas sobre a economia brasileira. Segundo o FMI, essa projeção reflete um ajuste nos preços administrados e a depreciação da taxa de câmbio, com o Real desvalorizado perante o Dólar, pela incorporação do *BREXIT* nas novas estimativas.
32. Quanto ao nível de preços e às condições da mão-de-obra, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a inflação situou-se nos 9,1%, no segundo trimestre, e a taxa de desemprego foi de 11,2%, em junho de 2016.

África Subsaariana

33. O desempenho económico dos países que compõem a região da África Subsaariana tem sido afetado pelos baixos preços das *commodities*, e o abrandamento da procura global e os problemas estruturais internos.
34. Na atualização das perspetivas económicas mundiais, o Fundo, considera que a economia da região da África Subsaariana deverá crescer 1,6%, em 2016 e 3,3%, em 2017. Apesar da revisão em baixa (de 1,4 p.p. para 2016 e 0,7 p.p. para 2017, em relação às previsões de abril), o crescimento continua num ritmo moderado para alguns países.

Figura 7 Crescimento Económico Mundial e Evolução da Inflação

	2014	2015	2016	2017
			Projeção	
Variações em percentagem				
PIB REAL				
Economia Mundial	3.4	3.1	3.1	3.4
Economias Avançadas	1.9	1.9	1.8	1.8
EUA	2.4	2.4	2.2	2.5
Zona Euro	0.9	1.7	1.6	1.4
Japão	0.0	0.5	0.3	0.1
Outras Economias Avançadas	2.8	2.0	2.0	2.3
Economias Emerg. e em Desenvolvimento	4.6	4.0	4.1	4.6
China	7.3	6.9	6.6	6.2
Índia	7.2	7.6	7.4	7.4
Brasil	0.1	-3.8	-3.3	0.5
África Sub-Sahariana	5.1	3.3	1.6	3.3
Índice de Preços no Consumidor (IPC)				
Economias Avançadas	1.4	0.3	0.7	1.6
Economias Emerg. e em Desenvolvimento	4.7	4.7	4.6	4.4

Fonte: Perspetivas Económicas Mundiais - FMI (WEO abril, de 2016)

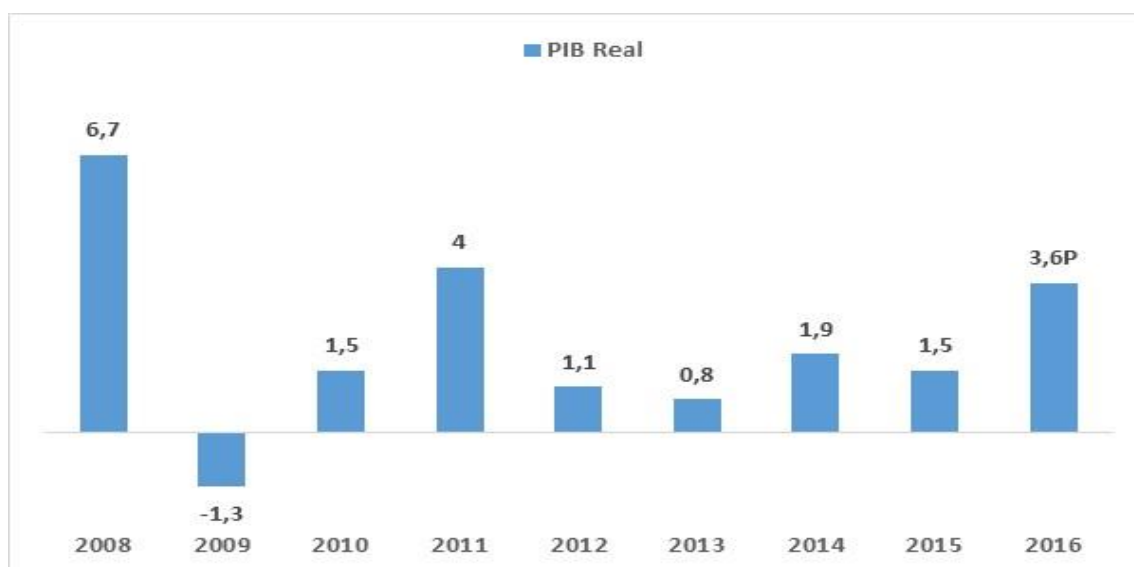
35. Em suma, a recuperação da economia dos EUA é modesta, a economia europeia passa por uma fase de consolidação com o BREXIT, a economia japonesa está num ritmo lento, a economia chinesa está a desacelerar e as economias emergentes têm estado a apresentar algum sinal de abrandamento. As incertezas económicas/políticas do referendo do Reino Unido (BREXIT) fez com que os principais bancos centrais (FED, BCE, BoJ, BOC) dos principais blocos económicos mantivessem as suas políticas monetárias inalteradas, no segundo trimestre de 2016. Na segunda quinzena de junho, deste ano, as *yields* das Obrigações do Tesouro da Alemanha, Suíça, Reino Unido, Japão e EUA desceram para o mínimo histórico, precisamente a uma semana da realização do referendo no Reino Unido. Portanto, o segundo trimestre deste ano foi marcado por uma conjuntura internacional de incertezas, crescimento tímido das principais economias e pela volatilidade nos mercados financeiros.

1.1.2. Economia Cabo-verdiana

1.1.2.1. Crescimento Económico

36. A conjuntura externa, globalmente adversa, tem determinado o comportamento da economia nacional. No que diz respeito ao crescimento para os próximos anos, o país continua a depender da evolução da economia mundial, principalmente das economias pertencentes à Zona Euro.
37. As estimativas até então divulgadas indicam uma aceleração no ritmo de crescimento da economia cabo-verdiana no primeiro semestre de 2016, em relação ao mesmo período do ano anterior. De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o crescimento da atividade económica passou de 0,9% no primeiro semestre de 2015, para 4,7% em igual período de 2016. Esta evolução deve-se, sobretudo, à performance registada nas atividades relacionadas com alojamento e restauração (+15,2%), eletricidade e água (+10,7%), agricultura (+9,9%), administração pública (+7,6%) e impostos líquidos de subsídios (+5,6%). Somente no segundo trimestre, o produto apresenta um crescimento em termos homólogos de 3,5%, em volume (ante 0,01% em igual período de 2015). Conforme avançado no Orçamento de Estado para 2016, a economia nacional deverá crescer entre 3,5% e 4,5% no final deste ano.

Figura 8 Evolução da taxa de crescimento do PIB Real (Preços do ano anterior)



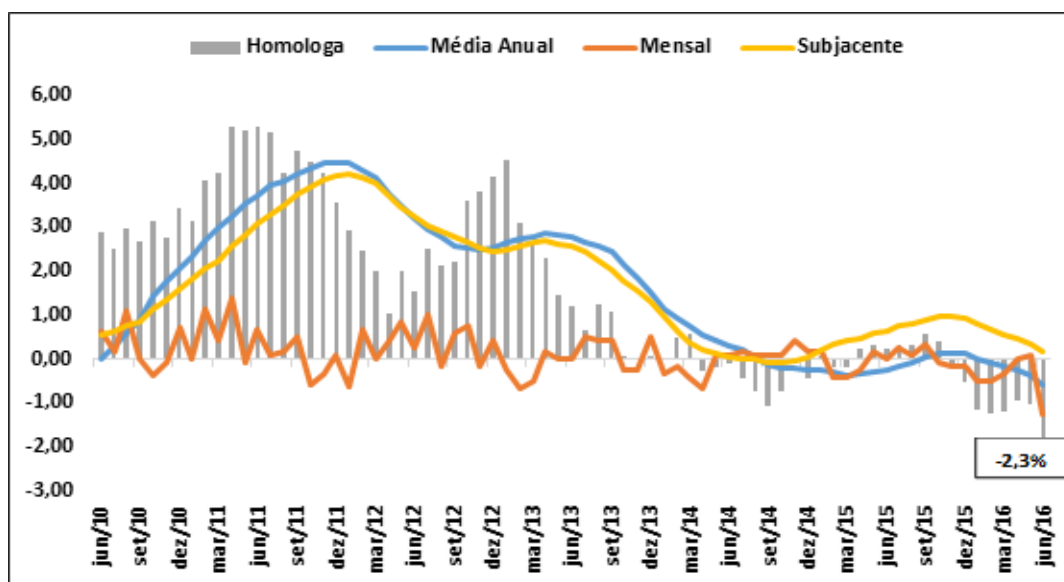
Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas (setembro de 2016)

Nota: P – Projeções do Ministério de Finanças.

1.1.2.2. Inflação

38. A taxa de inflação média anual foi de -0,6%, em junho de 2016, ficando em 0,2 p.p. abaixo do valor registado no mês anterior. A evolução no nível geral dos preços internos tem estado a refletir o impacto de fatores sazonais internos (produção agrícola) e as variações dos preços internacionais das matérias-primas, fator que tem levado as autoridades nacionais ao ajustamento das tarifas de eletricidade, água e transportes públicos, produtos de importante relevância no Índice de Preços no Consumidor (IPC).
39. A inflação homóloga, por sua vez, evoluiu para -2,3%, em junho de 2016 (ante 0,3% no mesmo período de 2015). Esta diminuição de preços, em termos homólogos, reflete a variação de preços nas classes Rendas de habitação, água, eletricidade, produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, gás e outros combustíveis (C04 (-11,1%)), Vestuário e calçado (C03 (-2,8%)) e Ensino (C10 (-0,5%)). Entretanto, registou-se uma variação positiva nas classes, Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação (C05 (+2,4%)), Bens e serviços diversos (C12 (+3,1%)), Hotéis, restaurantes, cafés e similares (C11 (+3,8%)), Lazer, recreação e cultura (C09 (+2,0%)), Bebidas alcoólicas e tabaco (C02 (+0,2%)) e Saúde (C08 (+2,3%)).

Figura 9 Evolução das Taxas de Variação do IPC (em %)



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

1.1.2.3. Sector Monetário e Cambial

40. As informações relativas ao sector monetário e financeiro, em junho de 2016, indicam que a massa monetária, de acordo com os dados provisórios do Banco de Cabo Verde (BCV), cresceu 10,0%, em relação ao período homólogo, essencialmente devido a evolução dos ativos externos líquidos (+18,8% em termos homólogos). Os ativos internos líquidos registaram um aumento de 6,1%, em termos homólogos. O crédito interno líquido, com um aumento de 1,1%, em termos homólogos, foi o principal propulsor desta evolução.
41. A variação do crédito interno, em junho de 2016, é explicada, sobretudo, pela evolução do crédito à economia (+3,7% em termos homólogos). A análise desta componente revela alguma melhoria na dinâmica do crédito ao sector privado que aumentou 2,9%, vindo de uma queda de -2,5%, em junho de 2015.
42. Quanto à outra componente do crédito interno (crédito líquido ao sector público administrativo), constata-se uma desaceleração no seu ritmo de crescimento, passando de 2,1%, em junho de 2015, para -6,5%, no mesmo período de 2016. Cumpre, aqui, destacar que o crédito ao Governo Central diminuiu em 8,6% (menos 14,8 p.p. em relação a junho de 2015), refletindo a diminuição da necessidade financeira do Estado.

Figura 10 Evolução dos indicadores monetários e financeiros

(em milhões de CVE)

Valores em CVE 10^6	jun/15	dez/16	jun/16	T.V.H	
	Definitivos			Jun-16/Jun-15	Jun-16/Dez-15
ACTIVO EXTERNO LIQUIDO	44.933,3	49.949,5	53.385,4	18,8%	6,9%
dq: Banco de Cabo Verde	45.336,8	50.018,1	50.851,4	12,2%	1,7%
Reservas Internacionais (líquido)	45.305,7	49.998,0	50.831,3	12,2%	1,7%
Bancos Comerciais	-403,5	-68,6	2.534,0	-728,1%	-3793,6%
ACTIVO INTERNO LÍQUIDO	102.624,7	104.636,9	108.927,4	6,1%	4,1%
Crédito Interno Líquido	124.658,5	126.413,0	126.059,7	1,1%	-0,3%
Crédito líquido ao Sector Público Administrativo	31.161,7	29.494,2	29.134,6	-6,5%	-1,2%
Crédito ao Governo Central	28.652,2	26.703,8	26.184,0	-8,6%	-1,9%
Crédito aos Governos Locais	3.476,7	3.601,4	3.689,5	6,1%	2,4%
Depósitos (inclui Governos Locais, INPS, IDA)	12.686,0	12.446,5	11.887,9	-6,3%	-4,5%
Crédito á Economia	93.496,8	96.918,8	96.925,1	3,7%	0,0%
Crédito ao Sector Privado	91.262,3	93.766,2	93.879,0	2,9%	0,1%
OUTROS ACTIVOS LÍQUIDOS	-22.033,7	-21.776,1	-17.132,4	-22,2%	-21,3%
MASSA MONETÁRIA	147.558,1	154.586,4	162.312,7	10,0%	5,0%

Fonte: Banco de Cabo Verde

1.1.2.4. Sector Externo

43. As contas externas nacionais continuam a registar melhorias, no segundo trimestre de 2016. Os valores provisórios indicam que a conta corrente registou um excedente de 1.173,48 milhões de escudos.
44. As exportações de bens aumentaram 0,8%, face ao período homólogo de 2015, enquanto as exportações de serviços cresceram 17,3%. A análise das exportações de serviços indica aumento em todas as categorias, com destaque para as exportações dos serviços empresariais, que ultrapassam, em mais de quatro vezes (412,6%), o valor alcançado em igual período de 2015 (683,72 milhões de escudos). Quanto às receitas relacionadas com as exportações de serviços de turismo, estas aumentaram em 6,74%. Entretanto, as importações de bens diminuíram em 5,3% e as importações de serviço aumentaram em 5,92%.
45. Relativamente às outras componentes da Balança de Pagamentos, destaca-se o aumento das transferências correntes privadas em 21,9% e do investimento direto estrangeiro em ações e outras (+43,4%), bem como o sector imobiliário que atingiu o valor mais alto dos últimos três anos.

Figura I I Principais Indicadores da Balança de Pagamentos

(em milhões de CVE)

Valores em milhões de escudos	2014	2015		2016			
		1º Sem-15	Est.do Ano	1º Tri-16	2º Tri-16	1º Sem-16	T.v.hom. %
I. Conta Corrente	-14,025.9	-5,412.3	-6,857.0	1,404.4	-230.9	1,173.5	-121.7
Balança Comercial	-51,284.3	-25,857.6	-48,876.7	-11,412.4	-12,572.0	-23,984.4	-7.2
Exportações	22,144.3	8,029.4	16,023.7	4,306.2	3,786.3	8,092.6	0.8
Importações	-73,428.6	-33,887.1	-64,900.4	-15,718.6	-16,358.4	-32,077.0	-5.3
Balança de Serviços	22,911.4	11,189.8	22,085.8	7,629.9	7,057.9	14,687.8	31.3
Exportações	52,141.6	25,016.6	50,940.4	14,233.5	15,099.5	29,332.9	17.3
Transportes	9,526.4	4,774.1	9,478.2	2,746.8	2,607.7	5,354.5	12.2
Viagens	33,635.3	16,903.5	34,927.4	9,684.3	8,387.5	18,071.8	6.9
Turismo	32,121.5	16,116.2	33,182.4	9,197.2	8,005.1	17,202.3	6.7
Outros serviços empresárias	1,684.7	683.7	1,455.1	1,000.7	2,564.2	3,564.9	421.4
Importações	-29,230.2	-13,826.8	-28,854.6	-6,603.6	-8,041.5	-14,645.1	5.9
Balança de rendimentos (líq.)	-7,692.4	-3,291.0	-5,731.5	-2,227.0	-1,527.2	-3,754.2	14.1
Balança das Transferências Correntes	22,039.4	12,546.4	25,665.5	7,413.8	6,810.5	14,224.3	13.4
Público	4,664.1	2,995.5	5,823.2	1,153.6	1,432.0	2,585.7	-13.7
Privadas	17,375.3	9,550.9	19,842.2	6,260.2	5,378.4	11,638.6	21.9
Remessas	15,485.2	8,659.7	18,593.3	4,488.3	3,603.0	8,091.3	-6.6
Outras transferências	1,890.1	891.2	1,248.9	1,771.9	1,775.5	3,547.4	298.0
II. Conta de Capital e Operações Financeiras	11,506.6	6,705.4	7,545.7	-929.8	164.1	-765.7	-111.4
Balança de Capital	658.8	1,219.1	1,883.8	133.4	320.7	454.1	-62.8
Transferências de capital	658.8	1,219.1	1,883.8	133.4	320.7	454.1	-62.8
Balanças das Op.Financeiras	10,847.8	5,486.3	5,661.9	-1,063.2	-156.6	-1,219.7	-122.2
Investimentos directos	10,519.2	5,499.7	9,113.7	2,026.1	2,959.0	4,985.1	-9.4
dq:Acções e outras Participações	6,099.6	1,567.6	2,453.2	1,168.2	1,079.0	2,247.2	43.4
Investimento dos emigrantes	3,933.1	2,093.8	4,718.5	621.3	638.0	1,259.2	-39.9
Investimento imobiliário	538.5	180.0	249.3	98.6	1,034.7	1,133.4	529.7
Activos de reserva	-7,844.9	1,162.1	-3,523.6	28.0	-1,081.9	-1,053.9	-190.7
Erros e Omissões	2,519.3	-1,293.0	-688.7	-474.6	66.8	-407.8	-68.5

Fonte: Banco de Cabo Verde

I.1.3. Análise Global das Finanças Públicas - Primeiro Semestre 2016

46. A execução orçamental provisória, relativa ao primeiro semestre de 2016, aponta para um saldo global negativo de 3.094,6 milhões de CVE, o que representa um défice de 1,8% do PIB projetado.
47. Esta evolução da execução orçamental, à semelhança do trimestre transato, resulta do abrandamento da execução do Programa de Investimento Público e do aumento das receitas totais.

Figura 12 Principais Indicadores Orçamentais

(em milhões de CVE)

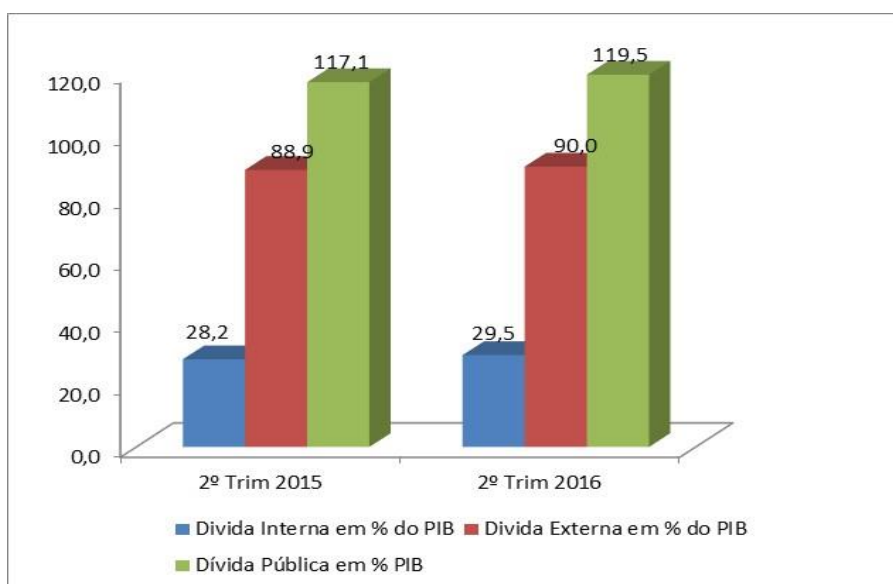
Principais Indicadores Orçamentais	2015 2º trim	2016 2º trim	Var. Homologa	Em % do PIB
1. RECEITAS TOTAIS	19 262	19 527	1,4	11,3
1.1 - Receitas Correntes	18 181	18 498	1,7	10,7
Impostos	14 818	15 567	5,1	9,0
Segurança Social	24	26	8,4	0,0
Transferências(correntes)	61	61	0,8	0,0
Outras Receitas	3 278	2 844	-13,2	1,7
1.2 - Receitas de Capital	1 081	1 029	-4,8	0,6
2. DESPESAS TOTAIS (Fun+Inv)	19 212	20 660	7,5	12,0
2.1-Despesas Correntes FUN	16 695	18 270	9,4	10,6
das quais: Juros da dívida interna	1 053	1 084	2,9	0,6
Juros da dívida externa	1 141	1 193	4,6	0,7
2.2-Despesas Correntes INV	2 517	2 390	-5,0	1,4
3. Resultado Operacional Bruto	50	-1 133	-2363,0	-0,7
4. Activos não Financeiros	2 894	1 962	-32,2	1,1
Compra de activos não financeiros	2 915	1 985	-31,9	1,2
dq: programa de Funcionamento	100	90	-9,3	0,1
dq: programa de investimento	2 815	1 895	-32,7	0,0
Venda activos não financeiros	21	23	0,0	0,0
5. SALDO GLOBAL (base caixa; 1 - 2 - 4)	-2 844	-3 095	-	-
Saldo global (em percentagem do PIB)	-1,7	-1,8	-	-
Saldo global excluindo transferências(donativos)	-3 986	-4 189	-	-
Saldo Corrente (1.1-2)	-1 031	-2 165	-	-
Saldo Corrente Primario	1 163	112	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,7	0,1	-	-
Saldo Corrente (em percentagem do PIB)	-0,6	-1,3	-	-
Saldo global Primário (1-2+juros)	-650	-821	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-0,4	-0,5	-	-
6. FINANCIAMENTO	2 910	2 685	-	-
6.1 Activos Financeiros	-1 723	-1 231	-	-
Empréstimos Concedidos Mi Amortizações	134	193	-	-
Empréstimos Concedidos Mi Concedidos	-1 668	-482	-	-
Acções E Outras Participações Mi - Aquisições	-183	-958	-	-
Acções E Outras Participações Mi - Alienação			-	-
Outros Activos Financeiros Mi - Alienações	27	16	-	-
Acções E Outras Participações Me - Aquisições	-32	0	-	-
6.2 Passivos Financeiros	4 633	3 916	-	-
Interno líquido	2 123	3 807	-	-
Sistema bancário	1 714	5 646	-	-
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições			-	-
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações			-	-
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing		0	-	-
Outras transações	0	0	-	-
Outros Passivos Financeiros Pmi - Aquisições	0	0	-	-
Outras Operações Tesouro	415	-878	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BC	269	130	-	-
Pagamento de 2014 compensado em 2015	-1 505	-2 000	-	-
Sistema não bancário	1 230	910	-	-
Receitas de privatizações			-	-
Externo líquido	2 510	109	-	-
Desembolsos	3 875	1 491	-	-
Amortizações programadas	-1 365	-1 382	-	-
7. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO / DISCREPÂNCIA (5 + 6)	67	-409	-	-
DÍVIDA PÚBLICA (em % do PIB)	117,1	119,5		
Dívida Pública	190 701	205 564,9		
Interna	45 873	50 751,5		
Externa	144 828	154 813,4		

Fonte: Ministério das Finanças

48. A receita total (incluindo a ajuda alimentar e donativos) aumentou 1,4%, justificado, essencialmente, pelo acréscimo dos impostos em 5,1%, comparativamente ao período homólogo.

49. O desempenho das receitas fiscais deveu-se, sobretudo, ao aumento registado no IRPS, em 25,1%, no período em análise, estando o rácio impostos/PIB fixado em 9,0%, abaixo em 0,1 p.p., relativamente ao período homólogo.
50. Quanto às despesas (correntes de funcionamento e de investimento), verificou-se um agravamento de 7,5%, face a junho do ano transato. Quando analisada, em termos do PIB, a despesa atingiu 12,0% (+0,2% que no mesmo período de 2015).
51. De acordo com os dados provisórios, até junho de 2016, os ativos não financeiros registaram uma variação homóloga negativa de 32,2%, atingindo 1.962,0 milhões de CVE, o que representa cerca de 14,9% do valor orçamentado para 2015 e cerca de 1,1% do PIB.
52. Face a estes desenvolvimentos, o *stock* da dívida pública, excluindo os TCMF (Títulos Consolidados de Mobilização Financeira), em termos acumulados, atingiu 205.564,9 milhões de CVE, sendo a dívida interna de 50.751,5 milhões de CVE (29,5% do PIB) e a dívida externa de 154.813,4 milhões de CVE (90,0% do PIB).

Figura I4 Principais Indicadores da Dívida



Fonte: Ministério das Finanças

1.2. Finanças Públicas em 2016

1.2.1. Análise Global - Projeção da Execução 2016

53. O Orçamento do Estado para o exercício de 2016 foi publicado, em agosto do ano em curso, tendo por lei, até a aprovação do orçamento, sido aplicado o último orçamento aprovado. Neste sentido, o exercício orçamental teve de garantir o respaldo orçamental de vários compromissos assumidos pelo Estado entre finais de 2015 e o primeiro trimestre de 2016.
54. Em consequência, o Decreto-Lei de execução orçamental, contemplou algumas medidas de contenção das despesas, nomeadamente:
- Cativação de 20% do total das verbas orçamentadas nos agrupamentos económicos, remunerações variáveis, aquisição de bens e serviços e ativos não financeiros;
 - Cativação até 10% do orçamento de investimento, bem como 10% das receitas consignadas para fundos e suas aplicações.
55. Na decorrência destas medidas e da execução orçamental provisória até junho de 2016, o défice orçamental, previsto para o final deste ano, situa-se em torno dos 3,3% do PIB programado. Quanto ao saldo corrente primário, este, está previsto em 1,0% do PIB para 2016, ante 1,0% do PIB no ano anterior. Estes resultados decorrem da reprogramação das receitas e despesas públicas orçamentadas para 2016.
56. O rácio da dívida pública/PIB poderá atingir 123,7%, em 2016, 6,4 p.p. acima do valor provisório registado em 2015. Em termos absolutos, prevê-se um crescimento de 12.824,5 milhões de CVE em relação a 2015. Para este crescimento, a dívida externa contribui em cerca de 62,2%.

Figura 13 Principais Indicadores Orçamentais

(em milhões de CVE)

Valores em milhões de CVE	2014		2015 Prov		2016 Proj	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
Receita total	35.327,4	22,6	41.826,5	25,7	46.300,7	26,9
Receitas Correntes	32.768,0	21,0	38.482,4	23,6	42.414,1	24,6
Impostos	27.060,6	17,3	30.252,5	18,6	33.733,0	19,6
Despesa Total	37.542,4	24,0	41.039,8	25,2	44.885,7	26,1
dq: Juros da dívida	3.444,0	2,2	4.134,2	2,5	4.261,0	2,5
Resultado Operacional Bruto	-2.215,1	-1,4	786,7	0,5	1.414,9	0,8
Activos não Financeiros	9.540,8	6,1	6.844,2	4,2	7.034,8	4,1
Compra de activos não financeiros	9.850,4	6,3	7.128,1	4,4	7.114,7	4,1
dq: programa de investimento	9.690,6	6,2	6.971,0	4,3	6.934,1	4,0
Venda activos não financeiros	309,6	0,2	283,8	0,2	79,9	0,0
Saldo Global	-11.755,8	-7,5	-6.057,5	-3,7	-5.619,9	-3,3
Saldo Corrente	-4.774,4	-3,1	-2.557,4	-1,6	-2.471,6	-1,4
Saldo Global Primário	-8.311,8	-5,3	-1.923,3	-1,2	-1.358,9	-0,8
Saldo Corrente Primário	-1.330,4	-0,9	1.576,8	1,0	1.789,4	1,0
Dívida Pública	179.041,7	114,5	197.372,5	121,2	212.901,6	123,7

Fonte: Ministério das Finanças⁵

1.2.2. Análise das Receitas

57. As receitas totais, excluindo a venda de ativos não financeiros, estimadas para 2016, deverão atingir 26,9% do PIB, uma variação positiva de 1,2 p.p. do PIB face a 2015, devido ao aumento de rácio imposto/PIB em cerca de 1,0 p.p., com destaque para os impostos sobre o rendimento, sobre transações internacionais e sobre o valor acrescentado, face ao período homólogo.

58. Os Impostos deverão registar um aumento de 1,0 p.p. do PIB, face ao ano transato, como resultado do aumento em todas as categorias. Por categoria, de acordo com projeções para 2016, prevê-se que os impostos sobre o rendimento, impostos sobre transações internacionais e sobre o valor acrescentado, venham a dar maior contributo para o crescimento da receita fiscal, face ao ano anterior, com um aumento de 11,7%, 17,6% e 8,2%, respetivamente.

59. Nesta sequência, estima-se que a receita total deverá situar-se em torno de 46.300,7 milhões CVE, no final do ano 2016, representando um acréscimo de 4.474,2 milhões

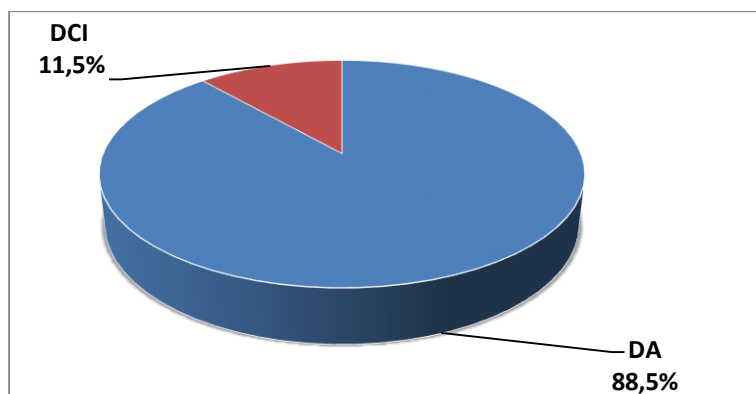
⁵ O Montante da dívida é relativo as contas provisórias do quarto trimestre de 2015, pese embora atualmente em processo do fecho da Conta Geral do Estado de 2015 o montante é ligeiramente atualizado.

de CVE, essencialmente devido à evolução positiva dos impostos em 3.480,6 milhões de CVE.

1.2.3. Benefícios Fiscais concedidos (triénio 2013 a 2015)

60. No ano 2015, o montante de benefícios fiscais concedidos pelo Estado, ascendeu os 3.781,3 milhões de escudos, dos quais 88,5% foram concedidos pela Direção das Alfândegas (DA) e 11,5% pela Direção das Contribuições e Impostos (DCI).

Figura 14 Benefícios Fiscais Concedidos em 2015 (em%)



Fonte: DNRE – MF

61. No ano em referência, o montante global dos benefícios fiscais concedidos corresponde a 12,5% das receitas fiscais cobradas e 2,3% do PIB. Em termos absolutos, registou-se um decréscimo de 767,9 milhões de escudos, em relação ao ano de 2014.

Figura 15 Evolução dos Benefícios Fiscais no Triénio 2013 a 2015

(em milhões de CVE)

Designação	Em milhões de escudos			Taxa de Crescimento	
	2013	2014	2015	2014	2015
DA	2.661,3	4.321,4	3.347,8	62,4%	-22,5%
DCI	589,2	227,8	433,5	-61,3%	90,3%
Total	3.250,5	4.549,2	3.781,3	40,0%	-16,9%

Fonte: DNRE – MF

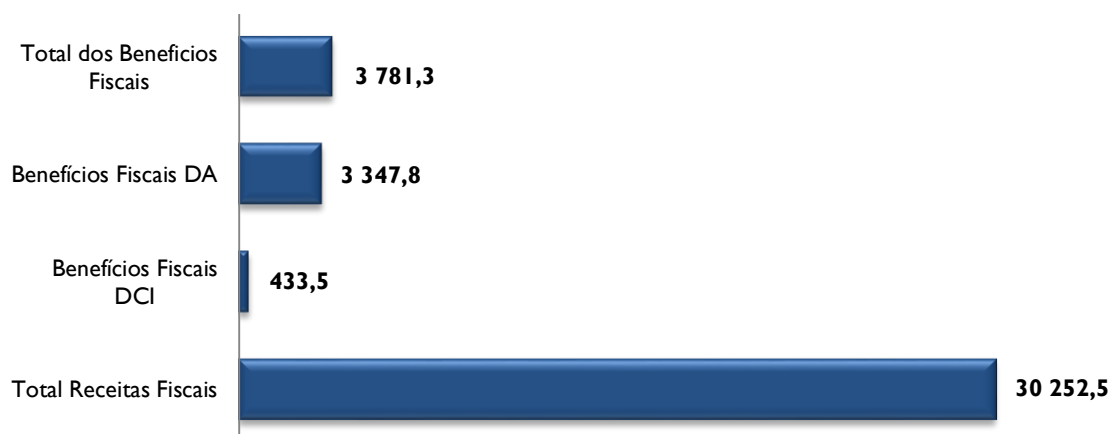
62. No ano de 2015, o número de empresas com direito a benefícios fiscais, em sede do IRPC, ascendeu a 83 empresas.
63. O montante dos benefícios fiscais, auferidos por essas empresas, ascendeu ao montante de 433,5 milhões de escudos, (+205,7 milhões de escudos do que em

2014) equivalendo, respetivamente, a 17,5% e a 2,8% do IRPC arrecadado em 2015 e da totalidade das receitas fiscais arrecadadas pela DCI, nesse mesmo período.

64. Este acréscimo pode ser justificado, por um lado, pela diminuição do número de empresas beneficiárias de incentivos fiscais, com resultado contabilístico/fiscal negativo, e por outro, pelo incremento do resultado de outras empresas beneficiárias, verificado, essencialmente, nos sectores financeiro e do turismo.
65. Destaca-se o sector financeiro, como aquele que registou um aumento exponencial, comparativamente ao ano de 2014, em cerca de 177,6 milhões de escudos.

Figura 16 Total Benefícios Fiscais / Total das Receitas Fiscais em 2015

(em milhões de CVE)



Fonte: DNRE – MF

66. Das 83 empresas, beneficiárias de incentivos fiscais em sede do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC), 33,7% apresentaram resultados positivos, 24,1% resultados negativos, 3,6% resultados nulos e 38,6% não fizeram a entrega da sua contabilidade à Administração Fiscal, conforme dispõe o artigo 101º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pela Lei n.º 82/VIII/2015, de 8 de janeiro.
67. A situação de incumprimento das obrigações declarativas, das empresas que gozam de benefícios fiscais, vem sendo uma prática recorrente, o que poderá originar a suspensão, ou mesmo a extinção, da fruição dos benefícios concedidos, conforme previsto no artigo 10º do Código de Benefícios Fiscais, aprovado pela Lei n.º 26/VIII/2013 de 21 de Janeiro, conjugado com a alínea c) do artigo 29º do Regime

Jurídico das Infrações Tributárias Não Aduaneiras, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 3/2014 de 29 de Outubro.

68. Das 83 empresas identificadas, 44 pertencem ao sector do turismo, 27 ao sector da indústria e 5 ao sector financeiro (IFI). As restantes 7 empresas pertencem a diversos sectores, designadamente: educação, loja franca, pesca, saúde, entre outros.

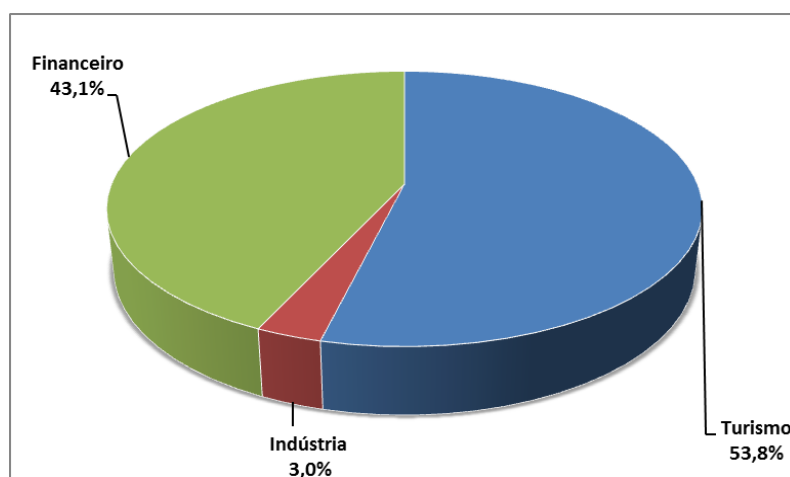
Figura 17 Empresas com Benefícios Fiscais por Sector de Atividade

Sector	N.º de Empresas	Total
Turismo	44	53,0%
Indústria	27	32,5%
Financeiro	5	6,0%
Outros	7	8,4%
Total	83	100,0%

Fonte: DNRE – MF

69. No que tange à absorção dos benefícios fiscais, por sector de atividade, a situação é a seguinte:

Figura 18 Benefícios Fiscais por Sector de Atividade (%)



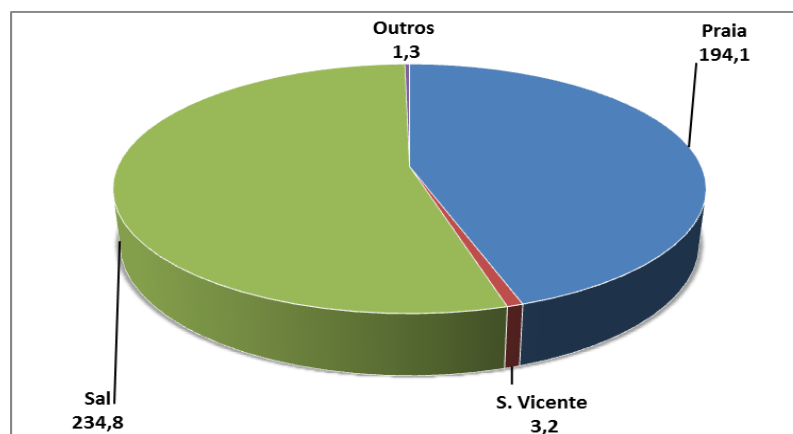
Fonte: DNRE – MF

70. Da leitura do quadro e do gráfico acima, o sector do turismo é aquele com maior peso em termos de absorção dos benefícios fiscais, tendo no ano de 2015 absorvido cerca de 53,8% do total dos benefícios fiscais concedidos. Os sectores da indústria e financeiro absorveram 43,1% e 3,0%, respetivamente.

71. Relativamente à distribuição dos incentivos fiscais, pelos diversos Concelhos do país, a situação é a seguinte:

Figura 19 Benefícios Fiscais por Concelho concedidos pela DCI

(em milhões de CVE)

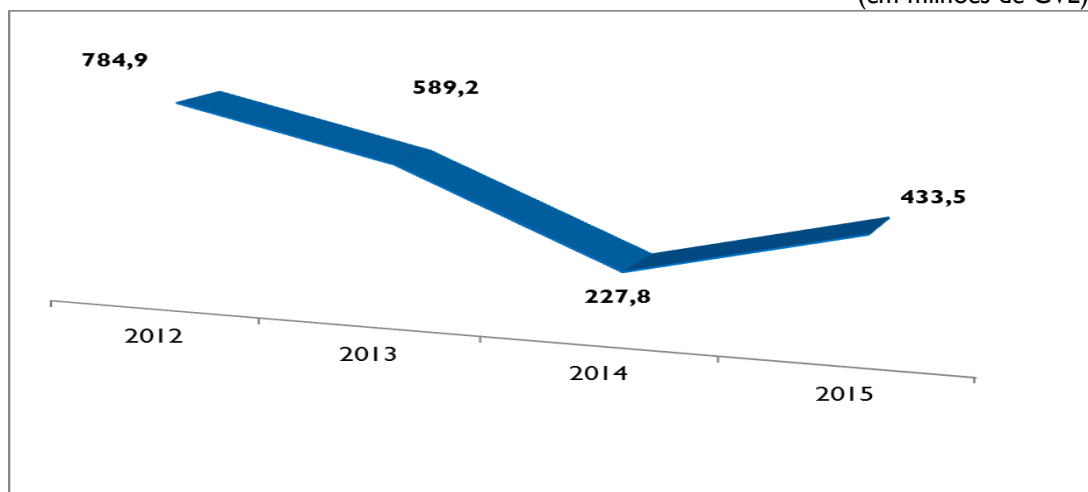


Fonte: DNRE – MF

72. A ilha do Sal prossegue na liderança dos Concelhos que mais benefícios fiscais absorve, representando, em 2015, cerca de 234,8 milhões de escudos do total dos benefícios fiscais concedidos e registando um acréscimo na ordem dos 55,8 milhões de escudos comparativamente ao ano anterior.
73. Os concelhos da Boavista e de São Vicente registaram uma diminuição de 27,0 e 12,2 milhões de escudos, respetivamente, porém, há que assinalar o comportamento distinto, na absorção dos benefícios fiscais, dos concelhos da Praia (+178,5 milhões de escudos) e do Sal (+74,3 milhões de escudos).
74. O gráfico que se segue, reflete a evolução dos benefícios fiscais concedidos pela DCI, no período de 2013 a 2015:

Figura 20 Evolução dos Benefícios de 2013 a 2015

(em milhões de CVE)



Fonte: DNRE – MF

75. Considerando que os benefícios fiscais, em sede do IRPC, estão indexados ao desempenho das empresas, ou seja, ao resultado contabilístico/fiscal, podemos aferir que a inversão da tendência de declínio registado nos últimos três anos, deveu-se, essencialmente, ao desempenho das empresas beneficiárias, pois, não obstante a redução do n.º de empresas com benefícios fiscais, registamos um acréscimo significativo do montante dos benefícios concedidos em 2015.
76. No triénio 2013 a 2015, o montante dos benefícios fiscais concedidos pela DA foi de 10.330,4 milhões de escudos.

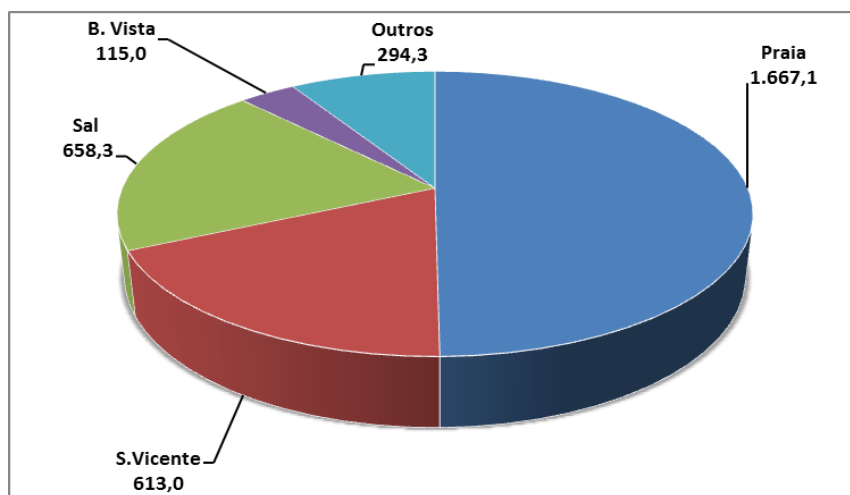
Figura 21 Renúncia de Receitas Aduaneiras de 2013 a 2015

(em milhões de CVE)

Concelho	Em milhões de escudos			Taxa de crescimento	
	2013	2014	2015	2014	2015
Praia	1.643,2	1.931,5	1.667,1	17,5%	-13,7%
S. Vicente	371,7	1.111,4	613,0	199,0%	-44,8%
Sal	330,7	1.022,8	658,3	209,3%	-35,6%
B. Vista	114,2	163,8	115,0	43,4%	-29,8%
Outros	201,4	92,0	294,3	-54,3%	219,9%
Total	2.661,2	4.321,5	3.347,7	62,4%	-22,5%

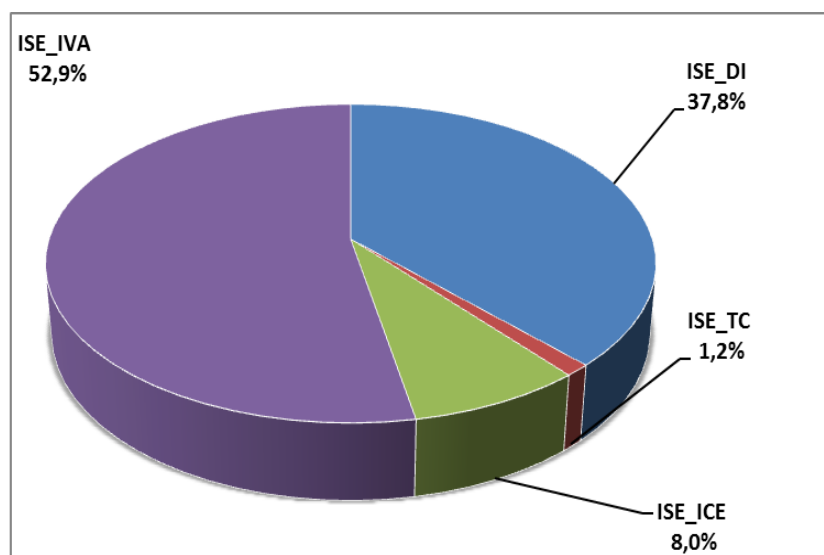
Fonte: DNRE – MF

77. Conforme se poderá constatar, no quadro abaixo, de 2013 para 2014, verifica-se um aumento de isenções de 62,4%. Este acréscimo é justificado, por um lado, pelo incremento do Projeto “Casa para Todos”, pelo Projeto de Recuperação e Reforma do Sector Elétrico e pelo aumento registado no sector do turismo, em termos de promoção de estabelecimentos e, por outro lado, pelo alargamento das isenções do IVA na importação de mobiliários e materiais de construção por parte dos empreendimentos turísticos, conforme decisão judicial, e pela eliminação do limite de 15,0% do investimento para benefícios aduaneiros, nos termos do Código de Benefícios Fiscais.
78. Em 2015, verificou-se uma inversão em termos dos benefícios fiscais concedidos, tendo-se registado uma diminuição de 22,5%, em relação ao período homólogo de 2014, justificado, principalmente, pelo abrandamento de importações destinadas a alguns projetos no sector do turismo, bem como pelas reduções das ajudas ao sector público e pelas diminuições de importações destinadas ao Projeto “Casa para Todos”.

Figura 22 Benefícios Fiscais por Concelho, concedidos pela DA

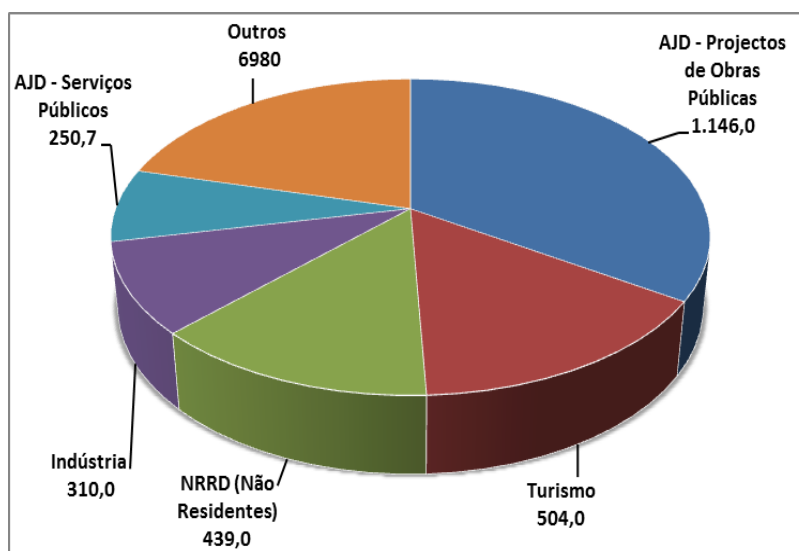
Fonte: DNRE – MF

79. Pela leitura do gráfico acima, pode-se constatar que o Concelho da Praia representa mais de metade da receita renunciada no triénio 2013-2015, seguindo-se os Concelhos de São Vicente, Sal e Boavista.

Figura 23 Comportamento das Isenções por Imposto

Fonte: DNRE – MF

80. No que concerne às isenções concedidas, por tipo de imposto, constata-se que o IVA representa mais da metade das renúncias de receitas registadas no triénio 2013-2015.

Figura 24 Benefícios Fiscais por Sector de Atividade

Fonte: DNRE – MF

81. No que tange aos benefícios fiscais, por sector de atividade, podemos constatar que no triénio 2013 a 2015, os Projetos de Obras Públicas, os Investimentos nas áreas do Turismo, os Não Residentes Regressados Definitivamente, os Projetos Industriais e as Ajudas ao Desenvolvimento destinadas aos Serviços Públicos representaram cerca de 80% da totalidade das isenções concedidas.

1.2.4. Análise das Despesas

82. De acordo com a execução do primeiro semestre de 2016, prevê-se que a despesa pública global (despesas correntes e ativos não financeiros), no final do ano, venha a atingir 52.000,4 milhões de escudos, o que representa 30,2% do PIB, contra 29,6% do PIB, em 2015. Do total da estimativa da execução da despesa, em percentagem do PIB, 22,4% foram canalizados para despesas de funcionamento do Estado e 7,8% para programas de investimento público.

83. Do montante global das despesas públicas, 38.498,7 milhões de CVE corresponde as despesas de funcionamento e 13.501,7 milhões de CVE as despesas de investimento.

84. No que toca, às Despesas de Funcionamento, estas aumentaram em termos absolutos em 3.871 milhões de CVE, em comparação com a execução provisória de 2015, representando 72,9%, do total das despesas da Administração Central do Estado, em 2016.

85. Em termos nominais, o acréscimo estimado na despesa com pessoal, de 12,1%, no orçamento de funcionamento, resulta, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores:

- Impacto do descongelamento das áreas que, em 2015, tinham sido consideradas prioritárias, nomeadamente: Segurança (50 milhões de CVE), Justiça (14,2 milhões de CVE), Saúde (60 milhões de CVE), Educação (294,3 milhões de CVE);
- Admissões e evolução na carreira (com destaque para as promoções dos Magistrados e Oficiais de Justiça) – 5,6 milhões de CVE;
- Transferência do pessoal do PI e quadros especiais para quadros da Chefia do Governo – 16,4 milhões de CVE;
- Aumento salarial da Classe Docente e da Polícia Nacional, na ordem dos 3% e 2% respetivamente – 171,6 milhões de CVE e 27,6 milhões de CVE;
- Orçamentação de 5 (cinco) Centros do ICCA (antes financiados por Portugal), a passagem de 2 (dois) centros de IEFP para o orçamento de funcionamento – 12 milhões de CVE;
- Atualização da rubrica de contribuição para a Segurança Social inscrita nos encargos comuns, de modo a se poder pagar 12 meses de contribuição – 200 milhões de CVE;
- Recrutamento de novos técnicos:
 - a) Agentes da Polícia Nacional – 51 milhões de CVE;
 - b) Saúde (recrutamento em curso) – 78,6 milhões de CVE;
 - c) Técnicos recrutados - 78,6 milhões de CVE;
 - d) 17 Técnico para diferentes serviços – 27,7 milhões de CVE;
 - e) DGPOG (em vários Ministérios);
- Pagamento de subsídio de instalação aos Deputados da 8ª Legislatura não eleitos para a 9ª legislatura e de subsídio de reintegração aos membros do anterior Governo – 80 milhões de CVE;
- Reclassificação (2010 e 2011) de Professores, no âmbito da implementação faseada do novo Estatuto dos Docentes – 134 milhões de CVE;
- Alguns ajustes nas despesas com o pessoal das Forças Armadas – 28,0 milhões de CVE;
- Pessoal diplomata (atualização salarial e subsídios de exclusividade) – 60 milhões de CVE;

- Promoção na Administração Pública;
- Aumento de despesa com o pessoal nas estruturas autónomas de Saúde (em contrapartida do aumento das receitas próprias nos Hospitais).

86. Perspetiva-se uma diminuição de 1,5% nas aquisições de bens e serviços, devido à racionalização de estruturas, bem como dos serviços extintos, agravado aos cativos de 20%.

87. O acréscimo de 3,1% nos juros e outros encargos da dívida, advém de aumento dos juros, quer do lado interno, quer do lado externo. Do lado interno, o aumento de juros, incluindo outros encargos é justificado, pelas emissões de títulos, objetivando as necessidades pontuais de tesouraria. Do lado externo, deve-se à dinâmica do desembolso, agravado pelos choques cambiais.

88. No que se refere aos subsídios, perspectiva-se um aumento de 66,9%, em 2016, em termos absolutos passou de 136 para 228 milhões de CVE, justificados, principalmente pelo reforço, pela atribuição de subsídios a linhas Marítimas.

89. Estima-se um aumento dos benefícios sociais em 9,5%, resultante da própria dinâmica das pensões de aposentação, em 2016.

1.2.5. Programa de Investimento Público e Ativos Não Financeiros

90. Prevê-se que o Programa de Investimento Público, em finais de 2016, atingirá uma execução de 13.501,7 milhões de CVE, de acordo com a projeção feita, com base nos dados de execução até o primeiro semestre de 2016, o que representará 7,8% do PIB.

91. No que se refere ao financiamento do investimento público, estima-se que 75,8% serão financiados com recursos externos e 24,2% com recursos internos.

92. Quanto à previsão da execução da Ajuda Orçamental Empréstimos e Donativos, estima-se que o total da execução rondará os 2.793 milhões de CVE, sendo que a Ajuda Orçamental Empréstimos atingirá o montante de 1.654 milhões de CVE e a Ajuda Orçamental Donativos estima-se à volta 1.139 milhões de escudos.

93. Estima-se que as despesas com pessoal, no âmbito do PIP, situar-se-ão à volta de 1.437,5 milhões de CVE, um aumento em relação à execução provisória de 2015, de 6,0%, as despesas de aquisição de bens e serviços à volta de 3.626,0 milhões de CVE, as transferências correntes rondarão os 1.073,1 milhões de CVE, os benefícios sociais atingirão o montante de 207,3 milhões de CVE, as outras despesas correntes deverão rondar os 155,9 milhões de CVE e as transferências de capital situar-se-ão à volta de 50 milhões de CVE. Os ativos não financeiros atingirão um montante de execução à volta dos 6.934,1 milhões de CVE, menos 0,5%, em relação à execução provisória de 2015.

1.2.6. Financiamento

94. O financiamento do défice de 5.619,9 milhões de CVE, estimado para o final do ano, ficará, na sua maioria, a cargo do endividamento externo para financiamento das Infraestruturas Portuárias, Rodoviárias, Mobilização de Água e Ordenamento de Bacias Hidrográficas e Produção Armazenamento e Distribuição de Energia. Este, resultante:
- a. De um passivo financeiro na ordem dos 12.824,6 milhões de CVE, que resulta, essencialmente, da componente interna (4.843,7 milhões de CVE) contra a componente externa (7.980,9 milhões de CVE);
 - b. De um ativo financeiro de -7.204,7 milhões de CVE, motivado pelo investimento em Ações e Outras participações.

1.2.7. Dívida Pública

95. O *stock* da dívida pública do Governo Central (provisório) excluindo os TCMF, situou-se em 200.077,3 milhões de CVE, (122,8% do PIB), o que representa, em termos absolutos, um crescimento de 21.035,6 milhões de CVE (11,7%) em relação ao *stock* do período homólogo. Em termos de rácio dívida/PIB, a variação foi de 8,3 p.p.
96. Para 2016, projeta-se que o *stock* atinja os 212.901,8 milhões de CVE (123,7% do PIB), o que representará, em termos absolutos, um crescimento de 12.824,5 milhões de CVE (+6,4%), em relação ao *stock* do período homólogo e em termos de rácio dívida /PIB, a variação será de 0,9%.

97. Numa análise desagregada do *stock*, constata-se que, em 2015, a dívida interna situou-se em 45.998,1 milhões de CVE, o que corresponde a 28,2% do PIB. A dívida externa, que constitui a maior parcela da dívida do Governo Central, atingiu os 154.079,2 milhões de CVE, correspondendo a 94,6% do PIB. Para 2016, projeta-se uma dívida interna de 50.841,8 milhões de CVE, o que representará 29,5% do PIB e uma dívida externa de 162.060,1 milhões de CVE, que representará 94,2% do PIB projetado. Todavia, a dívida externa é constituída, em 99,8%, por dívida com maturidade remanescente de longo prazo e com a taxa média anual em torno de 1,3%.
98. No que concerne aos fluxos de 2015, registaram-se como entradas, em termos globais, incluindo a dívida flutuante, o valor de 24.334,2 milhões de CVE. O desembolso externo totalizou 13.073,6 milhões de CVE. Das emissões de títulos de tesouro no mercado interno, a entrada foi de 11.260,6 milhões de CVE, correspondendo a 46,3% do total de desembolsos ocorridos no ano. Para 2016, prevê-se uma entrada em termos globais de 21.133,3 milhões de CVE. Sendo 10.898,4 milhões de CVE em desembolso externo e 10.234,9 em emissões de dívida interna.
99. Em termos de participantes do mercado, até o terceiro trimestre de 2016, em linha com o período homólogo, as Instituições Financeiras continuam a deter a maior parcela da Dívida Interna do Governo Central, seguidas das Instituições não Financeiras. Importa frisar que continuamos a ter participações de particulares no mercado primário em lances não competitivos. No período em análise, não houve transação no mercado secundário, razão pela qual este afigura-se como uma das preocupações centrais do Governo. Para o efeito, pretende-se repensar todo o modelo de funcionamento do mercado de capitais cabo-verdiano, de uma forma integrada. Na mesma linha, almeja-se concluir o projeto Wacmic, que consiste na integração de mercados de capitais da CEDEAO, de modo a resolver a questão da dimensão do nosso mercado e dinamizar o mercado secundário da dívida pública.
100. Paralelamente, constitui meta do Governo finalizar a segunda fase do projeto de mercado de títulos de dívida pública, que consiste na possibilidade de subscrição de Títulos do Tesouro via ATM, *Homebanking*, *Website* e Telemóveis e implementação de uma Sala de Mercado integrada com a Bloomberg.

101. O serviço da dívida, em 2015, totalizou os 11.252,2 milhões de CVE, sendo 7.154,6 para as amortizações e 4.097,5 para os juros. Este aumentou, comparativamente ao período homólogo anterior, 16,9%. Em relação ao PIB do ano, este situou-se em 6,9%, sendo 2,5% para os juros e 4,4% para o capital. Para 2016, projeta-se um serviço da dívida total de 12.473,7 milhões de CVE, sendo 4.165,0 milhões de CVE de juros e 8.308,7 de amortizações.

Figura 25 Principais Indicadores da Dívida

	em milhões de escudos			Taxa de crescimento em %		em % do PIB		
	2014	2015 Prov	2016 Proj	2014 / 2015	2015 / 2016	2014	2015	2016
Dívida Pública	179.041,7	200.077,3	212.901,8	11,7%	6,4%	114,5%	122,8%	123,7%
Dívida Interna	41.588,5	45.998,1	50.841,8	10,6%	10,5%	26,6%	28,2%	29,5%
Dívida Externa	137.453,2	154.079,2	162.060,1	12,1%	5,2%	87,9%	94,6%	94,2%
Variação em valores absolutos		21.035,6	12.824,5					
Dívida Interna		4.409,6	4.843,7					
Dívida Externa		16.626,0	7.980,9					

Fonte: Ministério das Finanças

1.2.7.1. Dívida Interna

102. Em termos do Stock, prevê-se, para 2016, o valor de 50.841,8 milhões de CVE, contra 45.998,1 milhões de CVE, em 2015, o que representará um aumento de 10,5%, ou seja cerca de 4.843,7 milhões de CVE, em termos absolutos.

103. Analisando a evolução da dívida interna, em relação ao PIB, constata-se que este rácio atingiu, em dezembro de 2015, os 28,2% do PIB, sendo que, para 2016, projeta-se que atinja os 29,5%.

104. A amortização de Capital da dívida interna, em 2015, situou-se em 4.723,0 milhões de CVE. Para 2016, projeta-se que atinja os 5.391 milhões, o que representará um aumento de 14,1%, reflexo do perfil de amortização dos títulos que constituem o portfólio da dívida interna. Quanto aos juros, em 2015, atingiram os 2.374,0 milhões de CVE, enquanto, para 2016, prevêem-se 2.415 milhões de CVE, o que representará um crescimento de 1,7%, consequência de novas emissões, ocorridas no ano transato e no ano em curso.

1.2.7.2. Dívida Externa

105. Nos últimos 5 anos, o stock da dívida externa, registou um aumento expressivo.
106. A dívida externa do Governo Central, em 2015, atingiu, em termos absolutos, o montante de 154.079,2 milhões de CVE. Para 2016, prevê-se um valor de 162.060,1 milhões de CVE, o que refletirá um crescimento de 5,2%. A variação, em termos absolutos, será de 7.980,9 milhões de CVE.
107. O seu aumento é justificado, neste ano, em particular, por dois motivos, como anteriormente mencionado: (i) por um lado, pelos novos desembolsos, provenientes de acordos de empréstimos assinados, no ano em análise e em anos anteriores, junto dos nossos credores multilaterais, comerciais e bilaterais e (ii), por outro lado, por influência de fatores externos, nomeadamente, da flutuação do câmbio de USD e do fraco crescimento económico que afeta o rácio dívida/PIB.
108. Os recursos angariados de empréstimos têm sido direcionados para financiar projetos que ainda se encontram em fase de execução, nas áreas da agricultura, de Infraestruturas portuárias e rodoviárias, da saúde, da redução da pobreza e desigualdade social, da água, do saneamento, da energia e da pesca.
109. A estrutura da dívida externa, em 2015, em termos de credor foi a seguinte: a) multilateral 47,7%; b) bilateral 21,5% e c) comercial 30,8%.
110. Em termos de fluxos, os desembolsos de empréstimos externos atingiram, em 2015, o montante de 13.074 milhões de CVE, o que representa uma diminuição de 25,9%, em relação ao período homólogo do ano precedente. Para 2016, projeta-se que os desembolsos atinjam 10.898,4 milhões de CVE.
111. O serviço da dívida externa, no último trimestre de 2015, situou-se em 4.155,2 milhões de CVE, sendo 2.431,6 milhões de CVE para a amortização de Capital e 1.723,5 milhões de CVE para juros. Para 2016, prevê-se que as amortizações atinjam 2.918 milhões de CVE e os juros 1.750 milhões de CVE.

II. PERSPETIVAS PARA 2017

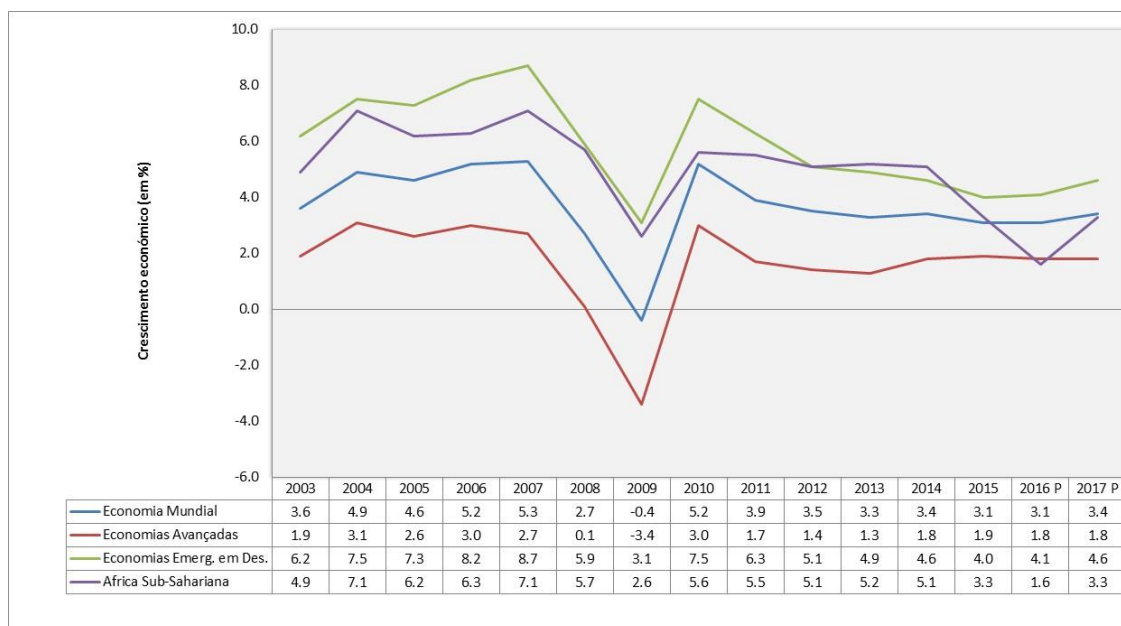
2.1. Enquadramento Macroeconómico

2.1.1. Enquadramento Internacional

112. O enquadramento externo da economia nacional permanecerá ligeiramente favorável, ao longo do ano 2017, isto, não obstante o abrandamento da atividade económica na Zona Euro, de acordo com as projeções. O Fundo Monetário Internacional (FMI) considera, no seu relatório mais recente sobre perspetivas económicas mundiais (julho de 2016) avança, que o ritmo de crescimento do produto global deverá crescer em 3,4% em 2017. As economias avançadas e o grupo das emergentes e em desenvolvimento deverão crescer 1,8% e 4,1%, este ano, respetivamente.

113. Quanto aos parceiros económicos do país, a economia da zona euro deverá manter a sua trajetória de recuperação em 2016, crescendo 1,6%. Neste contexto, espera-se, sobretudo, melhorias na procura externa dirigida à economia nacional e nas transferências privadas.

Figura 26 Crescimento do PIB por Grupo de Países



Fonte: Perspetivas Económicas Mundiais - FMI (WEO, julho de 2016)

2.1.2. Perspetivas Económicas Nacionais - 2016 e 2017

114. As perspetivas para a economia cabo-verdiana, em 2016 e em 2017, permanecem condicionadas pela evolução da conjuntura externa. A gestão macroeconómica estará condicionada por este contexto, pondo em causa a realização das metas estipuladas para o período, caso houver constrangimentos na mobilização dos recursos para a sua materialização.
115. Neste quadro, as políticas públicas cabo-verdianas deverão estar orientadas para melhorar o ambiente de negócio, promovendo, assim, um maior crescimento económico, sustentável no médio prazo, permitindo por um lado, a atração de capitais externos e a densificação do tecido empresarial nacional e consequentemente reduzir a taxa de desemprego, em particular na classe juvenil, relançando o poder de compra das famílias.
116. Relativamente às políticas conjunturais, prevê-se que, no curto/médio prazo, a política monetária permaneça acomodatória, orientada para a estabilização das reservas externas e a preservação da estabilidade financeira, pese embora com algum foco na dinamização do crédito à economia (que, de acordo com o BCV, deverá crescer em torno de 3,1%, em 2016 e 3,0%, em 2017).

2.1.2.1. Crescimento Económico

117. Conforme avançado no Orçamento de Estado para 2016, a economia nacional deverá crescer entre [3,5% - 4,5%], no final deste ano e 5,5%, em 2017. A previsão de maior crescimento económico, face às estimativas divulgadas pelo INE, baseia-se num cenário de ligeira aceleração da economia mundial, marcada por um crescimento modesto, nos principais parceiros do país, sobretudo na zona euro, com particularidades para Espanha e Portugal. O Fundo Monetário Internacional (FMI) perspetiva que a economia mundial deverá manter a trajetória de recuperação, crescendo 3,2%, em 2016 e 3,5%, em 2017, respetivamente. No médio prazo, de acordo com o FMI, a economia mundial crescerá 3,7%, entre 2018-2020 (média anual).

- 118.** A nível interno, a previsão assenta-se num aumento do rendimento disponível das famílias, favorecido pelo baixo nível de preços, pela melhoria das condições de acesso ao crédito (maior dinâmica no crédito ao sector privado) e do ambiente de negócios, bem como no reforço do investimento privado, sobretudo daqueles financiados com o IDE.
- 119.** Pela ótica da demanda, projetam-se aumentos respetivos de 3,9% e 1,1% para o consumo das famílias e do Governo, enquanto a formação bruta de capital fixo deverá aumentar 8,1%, devido ao desempenho dos investimentos privados que estarão a refletir o arranque e a conclusão das obras de importantes empreendimentos turísticos financiados com IDE. Neste contexto, a demanda interna estará a contribuir em 3,7 p.p. para o crescimento, em 2017.
- 120.** Em relação às exportações e importações de bens e serviços prevêem-se aumentos de 7,0% e 4,5%, respetivamente. Desta forma, espera-se uma contribuição negativa da demanda externa líquida, em 0,1 p.p., para o desempenho da atividade económica em 2016.

Figura 27 Evolução do PIB/Ótica da Demanda

	Taxa de Crescimento			Contr. para crescimento		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
PIB Real	1.5	3.6	5.5	1.5	3.6	5.5
Consumo total	1.8	2.5	3.3	1.5	2.2	2.8
Consumo Privado	1.9	3.0	3.9	1.2	2.0	2.6
Consumo Publico	1.5	1.1	1.1	0.3	0.2	0.2
Investimento total	1.7	5.5	7.8	0.5	1.5	2.1
FBCF	-2.6	5.6	8.1	-0.7	1.4	2.1
Investimento Publico	-1.8	-6.4	-9.3	-0.2	-0.5	-0.7
Investimento Privado	-3.0	11.8	15.5	-0.5	1.9	2.8
Variação de existências	130.5	3.7	3.7	1.1	0.1	0.1
Exportações Líquidas	4.2	0.5	-4.6	-0.5	-0.1	0.6
Exportações totais	-8.6	8.0	7.0	-4.2	3.6	3.2
Exportações de bens	-29.5	5.6	9.4	-4.0	0.5	0.9
Exportações de serviços	-0.7	8.7	6.3	-0.2	3.0	2.3
Importações totais	-6.0	6.3	4.5	-3.7	3.6	2.6
Importações de bens	-7.2	7.5	5.6	-3.4	3.2	2.5
Importações de serviços	-2.3	2.8	1.1	-0.4	0.4	0.2

Fonte: Ministério das Finanças

- 121.** Perspetiva-se, do lado da oferta, que o crescimento do sector primário deverá atingir 4,6%, mais 0,1 p.p., ante a estimativa de 2016. Espera-se a continuidade da boa performance nos ramos da agricultura e pesca.
- 122.** O sector da indústria deverá crescer 3,0%, em reflexo da boa evolução nos subsectores das indústrias transformadoras e da eletricidade e água. Espera-se também, em função da retoma dos investimentos, uma melhoria no ramo da construção.
- 123.** Para o sector de serviços, projeta-se um crescimento de 5,9%, mais 1,4 p.p., em relação a 2016. Espera-se a manutenção da tendência de crescimento dos subsectores do alojamento e da restauração, imobiliária, serviços às empresas e administração pública.

Figura 28 Evolução do PIB/Ótica da Oferta

	Taxa de crescimento			Contr. para crescimento		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
PIB Real	1.5	3.6	5.5	1.5	3.6	5.5
Valor Acrescentado	1.0	3.1	5.3	0.9	2.7	4.7
Sector Primario	3.4	4.5	4.6	0.3	0.4	0.4
Sector Secundário	-2.6	0.5	3.0	-0.4	0.1	0.4
Sector Terciário	1.5	3.5	5.9	1.0	2.2	3.8
Impostos líquidos	5.3	7.4	6.9	0.6	0.9	0.9

Fonte: Ministério das Finanças

2.1.2.2. Inflação

- 124.** Em relação à esfera nominal, a inflação deverá situar-se no intervalo [0,2%-1,2%], em 2016 e no intervalo [0,7%-1,7%], em 2017. O comportamento esperado dos preços deverá refletir os efeitos desfasados da evolução dos preços das matérias-primas e o impacto da produção agrícola, bem como a inflação prevista nos principais parceiros do país, dado o peso da componente importada no IPC.

2.1.2.3. Sector Monetário e Cambial

- 125.** O Banco de Cabo Verde tem optado por uma orientação da política monetária mais acomodatória, em linha com a evolução da situação monetária e financeira do país.

- I26. Neste contexto, o BCV reforçou, a sua política de afrouxamento monetário, reduzindo o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa de 18% para 15 % e, em 25 pontos base, as suas taxas de juro de referência.
- I27. Quanto às perspetivas para 2016 e 2017, acredita-se que o Banco Central mantenha inalterado o seu objetivo de política monetária e cambial, continuando a pautar-se pela preservação do regime cambial e pelo objetivo da estabilidade de preços.
- I28. Relativamente ao crédito à economia, no segundo semestre, destaca-se que, face ao período homólogo, a variação foi positiva em 3,7%. As projeções do BCV mostram que o crédito à economia deverá crescer 3,1% e 3%, em 2016 e 2017, respetivamente.

2.1.2.4. Sector Externo

- I29. Relativamente à envolvente externa, o quadro das projeções internas para 2016 e 2017 aponta que a recuperação da economia mundial, sobretudo nos principais parceiros de Cabo Verde, poderá levar a uma maior dinâmica na procura externa, afetando positivamente o crescimento das exportações de bens e serviços, impulsionadas, essencialmente, pelo aumento das receitas do turismo.
- I30. Quanto às importações, a sua evolução estará condicionada pela vitalidade da atividade económica, particularmente, no que se refere ao investimento direto estrangeiro e às condições de financiamento.
- I31. Contudo, para este ano e o próximo, o saldo da balança de transações entre o país e o resto do mundo deverá permanecer excedentário, com as reservas do país a manterem-se acima dos 4 meses de importação de bens e serviços programados. De acordo com as projeções do BCV, as reservas deverão atingir cerca de 6,4 meses da importação de bens e serviços programados, em 2016 e 2017.

2.2. Políticas Orçamentais para 2017

132. A política orçamental para 2017 está assente numa estratégia de sustentabilidade das Finanças Públicas aliada a um novo modelo de crescimento económico, suportada numa economia do conhecimento, com competitividade fiscal (previsível e de baixo risco), geradora de rendimentos e de empregos de qualidade. Isto, num quadro de transparência, rigor e disciplina.

Caixa n.º 1: Especialização Económica

O Governo apostará numa especialização económica centrada na seguinte estratégia:

- Promoção do conhecimento e da inovação, nomeadamente através de contratos para a inovação empresarial;
- Requalificação do Turismo como pilar central da economia cabo-verdiana;
- Resposta aos desafios e às oportunidades da economia azul e da economia verde, reafirmando a nossa soberania e valorizando a posição de Cabo Verde no Mundo, procurando tirar partido da nossa centralidade no Atlântico;
- Transformação de Cabo Verde num centro de operações de logística comercial, de transformação de matérias-primas e de prestação de serviços especializados no Atlântico, servindo de intermediação entre as economias emergentes e regionais;
- Promoção de uma produção interna, destacando a Cultura, a Agricultura, as Pescas e a Indústria Ligeira de Exportação;
- Desenvolvimento de uma estratégia deliberada de alargamento e consolidação da classe média;
- Combate efetivo à informalidade através de um plano de ação específico para o comércio, serviços e restauração em parceria efetiva com os poderes locais e regionais.

Toda esta estratégia será suportada numa economia do conhecimento, com competitividade fiscal, previsível, de baixo risco e geradora de rendimentos e de empregos de qualidade e de prosperidade para todos.

2.2.1. Políticas Fiscal

- I33. O Programa do Governo pretende atingir o melhor ambiente fiscal da história do país, colocando Cabo Verde, em 10 anos, no top 15 do mundo em matéria de competitividade fiscal. Para tal, preconiza uma Administração Fiscal altamente competente, eficiente, motivada e dotada de forte capacidade inspetiva e tecnológica e ainda reforçar a competitividade de Cabo Verde na atração de investimento, nomeadamente através da alteração do Código de Benefícios Fiscais, promovendo uma baixa fiscalidade, elevada confiança e estabilidade fiscal.
- I34. Ambiciona, ainda, uma Administração Aduaneira moderna, altamente competente, eficiente, motivada e dotada de forte capacidade tecnológica, alinhada com os novos desafios do comércio internacional, principalmente no que concerne a facilitação do comércio lícito, a redução dos custos operacionais inerentes, através da redução do tempo de desalfandegamento das mercadorias. Por outro lado, pretende visitar o Código Aduaneiro e o correspondente regulamento, visando uma maior integração de Cabo Verde no continente Africano, salvaguardando as especificidades do país. Isto, dando continuidade ao cumprimento dos compromissos assumidos por Cabo Verde, no âmbito da sua adesão a OMC, no que tange a redução das tarifas aduaneiras, dos equipamentos destinados a aviação civil e tecnologias de informação, por forma a estimular o acesso à internet do “*mass market*”. Importa, ainda, melhorar a articulação entre as Alfândegas e os Consulados de Cabo Verde no estrangeiro e em tempo oportuno, de modo a disponibilizarem aos emigrantes, informações objetivas.
- I35. Pretende-se reforçar os Tribunais Fiscais e Aduaneiros, dotando-os de meios e recursos necessários bem como a alteração da lei que regula a sua organização e funcionamento.
- I36. De forma a cumprir os compromissos assumidos e dando continuidade às medidas de políticas fiscais e administrativas iniciadas em 2016, o Governo propõe para 2017, as medidas que se seguem.

2.2.1.1. Políticas/Medidas Tributárias

- I 37.** Rever os diplomas fiscais recentemente aprovados, especialmente nos aspetos mais críticos e tomar as medidas que visam atenuar o grau de litigiosidade entre a administração tributária e os contribuintes, melhorar o ambiente de negócio e, consequentemente, a competitividade fiscal do país. Para o efeito foram adotadas as seguintes medidas:
- I 38.** Em sede de Regime Jurídico Especial das Micro e Pequenas Empresas (REMPE):
- a) Dar a possibilidade dos pequenos importadores, com o volume de importação até dez mil contos, serem enquadrados no REMPE;
 - b) Isenção de direitos na importação de matérias-primas para as micro e pequenas empresas certificadas e inscritas no Cadastro Industrial;
 - c) Eliminação do pagamento mínimo do Tributo Especial Único (TEU);
 - d) Isenção do pagamento do TEU às micro e pequenas empresas com o volume de negócio até mil contos;
 - e) Clarificação do processo e procedimentos da reclamação nos casos de mudança do regime ou da revogação da certificação;
 - f) Clarificação das implicações da perda da certificação
- I 39.** Em sede do Código de Benefícios Fiscais (CBF):
- a) Redução do montante de investimento de 3 milhões para beneficiar de benefícios contratuais para 500 mil contos e redução de postos de trabalho;
 - b) Alargamento de sectores estratégicos para o efeito da obtenção do crédito de investimento de 50% a saúde, agricultura, indústria criativa e ambiente;
 - c) Alargamento do prazo da dedução de crédito ao investimento de dez para quinze anos;
 - d) Redução do limite mínimo para a obtenção de benefício em expansão ou remodelação de 25 para 15% de investimento inicial;
 - e) Clarificação da abrangência dos investimentos considerados relevantes;
 - f) Alargamento do conceito de investimento relevante para as áreas das TICs e exploração hoteleira;
 - g) Isenção dos rendimentos dos títulos emitidos pelos municípios até 31 de dezembro de 2014, colocados no mercado secundário;

- h) Alargamento do prazo da isenção dos rendimentos obtidos no mercado mobiliário, com colocação pública e cotadas na BVC, de 2017 para 2025;
- i) Alargamento do Mecenato Social às igrejas radicadas, nos termos da Lei n.º 64/VIII/2014, de 16 de maio, nas suas respetivas construções e na realização de atividades de cariz social;
- j) Inclusão das fundações sem fins lucrativos nos beneficiários de mecenato;
- k) Isenção do pagamento de taxas a pagar pelas embarcações de pesca artesanal até 5 toneladas;
- l) Isenção de direitos aduaneiros na importação de veículos destinados ao serviço de táxis;
- m) Incentivos fiscais no âmbito do projeto de implementação da televisão digital terrestre;
- n) Isenção aduaneira aos Municípios na importação de veículos e equipamentos de recolha de resíduos sólidos urbanos, veículos destinados ao serviço de proteção civil e de bombeiros, bem como mobiliário urbano.

140. Em sede do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas:

- a) Eliminação da dupla tributação económica;
- b) Redução da Incidência da tributação autónoma apenas sobre os gastos dedutíveis;
- c) Redução da incidência da tributação autónoma sobre viaturas ligeiras e mistas com o valor de aquisição superior a quatro mil contos;
- d) Dedução da tributação autónoma dos pagamentos fracionados;
- e) Alargamento da exclusão da tributação autónoma sobre os empréstimos obtidos a preços inferiores ao mercado quando se destinam à saúde e educação;
- f) Restrição das situações passíveis da elevação da taxa de tributação autónoma;
- g) Desobrigação de pagamento fracionado para os sujeitos passivos que tiveram resultados negativos no ano anterior e aos que iniciam a atividade;
- h) Eliminação da obrigação do pagamento do montante mínimo de pagamento fracionado;

141. Em sede do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares

- a) Redução da taxa de retenção na fonte dos rendimentos das Categorias B e C;

- b) A taxa de retenção na fonte do rendimento da Categoria C passa a ser com caracter liberatório;
- c) As retenções na fonte passam a ser deduzidas no pagamento fracionado;
- d) Eliminação da Dupla Tributação Económica;
- e) Aumento do montante dedutível à coleta de Benefícios fiscais de vinte para cinquenta contos;
- f) Clarificação da não sujeição à tributação autónoma das pessoas singulares;
- g) Simplificação da contabilidade para titulares de rendimento da Categoria B até cinco mil contos;
- h) Redução da base tributável para o cálculo de pagamento fracionado de 60% para 15% do lucro tributável.

2.2.1.2. Políticas/Medidas Reforço Institucional

142. Dar continuidade ao processo de modernização e informatização com vista melhoria da eficiência da Administração Tributária e Aduaneira. Em 2017, inicia-se a implementação dos seguintes projetos:

- i. Do lado das Alfândegas:
 - a. Consolidação do Sydonia World;
 - b. Desmaterialização dos processos de despacho aduaneiro;
 - c. Integração entre o Sistema Aduaneiro Sydonia World na JUP II (Janela Única Portuária);
 - d. Integração do Sistema Aduaneiro Sydonia World com o Sistema com sistema GRE da DCI e da DGTR [para despachos de viaturas];
 - e. Consolidação da integração do módulo TCE – online, através do controlo automático dos TCE's no ato do desembaraço das mercadorias nas Alfândegas, o seu averbamento e respetiva comunicação à Direcção-Geral do Comércio;
 - f. Informações estatísticas disponibilizadas em tempo real (importação, exportação e do trânsito nacional);
 - g. Projeto de instalação do Sistema de Gestão de Filas;
 - h. Parque tecnológico moderno com equipamentos de alto nível de desempenho e processamento;

- i. Diversificação dos meios de pagamento das declarações aduaneiras, através da implementação do pagamento eletrónico via DUC (Utilização do Terminal Vinti4, *homebanking*, balcão de bancos);
- j. Implementação do Sistema de Gestão e Análise de Risco no tratamento das declarações aduaneiras;
- k. Elaboração do Estudo do Tempo Médio de Desembarço Aduaneiro, envolvendo todos os intervenientes no processo de desembarço aduaneiro das mercadorias;
- l. Implementação do programa de Operador Económico Autorizado – OEA;
- m. Implementação da Linha Azul para os operadores económicos de confiança (baixo risco);
- n. Implementação da estratégia de relacionamento das Alfândegas com os parceiros intervenientes no processo de despacho das mercadorias; e
- o. Implementação da estratégia de comunicação das Alfândegas.

ii. Do lado das Contribuições e Impostos:

- a. Finalização dos desenvolvimentos associados aos modelos: 106, 107, declaração periódica de rendimentos e declaração anual contabilística e fiscal;
- b. Consolidação do cadastro dos contribuintes
- c. Conta corrente;
- d. Gestão sistémica da tramitação dos processos de contra-ordenação;
- e. Gestão sistémica da tramitação dos processos de execução fiscal;
- f. Notificação e citação eletrónica dos contribuintes/utentes (revisão da funcionalidade);
- g. Racionalização e aprimoramento dos processos de controlo e de recuperação do crédito tributário;
- h. Sistema de Gestão do Atendimento;
- i. Educação Fiscal no sistema de ensino; e
- j. Formação e capacitação.

2.2.2. Políticas e Medidas de Crescimento Económico

2.2.2.1. Turismo - Pilar Central da Economia Cabo-Verdiana

143. O Governo, estrategicamente, adota o Turismo como um dos pilares centrais da economia cabo-verdiana, sendo uma peça chave para o relançamento do investimento privado, do emprego e do crescimento económico. Pretende, igualmente, que a política para o turismo, seja recentrada numa nova dimensão e qualidade que ultrapasse o conceito sectorial e atinja a multi-especialização da economia cabo-verdiana. Para o efeito, em 2017, destacam-se as seguintes medidas/ações:

- i. Elaboração de um Plano Estratégico Nacional para o Turismo, que garanta a concretização dos objetivos propostos.
- ii. Adoção de uma estratégia de extensão turística, dando especial atenção ao desenvolvimento de novos segmentos, como o Turismo de Montanha/Ecológico, de Cruzeiro e de Eventos/Negócios e adaptando as infraestruturas a estes segmentos de turismo. Com isso, poderá mitigar-se, em grande parte, a sazonalidade do fluxo turístico.
- iii. Elaboração, em parceria com os municípios, de um plano de ação imediato, tendente a resolver os problemas mais urgentes nos destinos turísticos, sobretudo no Sal e na Boavista, nomeadamente ao nível da habitação, do saneamento, da segurança, da eliminação das construções clandestinas e dos bairros degradados, da requalificação urbana, da regulação do comércio informal e da construção e recuperação de estradas de acesso aos hotéis.
- iv. Flexibilização da legislação, de forma a permitir o desenvolvimento, pelos agentes privados, de produtos turísticos diversificados e que respondam, eficazmente, à procura turística.
- v. Reforço da articulação entre o Turismo, o Ambiente e a Segurança, visando por um lado, criar e promover a sustentabilidade no sector e, por outro, criar um ambiente onde o turista e os operadores se sintam seguros;
- vi. Desenvolvimento de uma cultura de maior envolvimento, diálogo e interação com os Grupos Hoteleiros, estimulando sempre que possível, mais investimentos e a criação de emprego de qualidade.

- vii. Criação de mecanismos de financiamento para desenvolver iniciativas no sector turístico.
- viii. Capacitação dos recursos humanos da área turística, de forma a aumentar a qualidade da oferta turística e a melhorar a prestação de serviços, em todos os segmentos do turismo.
- ix. Reforço da fiscalização, em todos os domínios da atividade turística, como garantia do cumprimento das disposições emanadas pelo Governo.
- x. Colocação dos serviços de transporte ao serviço do turismo através de, entre outras ações, o incentivo de viagens aéreas tipo “low-cost”; a promoção de medidas tendentes a melhorar e a desonerar a circulação pelo território e a tornar mais atrativo o turismo interno; e a organização das interfaces em aeroportos, portos e estradas, em todos os roteiros turísticos, para estimular o consumo do turista e reverter as vantagens do turismo para as economias locais e nacionais e para o cidadão.
- xi. Desenvolvimento de um plano para a promoção da imobiliária turística e atração de não residentes.

- xii. Promoção da melhoria contínua dos produtos e dos serviços turísticos, através da implementação do Plano de Ação para a concretização da Política Nacional da Qualidade.

Caixa n.º 2: Turismo - Setor driver da economia cabo-verdiana

O setor do turismo tem-se afirmado, cada vez mais, como o maior setor de atividade da economia cabo-verdiana. Os números provenientes e projetados são cada vez mais animadores.

Para além de ser o ramo da economia que mais tem crescido nos últimos tempos, o turismo tem-se afirmado como uma das áreas que maior contribuição tem dado ao produto interno bruto, para além de ser também o sector que maior dinâmica traz nos outros setores.

Com uma contribuição de cerca de 21% no PIB, o setor de turismo também é o que mais emprego tem gerado na economia. Assim sendo, a necessidade de um foco na dinâmica neste setor prende-se não só com o desenvolvimento deste campo, como também num *up grade* das outras atividades que estão ligadas a este sector, tanto a montante como a jusante.

Tendo em conta as especificidades da economia Cabo-verdiana e a escassez de recursos que lhe é pautada, num contexto da consolidação das finanças públicas e, em consequência desta, a redução dos investimentos públicos, estes últimos devem ser alocados nos setores que mais contribuem para o relançamento da economia. Ainda, na lógica do novo paradigma de governação, é o setor privado quem deve relançar a economia, consequentemente com o apoio do setor público. E este último deve traçar e apoiar claramente os melhores caminhos em que o setor privado deve andar.

É por esta razão que, para este governo, o setor de turismo será considerado como a área de excelência para a canalização dos investimentos públicos e consequentemente dinamizar o setor privado em volta deste ramo da atividade económica.

144. As medidas acima anunciadas ditam a transversalidade desse sector, não somente no tocante à formação, ao transporte, ao território e ao saneamento, mas também com a segurança, a agricultura e a cultura.

2.2.2.2. Transportes ao Serviço do Desenvolvimento

145. No sector dos transportes, o Governo pretende construir um Sistema Integrado de Transportes, competitivo e seguro, com uma contribuição relevante para a riqueza nacional, para a Balança de Pagamentos e para o emprego.
146. No que respeita aos sistemas de transportes marítimos e aéreos de carga e de passageiros, pretende-se garantir a unificação do mercado nacional. As infraestruturas e os meios de transporte merecerão assim uma atenção especial, de

modo a garantir a segurança, a eficiência e a qualidade na circulação de pessoas e bens. Isso passará por uma reestruturação profunda do sector, cuja viabilização vai ser empreendida, através de políticas que promovam o regime de concessão para o serviço público de transporte e que favoreçam a instituição de linhas regulares entre as ilhas, a modernização da frota e a criação de condições logísticas e tarifárias que garantam a rentabilidade e a sustentabilidade do transporte marítimo inter-ilhas.

147. Por sua vez, os transportes aéreos e as suas infraestruturas serão desenvolvidos, de modo a responder, de forma eficiente e a custo aceitável, às necessidades de urgência/emergência no contexto económico. Será definida, claramente, uma política de prestação de serviço público de transportes aéreos, priorizando a ligação entre todas as ilhas e entre o País e a Diáspora, e as rotas que são objeto de serviço público.

148. Com efeito, propõe-se como medidas/ações a priorizar:

a) A nível dos Transportes Marítimos:

- i. A reestruturação e a reorganização do sistema de transporte público marítimo inter-ilhas (TMII); Para isso, propõe-se: (i) rever o modelo atual de contratos de concessão com operadores individuais, (ii) definir e implementar um modelo eficiente e sustentável para os TMII e, (iii) regulamentar o sistema de Obrigações de Serviço Público nos TMII.
- ii. A regulamentação da Taxa de Segurança Marítima, com o objetivo de melhorar a qualidade da segurança marítima em Cabo Verde e na sua região marítima, enquanto Estado costeiro, portuário e de bandeira.
- iii. O reforço do quadro institucional e legal do sector, nomeadamente, com a aprovação do regulamento do caderno tarifário, a elaboração do regulamento da atividade de transitários, qualidade dos serviços, relações comerciais e bases logísticas.
- iv. A construção de um Sistema Portuário Moderno, destacando-se o desenvolvimento de um plano estratégico para o sector portuário, que servirá de base para todas as reformas a implementar.
- v. O reforço da integração económica de Cabo Verde em África, através do transporte marítimo, promovendo um sistema de transporte marítimo regional e, ao mesmo tempo, implementando um processo de transformação de Cabo Verde num centro regional de transbordo de mercadorias.

- vi. A promoção da diversificação de negócios associados ao sector marítimo, como o registo internacional de navios, o *Bunkering*, agências especializadas em gestão de pessoal marítimo, etc.
- vii. Estruturação do sector da reparação naval, através de políticas de desenvolvimento, promotoras da formação técnica no sector e da melhoria da competitividade e, sobretudo, através da privatização das atuais participações do Estado nas atividades operacionais.

b) A nível dos Transportes Aéreos:

- i. Implementação das Obrigações de Serviço Público, nos transportes aéreos inter-ilhas (TAII), com a identificação de fontes de financiamento e a assinatura do contrato de concessão das Obrigações de Serviço Público sobre o transporte doméstico.
- ii. Reorganização da gestão da companhia aérea nacional, os TACV (Transportes Aéreos de Cabo Verde), concebendo um plano de estabilização financeira, viabilizando um processo de privatização.
- iii. Promoção da modernização da regulação e regulamentação do sector aéreo.
- iv. Definição da Política Nacional de Aviação Civil.
- v. Implementação do processo de Concessão Aeroportuária.
- vi. Definição de uma Política Comercial Aérea para Cabo Verde; para isso, propõe-se: (i) avaliar e estabelecer o grau de liberalização do mercado no sector e criar condições para o surgimento de novos operadores, com impacto direto na criação de emprego; (ii) fortalecer a cooperação multilateral de Cabo Verde com a África e a América e; (iii) negociar um Acordo Aéreo Vertical com a União Europeia.
- vii. Definição de um Modelo de promoção e diversificação de negócios associados ao sector aéreo, que gerem mais rendimentos e mais empregos; Para isso, propõe-se de entre outras ações: (i) promover a política do transporte aéreo *Low Cost*; (ii) fomentar o negócio do transporte aéreo de carga; (ii) implementar uma estratégia de Marketing de Aviação e de Eventos Promocionais; e, (iii) desenvolver um estudo de mercado, visando a definição e a regulamentação de um modelo de Zonas Francas.

- viii. A criação de condições para a melhoria da eficiência e dos níveis de serviço prestados nos transportes aéreos domésticos, principalmente nas rotas deficitárias.

2.2.2.3. Financiamento da Economia

149. O Governo procura uma solução urgente para o desafio do financiamento da economia cabo-verdiana, sobretudo face ao contexto de graduação de Cabo Verde a País de Rendimento Médio e face à persistência de défices, no que respeita ao acesso ao financiamento por parte das micro, pequenas e médias empresas e aos instrumentos de apoio à internacionalização de empresas cabo-verdianas.
150. É neste sentido que o Governo estará a promover melhorias das condições de financiamento da atividade produtiva e a iniciar um forte programa de captação e retenção do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e de incentivos às exportações. Isto, tendo sempre como foco que o investimento é a chave para a recuperação empresarial e para garantir um novo ciclo de crescimento e de emprego.
151. Do exposto, em 2017, serão tomadas medidas/ações, de forma a conferir maior liquidez às empresas e a dinamizar a atividade económica, das quais destacam-se as seguintes:
- a) Institucionalização de mecanismos de financiamento das Empresas:
 - i. Incentivo às instituições de micro-finanças;
 - ii. Criação de um fundo de capital de risco;
 - iii. Promoção de fundos de garantia.
 - b) Revisão do código dos benefícios fiscais, bem como da REMPE, IR-PC e IR-PS, visando impactos relevantes na criação de empregos diretos e indiretos com majoração sectorial e regional.
 - c) Instalação de uma máquina pública pró-*business*, removendo os obstáculos e reduzindo o tempo e o custo do investimento, através do princípio “Burocracia Zero” para os investimentos.
 - d) Aprovação de iguais condições para o Estado e para as empresas, em sede de fiscalidade, no mercado de capitais, adotando uma tributação tendencialmente nula.

- e) Implementação de um forte programa de captação e retenção do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), através do:
- i. Lançamento de um plano específico de atração do IDE estruturante, que potencie recursos humanos qualificados, valorize os projetos de I&D e a nossa posição geoeconómica e geoestratégica, tire partido das vantagens competitivas existentes no tecido económico, colabore na valorização sustentada de recursos naturais e que, além disso, possa funcionar como fator de dinamização de sectores promissores para a economia cabo-verdiana.
 - ii. Lançamento de campanhas específicas de divulgação das potencialidades de acolhimento de investimento estrangeiro dirigidas a determinado público-alvo (por ex. bancos internacionais e de desenvolvimento, ecossistemas de capital de risco, empresas de consultoria e escritórios de advogados internacionais, organizações que difundem rankings de competitividade internacional, entre outros.
 - iii. Criação de um programa direcionado para o desenvolvimento das indústrias nacionais.
 - iv. Avançar com um ambicioso programa de Parcerias Público Privadas e Privatizações, principalmente em relação a empresas públicas chave no país, visando dinamizar os sectores de atividades onde estão inseridos, criando de forma direta e indireta novas oportunidades tanto para o IDE como para os empresários nacionais.
 - v. No âmbito das PPP's e Privatizações, assegurar fortes investimentos por parte de parceiros externos, visando a melhorias ao nível das infraestruturas existentes no país e dos níveis de performance das empresas até então públicas, transferência de know-how para o sector privado nacional, de modo a melhorar o ambiente de negocio no país e melhorar os seus índices de competitividade.
- f) Ao nível das empresas que permaneçam públicas, importa definir metas às equipas de gestão, sendo que estas serão rigorosamente monitorizadas com o intuito de assegurar que estas empresas cumprem a sua missão, de forma eficiente, garantindo-se desta forma a utilização responsável de recursos públicos.

2.2.2.4. Segurança e Justiça

152. O Programa do Governo para a IX legislatura, destaca a segurança como uma responsabilidade primeira do Estado, tendo implicações na vida das pessoas, na economia e na sustentabilidade do país. É neste sentido, que eleger como objetivo prioritário do Governo, potenciar maior e melhor segurança e proporcionar mais qualidade de vida para todos.
153. O orçamento de 2017 preconiza vários compromissos do Governo para a área de segurança, que vão desde a segurança focada no Homem, tolerância zero com a criminalidade, reação policial e penal mais eficiente e mais eficaz, motivação dos agentes de segurança, gestão por objetivos e reforço imediato de meios, segurança nos transportes, bem como proteção civil eficaz e eficiente.
154. Neste sentido, o orçamento de 2017 contempla várias medidas de reforço da Segurança e da Justiça, podendo-se destacar:
- a) Novos recrutamentos, ao nível da Polícia Nacional e Inspetores/Agentes da Judiciária, bem como a dotação de recursos, para efeito de nivelamento salarial entre as diferentes forças policiais que integram a Polícia Nacional, visando resolver situação grave de injustiça salarial no seio da PN e unificar a grelha salarial e a regularização das promoções e progressões em atraso.
 - b) Melhoria das condições de trabalho e do funcionamento das estruturas, incluindo as direções e comandos, assim como o reforço imediato de meios operacionais, de forma a reforçar o sistema de patrulhamento urbano (vídeo vigilância urbana, policiamento de proximidade, entre outros), bem como o reforço dos meios de investigação criminal (humanos e de equipamentos de tática e segurança), permitindo assim uma reação policial e penal mais eficaz e mais célere.
 - c) Reforço das estruturas prisionais, quer a nível de infraestruturas, bem como a nível de agentes.
 - d) A Proteção Civil e a Segurança Rodoviária são outras prioridades do Governo nesta matéria, para o bom ambiente da segurança. Como descreve e bem a Moção de Confiança do Programa do Governo da IX Legislatura, em matéria de Proteção Civil, "...não é difícil de concluir, à luz de acontecimentos recentes, que o sistema de Proteção Civil cabo-verdiano é, ainda, incipiente na sua organização

e nos meios e recursos humanos, materiais e financeiros de que dispõe. (...), com um vulcão ativo e uma história de erupções, na linha da trajetória de furações e tempestades, é crucial dispor de um sistema de Proteção Civil adequado, articulado, integrado, eficiente e eficaz.” As necessidades do setor da Proteção Civil, projetadas para o ano 2017, em particular, vão de encontro ao reforço das necessidades de funcionamento do SNPCB, para além da implementação do CDCE 112 — Centro de Despacho e Coordenação de Emergência 112, que tem por objetivo dotar o país de um sistema integrado de comunicações de emergência que sirva tanto para situações de normalidade, como para situações de crise.

2.2.2.5. Inclusão Social e Regional

155. O Governo considera o desenvolvimento social um elemento incontornável na estratégia do processo de desenvolvimento do país e coloca, como sua primeira prioridade, o combate às desigualdades sociais reinantes no país. É, neste sentido, que não se pode falar de inclusão social, sem também adotar medidas de inclusão Regional, pois a política social deve ser promotora da dignidade da pessoa humana e da sua autonomia, com um país inclusivo, pela via do emprego, dos rendimentos e da educação.

2.2.2.5.1. Reforço do ensino básico e alargamento da escolaridade básica obrigatória para o oitavo ano

156. O orçamento de 2017, na sua política de inclusão social reforça o ensino Básico numa estratégia de natureza qualitativa, de modo a reforçar o seu potencial e a combater as suas fragilidades. É, neste sentido, que adota algumas medidas de política, nomeadamente:

- e) Efetivação imediata do alargamento da escolaridade básica obrigatória para os 8º anos, gratuito, com professores e carta escolar adequados a esse nível de escolaridade.
- f) Melhoria da articulação entre o pré-escolar e o ensino básico, evitando mudanças bruscas de conteúdos, de metodologias, de posturas e de ambiente físico.
- g) Reforço dos mecanismos de combate ao abandono e ao insucesso escolar, através de acompanhamento pedagógico e de apoios sociais.

- h) Melhoria das condições de trabalho dos recursos humanos e maior dignificação da classe docente, nomeadamente, pela requalificação das infraestruturas de ensino e de trabalho nas salas de aula, pelo incentivo à formação superior, pela atualização dos instrumentos e normativos que regulamentam o funcionamento administrativo e a carreira docente e pela rápida solução das reclassificações pendentes.
- i) Implementação da abordagem avaliativa e formativa por competências e reformulação e adequação do sistema da avaliação das aprendizagens.
- j) Disponibilização de bibliotecas de turma e de outros recursos didáticos/pedagógicos nos polos e melhoria na gestão e avaliação das escolas e polos, acompanhado do reforço do apoio e seguimento pedagógico, a nível concelhio.
- k) Redefinição dos mecanismos de estabelecimento das parcerias entre a escola e a comunidade.
- l) Reestruturação do serviço de apoio sócio escolar.

2.2.2.5.2. Promoção da Inclusão Social e Combate à Pobreza

157. Para o Governo, a nova geração de políticas sociais privilegiará a inserção social, em vez de mera subsidiação de risco. Esse modelo vai assentar-se numa mudança do paradigma estatizante e de condicionamento dos cidadãos e apostar na construção de uma parceria alargada entre o Estado, as autarquias locais e a sociedade civil, reconhecendo um papel fulcral às igrejas e às instituições privadas de solidariedade social. Pois, o desenvolvimento inclusivo pressupõe (i) além das políticas ativas de minimização das desigualdades sociais e da igualdade do género, o emprego decente, de modo a impulsionar a ascensão social dos mais desfavorecidos, com base no acesso ao trabalho e na melhoria constante das suas condições de rendimento e de qualidade de vida, (ii) adoção de medidas para a promoção da criação de um sistema de cuidados de crianças, idosos e pessoas com deficiência, (especialmente dos pertencentes a famílias mais vulneráveis) capaz de diminuir o impacto negativo que a crise de cuidados tem sobre a coesão social e de contribuir, de forma efetiva, para a igualdade de género, reconhecendo a crise de cuidados, existente no seio das famílias, como um problema coletivo, que requer respostas sociais coletivas.

158. É, neste sentido, que em termos de implementação de política, está previsto no Orçamento de 2017:

- a) Promoção da assistência aos que são atingidos pela invalidez, velhice, doenças incapacitantes, desemprego e outras vulnerabilidades.
- b) Criação de um Rendimento de Inclusão (RI) para os mais vulneráveis, no montante de cerca de 50% do valor do salário mínimo, para acudir cerca de 1.161 famílias com crianças em situações de risco.
- c) Redução da lista de espera na saúde, em estreita parceria com o sector privado, nomeadamente nas áreas, hoje mais críticas, da ginecologia, oftalmologia e ortopedia, assumindo os encargos financeiros daí resultantes para a população mais pobre, tendo-se previsto o reforço dos meios humanos e materiais das estruturas de saúde.
- d) Definição de medidas de incentivo ao financiamento em regime de microcrédito.

2.2.2.5.3. Inclusão Regional e Aprofundamento da Descentralização

159. Um dos pilares do modelo de governação do país adotado pelo Governo é a descentralização e a parceria com os municípios, entendendo-se necessária a descentralização de um conjunto de responsabilidades para os municípios/regiões nos domínios da atividade governativa, acompanhada de uma nova estratégia de distribuição de recursos entre o poder central e o poder local e regional.

160. Neste sentido, várias medidas foram adotadas no Orçamento do Estado para 2017:

- i. Discriminação Positiva - como forma de combater as assimetrias regionais, promovendo a igualdade de oportunidades para todos, serão reforçadas as transferências para os municípios com uma população inferior a 15.000 (quinze mil) habitantes.

Figura 29 Discriminação Positiva: Reforço de Transferência para os Municípios

Câmaras	Reforço das Transferências CVE
Paul	8.333.333
Tarrafal de São Nicolau	8.333.333
Ribeira Brava de São Nicolau	8.333.333
Maio	8.333.333
São Miguel	8.333.333
São Salvador do Mundo	8.333.333
São Lourenço dos Órgãos	8.333.333
Santa Catarina do Fogo	8.333.333
Brava	8.333.333
Mosteiros	8.333.333
Ribeira Grande de Santiago	8.333.333
São Domingos	8.333.333
TOTAL	100 000 000

Fonte: Ministério das Finanças

ii. Redistribuição do Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo:

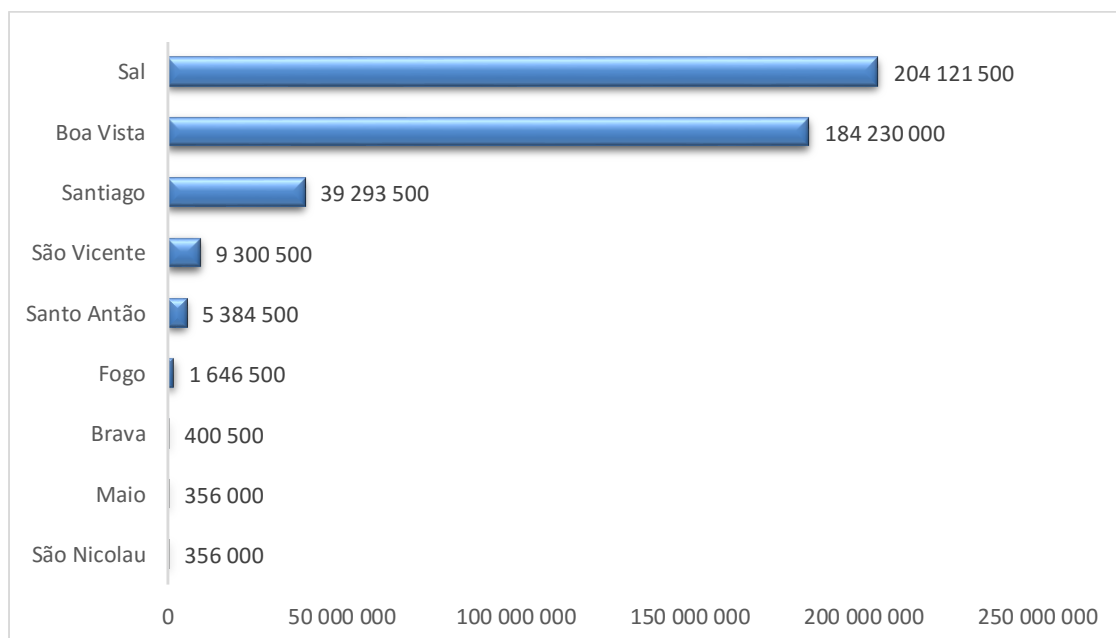
- a. A contribuição turística financia projetos de investimento, visando a melhoria do destino e do produto turístico, nos seguintes termos:
 - 50% destina-se a projetos de investimentos municipais, nas áreas da regeneração, requalificação e reabilitação urbana e ambiental de cidades, vilas e localidades para as tornar atrativas, do ponto de vista ambiental e cultural e dinamizar a economia local;
 - 45% destina-se ao financiamento de projetos de investimentos, nas áreas de energia, acessibilidades, saúde, segurança, requalificação da orla marítima, reabilitação ou restauro do património cultural, criação de museus e galerias de arte, eventos culturais e desportivos, capacitação e qualificação dos recursos humanos para o sector e educação para o turismo;
 - 5% destina-se ao desenvolvimento da marca Cabo Verde e à promoção internacional da imagem turística do País.
- b. Dos 50% destinados a projetos de investimentos municipais o critério de distribuição se efetuará de acordo com a capacidade de arrecadação, com base nos dados de 2015:

Figura 30 Peso da arrecadação da Contribuição Turística por ilha

ILHA	PESO
Sal	45,87%
Boa Vista	41,40%
Santiago	8,83%
São Vicente	2,09%
Santo Antão	1,21%
Fogo	0,37%
Brava	0,09%
São Nicolau	0,08%
Maio	0,08%
	100%

Fonte: Ministério das Finanças

Assim, face à receita prevista para a cobrança da contribuição turística para 2017 (890.000.000 CVE, sendo que 50% é destinado a projetos dos municípios), cada ilha poderá apresentar projetos, em escudos, nos montantes máximos de:

Figura 31 Montante disponível do FSST, em 2017, por ilha, para financiamento de projetos das Câmaras

Fonte: Ministério das Finanças

- iii. Redistribuição do Fundo de Manutenção Rodoviária (FMR) - do montante destinado às obras (505.308.000 CVE), propõe-se a seguinte distribuição:

Figura 32 Distribuição do FMR, em 2017, para financiamento de projetos

Valor destinado:	Distribuição	Sobre Valor Líquido
Câmaras Municipais	20%	101 061 600
Obras de urgência	20%	101 061 600
À manutenção	60%	303 184 800
TOTAL		505 308 000

Fonte: Ministério das Finanças

- iv. Redistribuição do Fundo do Ambiente – distribuição de acordo com o peso nos municípios no Fundo de Financiamento Municipal (FFM).

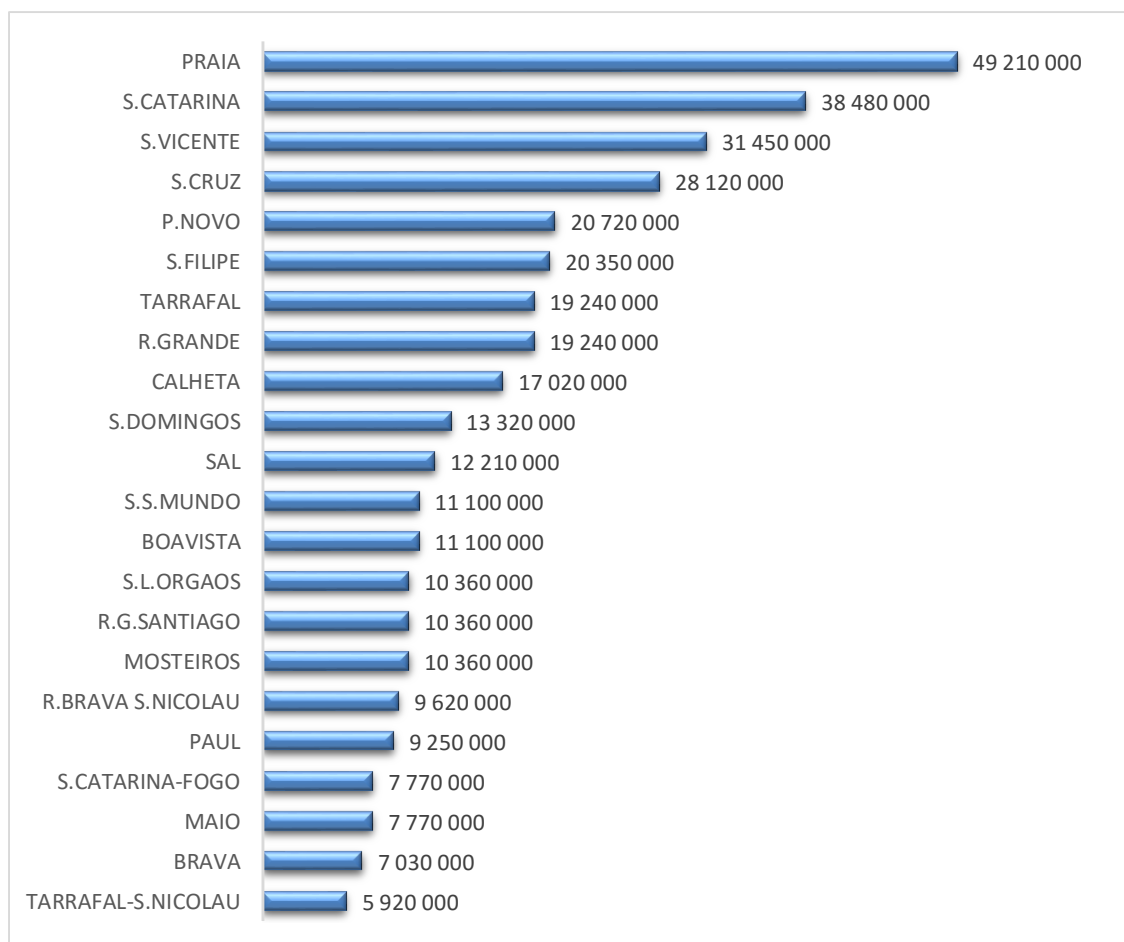
Figura 33 Distribuição do Fundo de Ambiente, em 2017, para financiamento de projetos

MUNICIPIOS	Peso nos Municípios no FFM
PAUL	2,5%
P.NOVO	5,6%
R.GRANDE	5,2%
R.BRAVA S.NICOLAU	2,6%
TARRAFAL-S.NICOLAU	1,6%
BOAVISTA	3,0%
SAL	3,3%
S.VICENTE	8,5%
MAIO	2,1%
PRAIA	13,3%
R.G.SANTIAGO	2,8%
S.CATARINA	10,4%
S.S.MUNDO	3,0%
TARRAFAL	5,2%
S.CRUIZ	7,6%
S.L.ORGAS	2,8%
S.FILIPPE	5,5%
S.CATARINA-FOGO	2,1%
MOSTEIRO	2,8%
BRAVA	1,9%
CALHETA	4,6%
S.DOMINGOS	3,6%
TOTAL	100%

Fonte: Ministério das Finanças

Assim, face à receita prevista para a cobrança da Taxa Ecológica para 2017 (740.000.000 CVE, sendo que 60% é destinado a projetos dos municípios), cada município poderá apresentar projetos, em escudos, nos montantes máximos, nos termos do gráfico que imediatamente se segue.

Figura 34 Montante disponível do FA, em 2017, por concelho, para financiamento de projetos das Câmaras



Fonte: Ministério das Finanças

2.2.3. Política de Consolidação Orçamental

161. A estratégia de consolidação do Governo permite que, em 2019, o país registe um défice orçamental na ordem dos 1,6% do PIB, através de:

- (i) um aumento das receitas fiscais, na ordem dos 15% ao ano, motivada pelas políticas económicas a serem empreendidas, passando pelo alargamento da base tributária;

- (ii) melhoria da qualidade da despesa pública e combate aos desperdícios do Estado, numa política de gestão de “fazer mais com menos”;
- (iii) redução da componente pública no programa de investimentos e aceleração das parcerias público-privadas, potencializando o financiamento via investimento privado/ Investimento Direto Estrangeiro.

162. Neste sentido, em 2017, a estratégia de consolidação, permite alcançar um défice orçamental de 3,0%, uma redução de 2,2 p.p., face ao orçado para o ano anterior de 5,2% do PIB e uma redução de 0,3 p.p., face ao revisto e projetado para 2016.

163. No quadro de uma trajetória sustentável de redução do défice orçamental e da dívida pública, são necessários, não apenas medidas e políticas económicas, mas também a definição de um quadro legal claro, visando a disciplina orçamental e a transparência, que constituem fatores que garantem a sustentabilidade das finanças públicas. Nesta senda, o Governo irá promover:

- a. Revisão da Lei de Base do Orçamento visando:
 - i. a fixação de limites ao défice e ao endividamento público
 - ii. a definição de um quadro legal moderno e transparente para a preparação, discussão, e execução, controle e reporte do orçamento através da submissão da nova lei de enquadramento do Orçamento do Estado;
- b. o reforço da eficácia do controlo Externo através da aprovação de uma nova lei para o Tribunal de Contas, alargando o seu perímetro de intervenção;
- c. a submissão da lei-quadro da dívida pública;
- d. a integralidade das contas públicas, através da integração dos sistemas e bancarização de todos os Institutos, fundos e serviços autónomos até 2018;
- e. a publicação regular do quadro orçamental de médio prazo, permitindo uma maior previsibilidade do quadro fiscal.

2.2.3.1. Medidas de Consolidação das Finanças Públicas

164. A consolidação das finanças públicas deverá ocorrer quer do lado das receitas, como das despesas.

165. Do lado das receitas, pese embora a implementação de uma política fiscal competitiva, as políticas económicas aparecem como fator compensador, promovendo o alargamento da base contributiva. Ainda, na frente receitas deve-se ressaltar a promoção:

- (i) De uma administração fiscal altamente competente, eficiente, motivada e dotada de forte capacidade inspetiva e tecnológica;
- (ii) Do combate à litigância fiscal de má-fé, à fuga e à evasão fiscais.

166. As medidas de consolidação, do lado das despesas, no OE 2017, ocorrem a nível de:

- (i) Cativação de 10% da Despesa de Funcionamento.
- (ii) Despesas com Pessoal: contenção da admissão de trabalhadores na função pública, em que novos recrutamentos de pessoal só ocorrem com autorização prévia do descongelamento, pelo Conselho de Ministros e mediante a reconfirmação da inexistência do perfil em toda a máquina pública;
- (iii) Redução e racionalização de despesas de funcionamento (consumo bens intermédios), crescimento zero, com exceção das receitas próprias, bem como de Donativos;
- (iv) Avaliação dos Fundos e Serviços autónomos, bem como os Institutos em termos de sustentabilidade/viabilidade.

167. Entretanto, os PCCS, aprovados em finais de 2015 e primeiro trimestre de 2016 e os em aprovação, não conferem margem para redução/contenção, em 2017, das despesas de funcionamento, tendo os mesmos impactos significativos, no âmbito da despesa pública, numa perspetiva plurianual. Isto, agravado ao facto de haverem outros PCCS de quadro privativo que ainda não foram objeto de aprovação, mas que constituem compromissos, determinando a necessidade de acautelar orçamentalmente os respetivos impactos, também numa ótica plurianual.

2.2.3.2. Qualidade da Despesa Pública

168. A escassez de recursos financeiros nacionais e externos nos próximos anos, conjugado com a diminuição do espaço fiscal, determina que a qualidade da despesa pública constitua um dos principais requisitos para a elaboração do orçamento (bem como a respetiva execução), tendo como referência a economicidade, a eficiência e a eficácia na gestão da coisa pública.
169. Neste sentido, o Governo de Cabo Verde pretende, melhorar a avaliação, implementação e gestão pós investimento dos ativos, a fim de obter o máximo de retorno e impacto socioeconómico dos projetos de investimento público.
170. A não adoção de procedimentos de análise custo/benefício das medidas que implicam despesa pública, nomeadamente a nível do investimento, é altamente prejudicial para o Estado e os contribuintes. Neste sentido, as decisões deverão ser tomadas com base em critérios de custo-benefício-eficácia, sendo que os fatores de produção de despesa excessiva e ineficaz devem ser identificados nas suas raízes estruturais e eliminados.
171. É neste contexto que, para além do reforço e consolidação dos instrumentos de planeamento a longo, médio e curto prazo, em 2017, estar-se-á a fazer a implementação efetiva, em Cabo Verde, do Sistema Nacional de Investimento (SNI), como um requisito essencial para transformar, com êxito, os recursos públicos em ativos que contribuirão para uma melhor prestação dos serviços públicos numa lógica de gestão por resultados, e assegurar a Cabo Verde o acesso contínuo aos mercados de capitais à longo prazo.

Caixa n.º 3: Implementação do Sistema Nacional de Investimento em Cabo Verde

A melhoria no ciclo de investimento público é condição essencial, para que Cabo Verde possa aumentar significativamente a eficiência e a produtividade do investimento público. Comprovou-se que os países com sistemas de investimento público mais fortes têm investimentos públicos mais credíveis, eficazes e produtivos.

Neste sentido, o Governo de Cabo Verde pretende implementar, a partir de 2017, um Sistema Nacional de Investimento que garanta avaliações técnicas adequadas, controlos e seguimento dos projetos, ao longo de toda a cadeia de investimento. A adoção de um processo de filtros consecutivos na avaliação de projetos, propicia não só maior eficiência, eficácia e efetividade dos projetos de investimentos públicos, como a melhoria da qualidade dos projetos e, consequentemente, dos bens e serviços que esses proporcionarão na fase pós-investimento.

O ciclo de investimento público, a ser implementado em 2017, pelo Ministério das Finanças, através da Direção Nacional do Planeamento, incluirá 3 fases principais: i) Pré- investimento; ii) investimento e iii) Pós- investimento. Todos os novos projetos de investimento público de montante superior a 10.000.000\$00 (dez milhões de escudos) a serem implementados, a partir de 2017, passarão para o seguinte ciclo de Investimento Público:

1. A Fase de **Pré- investimento** é uma fase durante a qual um projeto é edificado e formulado. Durante esta fase será obrigatória a realização de avaliações financeiras, económicas ambientais e sociais do projeto. Esta fase conclui-se com uma avaliação interna, a ser efetuada pelo Comité de Avaliação Interna, a ser criado em cada setor proponente do projeto, e com uma avaliação externa que será efetuada por um Comité de Avaliação Externa, a ser criado na Direção Nacional do Planeamento. Para apoiar os setores na fase pré-investimento a Direção Nacional do Planeamento, durante 2016, irá capacitar técnicos na fase pré-investimento do projeto e disponibilizar um Sistema de informação, de suporte para esta fase do processo. Na prática, a Fase de Pré-Investimento é dividida em duas fases distintas: 1) Fase de Identificação da Ideia do Projeto; e 2) Fase de Formulação e Avaliação do Projeto.
 - a. A Fase de Identificação da Ideia do Projeto inclui as seguintes etapas:
 - i. Identificação da ideia de um potencial projeto de investimento;
 - ii. Preenchimento de formulário de projeto de investimento, padronizado no sistema;
 - iii. Avaliação pelo Comité de Avaliação interna da ideia do projeto de investimento;
 - iv. Tomada de decisão sobre: i) rejeição da ideia de projeto e, nesse caso, deve ser revista e reenviada para outra avaliação interna; ii) aceitação da ideia do projeto, e nesse caso passa para a próxima fase da conceção do projeto.

- b. A Fase de Conceção e Avaliação do Projeto inclui:
 - i. Conceção do projeto de investimento pelo setor, de acordo com um conjunto predeterminado de orientações;
 - ii. Estudos de pré-viabilidade e análise, para avaliar as dimensões técnicas, financeiras, económicas, socioculturais, políticas e ambientais do projeto;
 - iii. Avaliação interna de projeto, efetuada pelo Comité de Validação Interna do Setor, mediante a utilização de uma grelha de múltiplos critérios, que conduz a uma decisão de aceitação técnica, rejeição ou devolução para reformulação;
 - iv. Validação da avaliação pelo Comité Externo de Projeto (DNP);
 - v. Priorização de projetos tecnicamente aceites pelo Comité de Avaliação Externa e determinação de uma lista de potenciais projetos de investimento.

- 2. A Fase de **Implementação** do Projeto (investimento) inclui as seguintes etapas:
 - i. Elaboração do plano de trabalho e o orçamento anual;
 - ii. Elaboração do plano anual de adjudicação de contratos;
 - iii. Elaboração anual do plano de desembolso;
 - iv. Monitorização e controlo da execução do projeto de investimento e resultados preliminares (inclui relatórios de execução orçamental mensais, relatório de implementação física trimestrais, e relatórios de desempenho anuais).
 - v. Realização de um conjunto de estudos durante o projeto (por exemplo, as avaliações a meio-percurso final);
 - vi. Realização de estudo de avaliação de impacto do projeto.

- 3. A Fase de **Pós-Investimento** inclui:
 - i. Elaboração de um plano de manutenção de ativos de longo prazo;
 - ii. Elaboração de um plano de trabalho operacional e orçamento anual;
 - iii. Elaboração de um plano de aprovisionamento anual;
 - iv. Monitorização do funcionamento e manutenção das infraestruturas;
 - v. Realização de inquéritos para monitorizar a satisfação dos beneficiários.

2.2.3.3. Política e Programa de Investimento Público

172. A política orçamental deverá refletir a estratégia de especialização económica. É neste sentido que, em 2017, priorizar-se-ão os projetos que impulsionam o desenvolvimento integrado do turismo, que arrasta os outros sectores, a montante e

a jusante, nomeadamente transportes, agronegócios, valorização da cultura para o turismo, capital humano para o turismo e promoção do sector privado à volta do turismo.

173. O programa de Investimento Público será orientado, numa ótica plurianual, para o crescimento económico e gerador de empregos, trazendo rendimento às famílias, tendo com base os objetivos, as políticas e os programas, a serem refletidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), de 2017 a 2021.

174. A consolidação orçamental, visando o equilíbrio e a sustentabilidades das finanças públicas, determinará a diminuição do PIP (Programa Plurianual de Investimento Público) para os próximos anos, mas sem perder de vista a:

- (i) Priorização de projetos capazes de melhorar o ambiente de negócio e a competitividade da economia e de fácil geração de emprego;
- (ii) Priorização de projetos, na área de segurança pública, trazendo tranquilidade às populações e aos investidores nacionais e estrangeiros;
- (iii) Recentragem dos projetos propiciadores de empoderamento das economias das ilhas, com reflexo num maior equilíbrio regional, e de utilização de recursos endógenos das ilhas;
- (iv) Otimização dos projetos focados no capital humano, na cidadania e na inclusão social;
- (v) Os compromissos assumidos em anos anteriores, relativamente a projetos com contratos negociados e em curso.

2.2.3.4. Política da Dívida Pública

175. O ano de 2017 será marcado por alguma recuperação económica, em relação ao ano de 2016, induzida pela recuperação do IDE, acompanhado dos investimentos públicos, pese embora este ultimo tem apresentado tendência decrescente motivado pelo princípio da sustentabilidade das finanças públicas.

176. A gestão da dívida pública num cenário ainda com reflexo da crise financeira internacional afigura-se como um grande desafio.
177. De forma a mitigar o efeito contágio, os organismos Internacionais, sentiram a necessidade de reformular a forma de monitorização da dívida soberana, e de adequar os países de novas metodologias de gestão prudente e na definição das estratégias alternativas de endividamento. Ainda, de forma a garantir a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade, a coordenação entre a política orçamental e monetária é indispensável.
178. A estratégia do endividamento para o horizonte 2016-2019 tem como premissa a consolidação orçamental, com o fito de mitigar não só o crescimento da dívida pública, mas também de criar condições para o setor privado. Para o efeito, no quadro do programa do governo, almeja-se a redução dos investimentos públicos, acompanhada de medidas de política económica, com vista a dinamizar o setor privado.
179. O Governo tem, igualmente, como meta, no referido horizonte, arquitetar novas fontes de financiamento, que passam pela dinamização do mercado de capitais interno, pelo estabelecimento de parcerias público-privadas e por contratos de concessão.
180. Na mesma linha, a nova política do investimento público passará pelo crivo do Sistema Nacional de Investimento, onde priorizará os projetos com efeito multiplicador na economia a curto, médio e longo prazo. Ou seja, os investimentos públicos devem-se focar na infraestruturação do país em capital intensivo, com elevado retorno económico e social, com potencial de gerar externalidades positivas, efeitos em cadeia tanto a jusante (*backward linkages*), como a montante (*forward linkages*), na economia, de forma a incentivar o investimento e o desenvolvimento do sector privado.
181. Assim sendo, no período em análise, a gestão da dívida baseou-se nas linhas estratégicas definidas no QEMP, na análise de sustentabilidade da dívida, procurando identificar os riscos e mitigá-los, bem como na identificação dos riscos dos passivos contingentes.

182. Sendo assim, para 2017, a gestão da dívida continuará a ser ativa, ancorada nas linhas estratégicas definidas no “Medium Term Debt Strategy” (MTDS), na análise de sustentabilidade da dívida.
183. A estratégia de Médio Prazo para a Gestão da Dívida Pública terá como premissa, por um lado, a consolidação de projetos em carteira, de forma a não se tornar em *sunk cost* e, por outro, a dinamização do setor privado, via estabelecimento de parcerias público-privadas, concessões, privatização e *project finance*.
184. O MTDS vai orientar a contratação de recursos financeiros para cobertura das necessidades de financiamento previstas, de acordo com os pressupostos macroeconómicos assumidos até 2019. A Estratégia será baseada no princípio de consistência da estrutura e composição da dívida pública com as políticas macroeconómicas, no alinhamento do serviço da dívida com a projeção da despesa pública de curto, médio e longo prazos e na mitigação do risco associado ao endividamento público.
185. Tendo em conta a minimização do custo e do risco e a manutenção da dívida pública em níveis sustentáveis, analisaram-se as seguintes estratégias de endividamento para um horizonte de 5 anos, que foram testadas sob choques de taxas de juro e de câmbio:
- a) **Estratégia 1:** Endividamento externo em cerca de 60% e o remanescente Interno, sendo que o externo com forte componente concessional. As fontes de financiamento externo são na maioria provenientes de credores multilaterais e bilaterais em termos concessionais e semi-concessionais.
 - b) **Estratégia 2:** Endividamento interno líquido, atingindo o máximo de 3% do PIB, em termos comerciais. O endividamento externo continua a ter maior peso, sendo originário de fontes concessionais multilaterais e bilaterais. Esta estratégia ilustra o objetivo do desenvolvimento do mercado interno, tendo em consideração a recente reforma de mercado da dívida pública.
 - c) **Estratégia 3:** Endividamento externo, com menor componente concessional, ou seja, em termos comerciais, semi-concessionais, oriundos de fontes bilaterais e multilaterais. Esta estratégia ilustra os custos e riscos relacionados com a

contratação futura de empréstimos em condições comerciais, ou seja espelha a transição do país para o patamar de grupo de países de rendimento médio.

- d) **Estratégia 4:** Acesso ao endividamento externo unicamente em EURO, em condições concessionais semi-concessionais e endividamento interno. A componente externa com maior predominância para os semi-concessionais oriundos de credores bilaterais. Esta estratégia ilustra a exposição do risco cambial face ao USD (31% da carteira da dívida externa está em USD), uma vez que existe a paridade fixa (PEG) ao Euro.

186. Após a exploração de cenários alternativos e de cenários de choques de taxas de juro e câmbio, a Estratégia I, em termos de indicadores de custo e risco, referentes ao rácio Dívida/PIB e Serviço de Dívida/PIB é a dominante.

187. Neste quadro, a Estratégia I, é a estratégia que permite ao país manter-se dentro dos parâmetros de sustentabilidade com risco moderado, tendo em conta os seguintes desafios:

- Uma boa performance na arrecadação das receitas;
- A reação positiva da economia a médio prazo;
- Alavancagem do sector privado via privatização de serviços.

188. Para além dos desafios acima elencados, deve-se ter presente o esgotamento dos modelos tradicionais, justificado pela decisão de infraestruturação do país. Neste quadro, sugere-se, por um lado, a estratégia de investimento que integrará, cada vez mais, o sector privado, através de Parcerias Público-Privadas ou do desenvolvimento do *Project Finance*. Por outro lado, aposta-se no desenvolvimento do mercado dos títulos da dívida pública, que continuará a ser prioritário e se afigurará como uma das principais fontes de financiamento do Governo, criação de fundos soberanos e fundos de garantias.

189. Pretende-se, ainda, continuar a desenvolver o mercado da dívida pública, apostando na educação financeira, na criação de novos produtos financeiros suscetíveis de captar poupança na diáspora, com o intuito de decrescer o custo financiamento do Governo, bem como o desenvolvimento do mercado secundário dinâmico e líquido, contribuindo para a afirmação internacional do mercado de Capitais de Cabo Verde.

190. Outro desafio implícito prende-se com a definição de um modelo eficiente de gestão das infraestruturas, para que possam gerar benefícios económicos e gerar externalidades positivas para economia. Para tal, o Governo pretende continuar a retroceder os projetos estruturantes para o Balanço das Empresas Públicas, que são instrumentos de política económica, passando assim a sua gestão numa lógica empresarial e mais eficiente. As empresas públicas, de modo geral, e, principalmente, as objeto de retrocessão passarão a adotar os princípios de boas práticas de *Corporate Governance*, sendo que, a contratação dos gestores será feita com base em contratos de gestão, com metas qualitativas e quantitativas, devidamente monitorizados.

2.2.4. Política de Recursos Humanos

191. A modernização da Administração Pública está na ordem do dia e é inevitável, não sendo, todavia, fácil nem consensual. Em última instância, a reforma exige que se questione o papel do Estado, a natureza das missões dos serviços públicos, a responsabilização destes perante os cidadãos e o Governo pela implementação das políticas públicas. Em termos de estratégia, colocam-se alternativas, em polos opostos e extremando posições, que vão, do centrar a ação na definição de políticas e na produção de normativos, ao lançamento de um amplo envolvimento e debate, com implicação dos diferentes atores e conquista de adesões. Ou seja, centrar a ação na definição de políticas, ou no envolvimento e motivação dos trabalhadores. Não se trata de duas vias opostas, mas a prática revela a necessidade de reforçar a segunda dimensão, com vista a garantir uma cultura de administração onde o *ius imperium* do direito administrativo e o primado dos normativos prevalecem.
192. Qualquer reforma sustentada da Administração Pública implica uma cadeia articulada e controlada de “choques externos”.
193. A assimilação desses choques, como geradores de um potencial de transformação positiva para a modernização, implica da parte da Administração, uma mediação forte e liderante, baseada numa visão partilhada e numa cultura de gestão. Implica ainda a adoção de novos conceitos, instrumentos e ferramentas que configuram a matriz de uma gestão pública inovadora.

- 194.** A passagem de uma Administração baseada no poder ou na burocracia para uma Administração adequada ao novo século pressupõe a adoção de uma postura “gestionária”, adaptada à especificidade dos serviços públicos, preocupada com a resposta eficaz e eficiente às necessidades da sociedade e das políticas públicas, incluindo as respeitantes à gestão dos recursos e aos métodos de gestão.
- 195.** O que se pretende é contribuir para o enraizamento de uma verdadeira cultura de gestão na Administração Pública é, pois, o nosso objetivo essencial, na convicção de que é essa cultura o elemento motor das dinâmicas indispensáveis à modernização da Administração Pública e a uma renovação dos serviços públicos.
- 196.** As dinâmicas de gestão, embora dependendo fortemente das capacidades de liderança, podem ser reforçadas através de processos de aprendizagem, nomeadamente coletiva, capazes de desenvolver novos saberes e fontes de conhecimento. A liderança deve ser impulsionada, revelando as dimensões estratégica e comportamental, sem deixar de lado as dimensões, organizacional e económico/financeira.

2.2.4.1. Perspetiva Organizacional para a Modernização

- 197.** Na Administração Pública, as soluções organizacionais devem assentar num modelo de organização do trabalho:
- flexível, de modo a viabilizar e/ou facilitar a adaptação à evolução da estratégia e objetivos organizacionais;
 - que valorize os serviços produtivos, enquanto responsáveis diretos pela produção dos bens e serviços que concretizam a missão, o que pressupõe, em muitos casos, o seu enriquecimento e o seu marketing externo e interno;
 - que parta das finalidades e funções a assegurar e garanta o seu desempenho, estimulando o funcionamento em rede e não apenas de serviços/estruturas estanques;
 - centrado no essencial, simplificando e desburocratizando procedimentos e atualizando os processos de trabalho;

- assente em trabalho enriquecido e em papéis individuais e grupais que façam uso das capacidades e motivações, favorecendo a adoção de novas formas de organização do trabalho, como o trabalho em grupo;
- que garanta o aumento da capacidade técnica dos serviços responsáveis pelos recursos de que a organização se serve, bem como que garanta que a sua gestão é assegurada de forma matricial na organização, o que pressupõe a colaboração do sistema diretivo no seu conjunto;
- que contemple e desenvolva a participação da organização em redes externas diversas, reforçando os seus canais de comunicação.

2.2.4.1.1. Pressupostos para a implementação

198. O Governo fixa as seguintes prioridades:

- Uma Administração Pública renovada, nas suas atitudes, métodos e formas de atuação, primando-se pela qualidade dos serviços que presta.
- Uma nova cultura de Administração Pública, fundada na ética, na responsabilidade, na responsabilização e no aprofundamento dos valores do serviço público, apostando no mérito, no incentivo ao desempenho individual e coletivo, na definição de objetivos e na avaliação dos seus resultados.
- Uma Administração cuja legitimidade seja permanentemente aferida pela lógica da utilidade dos seus serviços aos cidadãos e às empresas, aberta e transparente, capaz de transmitir confiança, mais do que autoridade, preocupada com os direitos e legítimos interesses dos cidadãos e dos agentes económicos.

2.2.4.1.2. Eixos de atuação

199. Para os objetivos que se pretende, em 2017, três eixos de atuação estarão a orientar a política e as medidas relativas aos Recursos da Administração Pública:

i. Organização e Estruturas da Administração Pública.

- Repensar a organização e as estruturas na Administração Pública, em função da missão do serviço público.
- Revisão do paradigma organizacional sobre o qual se assenta a conceção das estruturas para reduzir deficiências organizacionais e minimizar riscos de sobreposição, custos acrescidos e ineficiências.

- Reequacionamento das funções básicas do Governo Central face aos Municípios, evitando sobreposições e confusão de atribuições e competências.
- Programa e cronograma de ações para a transferência de competências e de recursos, na lógica do crescimento sustentado do processo de descentralização.
- Racionalização das estruturas do sector público.

ii. Gestão e funcionamento dos Serviços Públicos

- Planeamento estratégico na Administração Pública.
- Programa de gestão por objetivos para todas as estruturas administrativas, em parceria com os dirigentes, os funcionários e os principais beneficiários.
- Reformulação das competências, atribuições e responsabilidades dos dirigentes.
- Capacitação em gestão e revisão da tabela remuneratória do pessoal dirigente, de forma a permitir o recrutamento dos mais capacitados.
- Implementação de um sistema de responsabilização e avaliação de desempenho dos funcionários e do pessoal dirigente.
- Programa de desburocratização e simplificação de circuitos, procedimentos e suportes, que encurte tempos de resposta e imponha o cumprimento dos prazos legalmente previstos, especialmente em matérias de maior impacto junto dos cidadãos, da comunidade e das empresas.
- Medidas para a cultura de mérito e para produtividade na Administração Pública.
- Novo modelo de serviço público aberto e participativo, fundado na cooperação entre a Administração Pública e a sociedade.
- Criação de instrumentos de auscultação regular dos cidadãos e das empresas, em matéria de prestação de serviços eficientes e de qualidade.
- Mecanismos de participação das organizações da sociedade no processo de reforma da Administração Pública, designadamente através de assento nas estruturas de acompanhamento e avaliação crítica dos programas e projetos.
- Aprofundar o esforço de informatização, aplicando os instrumentos a todos os níveis de gestão e meios de comunicação.

iii. Valorização dos Recursos Humanos

- Revisão dos instrumentos de gestão para reter os funcionários capacitados.
- Redefinir os mecanismos de recrutamento, numa ótica de justiça social e melhor gestão das disponibilidades do mercado.

- Revisão do Estatuto do Pessoal Dirigente, redefinindo as suas competências, atribuições e responsabilidades e reforçando os seus poderes para o exercício de funções de conceção e controlo de execução das políticas públicas.
- Valorizar o mérito, a eficiência e a qualidade e reforçar o princípio de profissionalização no recrutamento, manutenção e substituição do servidor público, incluindo de titulares de cargos dirigentes.
- Programas de desenvolvimento dos funcionários e capacitação gerenciais dos dirigentes.
- Redefinir os quadros de pessoal, os critérios para a criação de novos quadros e para a sua alteração, em função da organização e da estrutura dos serviços.
- Criação de incentivos, bónus, benefício financeiro, férias especiais ou outras regalias, como prémio para a criatividade, produtividade, iniciativa ou mérito.
- Repensar e reforçar o dispositivo para a capacitação e o desenvolvimento dos recursos humanos da Administração Pública.

2.2.4.2. Implementação dos PCCS até 2019

200. O Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) é uma ferramenta administrativa que deve ser elaborada e atualizada, para atender aos objetivos do serviço público, mantendo o nível de satisfação dos funcionários, colaboradores, com uma política de Recursos Humanos, que permita o seu desenvolvimento, em busca de produtividade, eficiência e objetividade dos serviços prestados ao cidadão.
201. No âmbito da aprovação do PCCS do regime geral da Administração Pública, em fevereiro de 2013, deu-se início à adaptação dos estatutos dos regimes especiais aos princípios que nortearam o novo PCCS.
202. Dos cerca de trinta estatutos dos regimes especiais, em 2015/2016 foram implementados apenas onze, sendo eles:
- (i) Carreira da Inspeção da Educação (M. Educação),
 - (ii) Carreira do Docente (M. Educação)
 - (iii) Carreira do FICASE (M. Educação)
 - (iv) Carreira da IGCI (MEE)
 - (v) Carreira de Diplomata (MNEC)

- (vi) Carreira da IGJ (MEE)
- (vii) Carreira de pessoal do Tribunal de Contas
- (viii) Carreira ASP (M. Justiça)
- (ix) Carreira de pessoal CEJUR (Chefia do Governo)
- (x) Carreira dos Técnicos de Finanças (M. Finanças)
- (xi) Carreira da Inspeção das Finanças (M. Finanças)

203. Nesta sequência, ficaram pendentes por aprovar e implementar cerca de dezanove estatutos especiais, que serão implementados faseadamente, entre 2017 a 2019, garantido, de forma sustentável, a implementação desse indispensável instrumento de Gestão de Pessoas, norteado para incentivar um bom ambiente de trabalho e a produtividade. O impacto financeiro pode atingir valores na ordem dos 502 milhões de CVE.

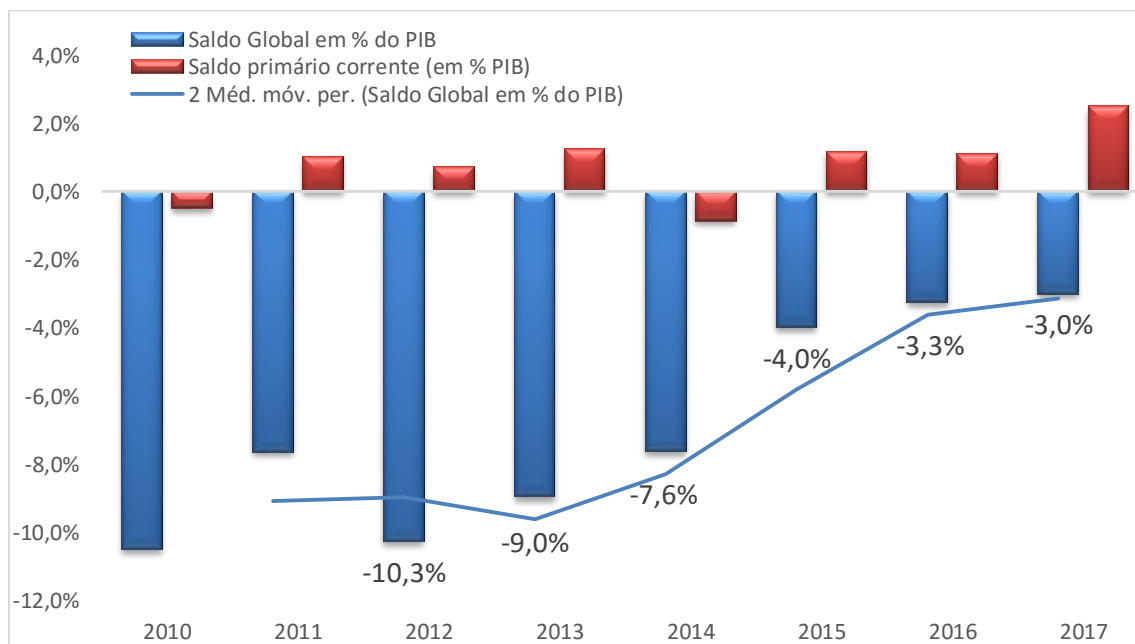
2.3. Finanças Públicas em 2017

2.3.1. Análise Global

204. A política orçamental para 2017, já enunciada acima, visa o empoderamento do sector privado, fomentando uma economia mais flexível, previsível e, consequentemente, competitiva, com impactos positivos e diretos no mercado de trabalho.

205. Por outro lado, são políticas que se equilibram com a sustentabilidade das finanças publicas, não apenas a curto prazo, mas também a médio e longo prazo, elegendo a eficiência e eficácia da receita e a racionalização nas despesas públicas, visando reduzir o défice público e libertar um excedente corrente primário. Nesta sequência, em 2017, programa-se uma redução do défice público para 3,0% do PIB, uma diminuição de 0,3 p.p., comparativamente ao défice reprogramado para 2016.

Figura 35 Evolução do Saldo Global e Corrente Primário (em % do PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

206. As receitas totais, excluindo vendas de ativos não financeiros, deverão atingir, em 2017, os 50.226 milhões de CVE, representando 27,1% do PIB. Esta previsão resulta, principalmente, da estimativa das receitas fiscais, que, por sua vez, reflete a dinâmica

económica esperada e o aumento (apenas em 2017) da taxa do IVA para 15,5% e dos impostos sobre o tabaco e o álcool, bem como a expectativa de recuperação das dívidas fiscais em atraso. Este último, mediante a implementação do regime especial de regularização de dívidas e automatização do procedimento de encontro de contas das dívidas de natureza fiscal.

207. Nesta sequência, para 2017, o total das receitas de impostos orçamentado é de 37.870 milhões de CVE (20,4% do PIB), dos quais 30,6% do Imposto Único sobre o Rendimento, 47,4% do Imposto Sobre o Valor Acrescentado e 20,2% do Imposto Sobre Transações Internacionais.
208. Relativamente às despesas totais, estas estão orçamentadas em 48 759 milhões de CVE (26,3% do PIB), sendo 48 079 milhões de CVE para despesas correntes e 681 milhões de CVE para despesas de capital. Do total das despesas correntes, 43,1% são correspondentes a despesas com pessoal, 18,7% à aquisição de bens e serviços, 9,8% a juros da dívida, 11,2% a transferências e subsídios, 11,4% e 5,4% a benefícios sociais e outras despesas correntes, respetivamente.
209. Quanto aos ativos não financeiros líquidos, estes totalizam 7.110 milhões de CVE, mais 75 milhões de CVE, quando comparados com a execução projetada para 2016.
210. Do exposto, o saldo orçamental global é deficitário em 5.642,8 milhões de CVE, sendo financiado por empréstimos externos e internos.
211. Numa perspetiva de plurianualidade e, consequentemente, de previsibilidade, o Quadro Orçamental de Médio Prazo 2017-19 constitui um guia orientador para a gestão orçamental, tendo como princípio basilar o garante da sustentabilidade das finanças públicas/dívida pública. Isto, através de um conjunto de medidas que visam o equilíbrio das contas públicas, para que se atinja a meta de um défice orçamental de 1,6% do PIB, em 2019.

Figura 36 Evolução das Finanças Públicas – Nova Abordagem

	Em milhões de escudos						Taxa de crescimento em %						Percentagem do PIB Projectado					
	2015	2016	OE	Projeção		Prov.	2016		OE	Projeção		2015	2016		OE	Projeção		
	Exec.Prov	OE	Rep.Exec.	2017	2018		OE	Repr.	2017	2018	2019		OE	Rep.	2017	2018	2019	
Receitas Totais	41 826	50 355	46 301	50 226	48 534	50 522	18,4%	20,4%	10,7%	8,5%	-3,4%	4,1%	25,7%	29,3%	26,9%	27,1%	24,1%	23,2%
Receitas correntes	38 349	46 469	42 414	48 033	46 992	49 147	17,0%	21,2%	10,6%	13,2%	-2,2%	4,6%	23,5%	27,0%	24,6%	25,9%	23,3%	22,6%
Receitas fiscais - Impostos	30 252	34 938	33 733	37 870	39 088	41 348	11,8%	15,5%	11,5%	12,3%	3,2%	5,8%	18,6%	20,3%	19,6%	20,4%	19,4%	19,0%
Transferências correntes	364	2 446	2 446	2 564	645	424	59,9%	572,4%	572,4%	4,8%	0,0%	0,0%	0,2%	1,4%	1,4%	1,4%	0,3%	0,2%
Outras Receitas	7 733	9 085	6 235	7 598	7 258	7 375	41,1%	17,5%	-19,4%	21,9%	-4,5%	1,6%	4,7%	5,3%	3,6%	4,1%	3,6%	3,4%
Receitas de capital	3 477	3 887	3 887	2 193	1 542	1 375	35,9%	11,8%	11,8%	-43,6%	-29,7%	-10,9%	2,1%	2,3%	2,3%	1,2%	0,8%	0,6%
Transferências de Capital	3 477	3 887	3 887	2 193	1 542	1 375	35,9%	11,8%	11,8%	-43,6%	-29,7%	-10,9%	2,1%	2,3%	2,3%	1,2%	0,8%	0,6%
Despesas Totais	41 040	49 614,2	44 885,7	48 759,4	47 117	47 426	9,3%	20,9%	9,4%	8,6%	-3,4%	0,7%	25,2%	28,8%	26,1%	26,3%	23,4%	21,8%
Despesas correntes	40 569	49 446	44 836	48 079	46 314	46 750	8,1%	21,9%	10,5%	7,2%	-3,7%	0,9%	24,9%	28,7%	26,1%	25,9%	23,0%	21,5%
Despesas com pessoal	17 814	20 380	19 880	20 715	20 723	20 520	3,7%	14,4%	11,6%	4,2%	0,0%	-1,0%	10,9%	11,8%	11,6%	11,2%	10,3%	9,4%
Aquisição de Bens e Serviços	7 128	9 811	7 283	8 974	6 891	6 710	24,1%	37,6%	2,2%	23,2%	-23,2%	-2,6%	4,4%	5,7%	4,2%	4,8%	3,4%	3,1%
Juros da dívida	4 134	4 261	4 261	4 709	4 944	5 151	20,0%	3,1%	3,1%	10,5%	5,0%	4,2%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,4%
Subsídios	161	246	246	233	233	233	51,4%	52,3%	52,3%	-5,3%	0,3%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Transferências correntes	4 281	6 097	5 078	5 398	5 335	5 475	-2,5%	42,4%	18,6%	6,3%	-1,2%	2,6%	2,6%	3,5%	3,0%	2,9%	2,6%	2,5%
Benefícios Sociais	4 729	5 102	5 041	5 476	5 618	6 104	8,8%	7,9%	6,6%	8,6%	2,6%	8,6%	2,9%	3,0%	2,9%	3,0%	2,8%	2,8%
Outras despesas Correntes	2 321	3 549	3 047	2 575	2 569	2 556	-0,8%	52,9%	31,3%	-15,5%	-0,2%	-0,5%	1,4%	2,1%	1,8%	1,4%	1,3%	1,2%
Pagamentos do ano anterior	0	0	1	2	0	0	0,0%	n/a	n/a	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Despesa de Capital	471	168	50	681	804	677	0,0%	-64,4%	-89,4%	1261,7%	18,1%	-15,8%	0,3%	0,1%	0,0%	0,4%	0,4%	0,3%
Transferências de capital PIP	471	168	50	681	804	677	0,0%	-64,4%	-89,4%	1261,7%	18%	-16%	0,3%	0,1%	0,0%	0,4%	0,4%	0,3%
Resultado Operacional Bruto	787	741	1 415	1 467	1 416	3 095	-1,3551	-0,1	0,8	0,0	0,0	1,2	0,5%	0,4%	0,8%	0,8%	0,7%	1,4%
Activos não Financeiros	7 375	9 673,7	7 034,8	7 109,7	5 617	6 591	-22,7%	31,2%	-4,6%	1,1%	-21,0%	17,3%	4,5%	5,6%	4,1%	3,8%	2,8%	3,0%
Compra de activos não Financeiros	7 659	9 809	7 115	7 593	5 698	6 672	-22,3%	28,1%	-7,1%	6,7%	-25,0%	17,1%	4,7%	5,7%	4,1%	4,1%	2,8%	3,1%
Venda de activos não Financeiros	284	135	80	483	81	81	-8,3%	-52,3%	-71,9%	505,2%	-83,3%	0,0%	0,2%	0,1%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%
Saldo global	-6 588	-8 932,7	-5 619,9	-5 642,8	-4 200,8	-3 495,6							-4,0%	-5,2%	-3,3%	-3,0%	-2,1%	-1,6%
Saldo Corrente	-2 220	-2 978	-2 422	-45	678	2 397							-1,4%	-1,7%	-1,4%	0,0%	0,3%	1,1%
Saldo global primário	-2 454	-4 672	-1 359	-934	744	1 655							-1,5%	-2,7%	-0,8%	-0,5%	0,4%	0,8%
Saldo primário corrente	1 915	1 283	1 839	4 664	5 622	7 548							1,2%	0,7%	1,1%	2,5%	2,8%	3,5%
Financiamento	4 819	8 932,7	5 619,9	5 642,8	4 201	3 496							3,0%	5,2%	3,3%	3,0%	2,1%	1,6%
Activos Financeiros	-6 819	-7 184	-7 205	-6 683	-6 144	-3 335							-4,2%	-4,2%	-4,2%	-3,6%	-3,0%	-1,5%
Empréstimo concedidos	-5 397	-7 592	-5 111	-5 657	-5 411	-2 252							-3,3%	-4,4%	-3,0%	-3,1%	-2,7%	-1,0%
Ações e outras Participações	-1 443	0	-2 502	-1 108	-1 091	-1 082							-0,9%	0,0%	-1,5%	-0,6%	-0,5%	-0,5%
Outros Activos	21	408	408	82	359	0							0,0%	0,2%	0,2%	0,0%	0,2%	0,0%
Passivos Financeiros	11 638	16 117	12 825	12 326	10 345	6 830							7,1%	9,4%	7,5%	6,6%	5,1%	3,1%
Interno Líquido	996	4 843,7	4 843,7	4 127,2	4 489	3 725							0,6%	2,8%	2,8%	2,2%	2,2%	1,7%
Externo Líquido	10 642	11 273,0	7 980,9	8 198,4	5 855	3 106							6,5%	6,6%	4,6%	4,4%	2,9%	1,4%
Erros e Omissões	-1 769	0,0	0,0	0,0	0,00	0,00							-1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo global (em % do PIB)	-4,0	-5,2	-3,3	-3,0	-2,1	-1,6												
Saldo corrente (em % do PIB)	-1,4	-1,7	-1,4	0,0	0,3	1,1												
Saldo global primário(em % do PIB)	-1,5	-2,7	-0,8	-0,5	0,4	0,8												
Saldo primário corrente (em % PIB)	1,2	0,7	1,1	2,5	2,8	3,5												
Interno Líquido (em % PIB)	0,6	2,8	2,8	2,2	2,2	1,7												
Externo Líquido(em % PIB)	6,5	6,6	4,6	4,4	2,9	1,4												

Fonte: Ministério das Finanças

Figura 37 Evolução das Finanças Públicas – Antiga Abordagem

	Em milhões de escudos						Taxa de crescimento em %						Percentagem do PIB Projectado					
	2015		2016		Projeção		Prov.		2016		OE		Projeção		2015		2016	
	Exec.Prov.	OE	Rep.Exec.	OE	2018	2019	2015	OE	Repr.	2017	2018	2019	2015	OE	Rep.	2017	2018	2019
Receitas Totais (inclui Venda de ANF)	42 110	50 490,6	46 380,5	50 710	48 614	50 602	18,2%	19,9%	10,1%	9,3%	-4,1%	4,1%	25,9%	29,3%	27,0%	27,3%	24,1%	23,2%
Receitas correntes	37 985	44 023	39 968	45 469	46 346	48 723	16,7%	15,9%	5,2%	13,8%	1,9%	5,1%	23,3%	25,6%	23,2%	24,5%	23,0%	22,4%
Receitas fiscais - Impostos	30 252	34 938	33 733	37 870	39 088	41 348	11,8%	15,5%	11,5%	12,3%	3,2%	5,8%	18,6%	20,3%	19,6%	20,4%	19,4%	19,0%
Outras Receitas	7 733	9 085	6 235	7 598	7 258	7 375	41,1%	17,5%	-19,4%	21,9%	-4,5%	1,6%	4,7%	5,3%	3,6%	4,1%	3,6%	3,4%
Receitas de capital	3 841	6 332	6 332	4 757	2 188	1 799	37,8%	64,9%	64,9%	-24,9%	-54,0%	-17,8%	2,4%	3,7%	3,7%	2,6%	1,1%	0,8%
Donativos	3 841	6 332	6 332	4 757	2 188	1 799	37,8%	64,9%	64,9%	-24,9%	-54,0%	-17,8%	2,4%	3,7%	3,7%	2,6%	1,1%	0,8%
Activos não Financeiros	284	135	80	483	81	81	-8,3%	-52,3%	-71,9%	505,2%	-83,3%	0,0%	0,2%	0,1%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%
Venda de activos não Financeiros	284	135	80	483	81	81	-8,3%	-52,3%	-71,9%	505,2%	-83,3%	0,0%	0,2%	0,1%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%
Despesas de Funcionamento (recorrentes)	34 628	40 109	38 499	40 875	41 482	42 004	7,5%	15,8%	11,2%	6,2%	1,5%	1,3%	21,3%	23,31%	22,37%	22,04%	20,59%	19,27%
Despesas correntes	34 471	39 824	38 318	40 600	41 239	41 765	7,6%	15,5%	11,2%	6,0%	1,6%	1,3%	21,2%	23,1%	22,3%	21,9%	20,5%	19,2%
Despesas com pessoal	16 458	18 619	18 443	19 212	19 400	19 241	5,0%	13,1%	12,1%	4,2%	1,0%	-0,8%	10,1%	10,8%	10,7%	10,4%	9,6%	8,8%
Aquisição de Bens e Serviços	3 714	4 554	3 657	4 627	4 615	4 597	10,6%	22,6%	-1,5%	26,5%	-0,3%	-0,4%	2,3%	2,6%	2,1%	2,5%	2,3%	2,1%
Juros da dívida	4 134	4 261	4 261	4 709	4 944	5 151	20,0%	3,1%	3,1%	10,5%	5,0%	4,2%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,4%
Subsídios	136	228	228	232	232	232	28,1%	67,0%	67,0%	1,7%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Transferências correntes	3 722	4 216	4 005	4 348	4 438	4 446	6,1%	13,3%	7,6%	8,6%	2,1%	0,2%	2,3%	2,4%	2,3%	2,3%	2,2%	2,0%
Benefícios Sociais	4 415	4 834	4 834	5 210	5 355	5 845	8,4%	9,5%	9,5%	7,8%	2,8%	9,2%	2,7%	2,8%	2,8%	2,8%	2,7%	2,7%
Outras despesas Correntes	1 891	3 113	2 891	2 262	2 254	2 254	0,9%	64,6%	52,9%	-21,8%	-0,3%	0,0%	1,2%	1,8%	1,7%	1,2%	1,1%	1,0%
Activos não Financeiros	157	285	181	275	243	239	-1,7%	81,3%	15,0%	52,4%	-11,6%	-1,9%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Compra de activos não Financeiros	157	285	181	275	243	239	-1,7%	81,3%	15,0%	52,4%	-11,6%	-1,9%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Despesas de Investimento	14 071	19 314	13 502	15 477,1	11 333,2	12 094,3	-7,4%	37,3%	-4,0%	14,6%	-26,8%	6,7%	8,6%	11,2%	7,8%	8,3%	5,6%	5,5%
Despesas Correntes	6 098	9 622	6 518	7 478	5 075	4 985	10,9%	57,8%	6,9%	14,7%	-32,1%	-1,8%	3,7%	5,6%	3,8%	4,0%	2,5%	2,3%
Despesas com pessoal	1 356	1 760	1 438	1 503	1 323	1 279	-9,1%	29,9%	6,1%	4,6%	-12,0%	-3,3%	0,8%	1,0%	0,8%	0,8%	0,7%	0,6%
Aquisição de Bens e Serviços	3 415	5 257	3 626	4 347	2 275	2 114	43,0%	54,0%	6,2%	19,9%	-47,7%	-7,1%	2,1%	3,1%	2,1%	2,3%	1,1%	1,0%
Subsídios	24,8	18	18	1	2	2	0,0%	-28,6%	-28,6%	-94,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Transferências correntes	559	1 882	1 073	1 049	897	1 029	-36,6%	236,6%	91,9%	-2,2%	-14,5%	14,7%	0,3%	1,1%	0,6%	0,6%	0,4%	0,5%
Benefícios Sociais	314	268	207	266	264	260	14,9%	-14,5%	-33,9%	28,1%	-0,7%	-1,5%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Outras despesas Correntes	430	436	156	313	315	302	-7,6%	1,5%	-63,7%	100,6%	0,7%	-4,0%	0,3%	0,3%	0,1%	0,2%	0,2%	0,1%
Despesas de Capital (Trf)	471	168	50	681	804	677	0,0%	-64,4%	-89,4%	1261,7%	18,1%	-15,8%	0,3%	0,1%	0,0%	0,4%	0,4%	0,3%
Activos não Financeiros	7 502	9 524	6 934	7 318	5 455	6 433	-22,6%	27,0%	-7,6%	5,5%	-25,5%	17,9%	4,6%	5,5%	4,0%	3,9%	2,7%	3,0%
Compra Activos não Financeiros	7 502	9 524	6 934	7 318	5 455	6 433	-22,6%	27,0%	-7,6%	5,5%	-25,5%	17,9%	4,6%	5,5%	4,0%	3,9%	2,7%	3,0%
Saldo global	-6 588	-8 933	-5 620	-5 643	-4 201	-3 496	-	-0,14698	0,004083	-	-	-	-4,0%	-5,2%	-3,3%	-3,0%	-2,1%	-1,6%
Saldo Corrente	3 514	4 198	1 650	4 869	5 107	6 958							2,2%	2,4%	1,0%	2,6%	2,5%	3,2%
Saldo global primário	-2 454	-4 672	-1 359	-934	744	1 655							-1,5%	-2,7%	-0,8%	-0,5%	0,4%	0,8%
Saldo primário corrente	7 649	8 459	5 911	9 578	10 052	12 109							4,7%	4,9%	3,4%	5,2%	5,0%	5,6%
Financiamento	4 819	8 933	5 620	5 643	4 201	3 496	-	-	-	-	-	-	3,0%	5,2%	3,3%	3,0%	2,1%	1,6%
Activos Financeiros	-6 819	-7 184	-7 205	-6 683	-6 144	-3 335							-4,2%	-4,2%	-4,2%	-3,6%	-3,0%	-1,5%
Empréstimo concedidos	-5 397	-7 592	-5 111	-5 657	-5 411	-2 252							-3,3%	-4,4%	-3,0%	-3,1%	-2,7%	-1,0%
Acções e outras Participações	-1 443	0	-2 502	-1 108	-1 091	-1 082							-0,9%	0,0%	-1,5%	-0,6%	-0,5%	-0,5%
Outros Activos	21	408	408	82	359	0												
Passivos Financeiros	11 638	16 117	12 825	12 326	10 345	6 830							7,1%	9,4%	7,5%	6,6%	5,1%	3,1%
Interno Líquido	996	4 844	4 844	4 127,2	4 489	3 725							0,6%	2,8%	2,8%	2,2%	2,2%	1,7%
Externo Líquido	10 642	11 273	7 981	8 198	5 855	3 106							6,5%	6,6%	4,6%	4,4%	2,9%	1,4%
Erros e Omissões	-1 769	0	0	0	0	0							-1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo global (em % do PIB)	-4,0	-5,2	-3,3	-3,0	-2,1	-1,6												
Crédito Interno Líquido	0,6	2,8	2,8	2,2	2,2	1,7												
Saldo corrente (em % do PIB)	2,2	2,4	1,0	2,6	2,5	3,2												
Saldo global primário(em % do PIB)	-1,5	-2,7	-0,8	-0,5	0,4	0,8												
Saldo primário corrente (em % PIB)	4,7	4,9	3,4	5,2	5,0	5,6												
Interno Líquido (em % PIB)	0,6	2,8	2,8	2,2	2,2	1,7												
Externo Líquido(em % PIB)	6,5	6,6	4,6	4,4	2,9	1,4												

Fonte: Ministério das Finanças

2.3.2. Receitas do Estado

2.3.2.1. Receitas previstas para 2017

212. Para o ano de 2017, prevê-se que as receitas totais, incluindo vendas de ativos não financeiros, ascendam a 50 226 milhões de CVE, o que representa um acréscimo de 8,5% relativamente à execução provisória de 2015, justificado, essencialmente, pelo aumento dos Impostos e das Outras Receitas.

Figura 38 Evolução da Receita do Estado

	Em milhões de CVE			Taxa de crescimento em %			Em % do PIB Projectado		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Receitas Totais (Exclui Venda de ANF)	41 826	46 300	50 225	18,4%	10,7%	8,5%	25,7%	26,9%	27,1%
Receitas correntes (excluindo donativos)	37 985	39 968	45 468	16,7%	5,2%	13,8%	23,3%	23,2%	24,5%
Receitas fiscais - Impostos	30 252	33 733	37 870	11,8%	11,5%	12,3%	18,6%	19,6%	20,4%
Segurança Social	46	57	59	-18,1%	25,7%	2,4%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras Receitas	7 687	6 178	7 540	41,7%	-19,6%	22,0%	4,7%	3,6%	4,1%
Transferências	3 841	6 332	4 757	37,8%	64,9%	-24,9%	2,4%	3,7%	2,6%
Activos não Financeiros (ANF)	284	80	483	-8,3%	-71,8%	503,8%	0,2%	0,0%	0,3%
Venda de activos não Financeiros	284	80	483	-8,3%	-71,8%	503,8%	0,2%	0,0%	0,3%
Total das Receitas e Vendas de ANF	42 110	46 380	50 708	18,2%	10,1%	9,3%	25,9%	27,0%	27,3%

Fonte: Ministério das Finanças

2.3.2.1.1. Receitas fiscais

213. A previsão das receitas fiscais para 2017 ascende a 37.870,4 milhões de ECV, representando um acréscimo de 11,9% face à execução prevista para 2016. Este acréscimo excede em cerca de 4,1% pontos percentuais a taxa de crescimento do PIB nominal, que se estima em torno de 7,8%.

214. Este resultado advém do Imposto sobre o Rendimento (+8,6%), do Imposto sobre Bens e Serviços (+17,0%), do Imposto sobre Transações Internacionais (+6,8%) e de Outros Impostos (+1,6%).

215. O quadro seguinte apresenta a evolução da receita fiscal, por imposto:

Figura 39 Evolução dos principais impostos

	Em milhões de escudos				Taxa de crescimento em %			Em % do PIB			
	2014	2015P	2016R	2017	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Receitas Fiscais	27.060,6	30.252,5	33.849,9	37.870,4	11,8	11,9	11,9	17,3	18,6	19,7	20,4
Impostos	27.060,6	30.252,5	33.849,9	37.870,4	11,8	11,9	11,9	17,3	18,6	19,7	20,4
Imposto sobre o Rendimento	7.747,2	9.561,0	10.675,9	11.589,9	23,4	11,7	8,6	5,0	5,9	6,2	6,3
Pessoas Singulares	4.998,5	5.221,6	6.598,7	7.316,1	4,5	26,4	10,9	3,2	3,2	3,8	3,9
Pessoas Colectivas	2.748,7	4.339,4	4.077,2	4.273,8	57,9	-6,0	4,8	1,8	2,7	2,4	2,3
Imposto sobre Bens e Serviços	12.832,9	14.003,1	15.326,4	17.938,4	9,1	9,5	17,0	8,2	8,6	8,9	9,7
Imposto sobre o Valor Acrescentado	10.169,6	11.283,5	12.213,8	14.247,0	11,0	8,2	16,6	6,5	6,9	7,1	7,7
DA	6.252,7	6.358,4	6.772,6	7.423,9	1,7	6,5	9,6	4,0	3,9	3,9	4,0
DCI	3.916,9	4.925,1	5.441,2	6.823,1	25,7	10,5	25,4	2,5	3,0	3,2	3,7
Imposto sobre Consumo Especial	1.506,6	1.478,2	1.692,3	2.060,5	-1,9	14,5	21,8	1,0	0,9	1,0	1,1
Contribuição Turística	598,3	646,3	765,4	890,9	8,0	18,4	16,4	0,4	0,4	0,4	0,5
Taxa Ecológica	558,4	595,1	654,9	740,0	6,6	10,0	13,0	0,4	0,4	0,4	0,4
Imposto sobre Transações Internacionais	5.754,4	6.081,6	7.153,9	7.637,1	5,7	17,6	6,8	3,7	3,7	4,2	4,1
Direito de Importação	5.496,7	5.827,5	6.899,0	7.380,1	6,0	18,4	7,0	3,5	3,6	4,0	4,0
Taxa Comunitária - CEDEAO	257,7	254,1	254,9	257,0	-1,4	0,3	0,8	0,2	0,2	0,1	0,1
Outros impostos	726,1	606,8	693,7	705,0	-16,4	14,3	1,6	0,5	0,4	0,4	0,4
Imposto de selo	667,5	571,7	556,6	567,9	-14,4	-2,6	2,0	0,4	0,4	0,3	0,3
Imposto Especial sobre Jogos	0,0	0,0	137,1	137,1	-	-	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Outros	58,6	35,1	0,0	0,0	-40,1	-100,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Ministério das Finanças

216. A estimativa das receitas fiscais para 2017 teve por base a evolução esperada dos principais indicadores macroeconómicos, das medidas de políticas propostas, do reforço da fiscalização e dos recursos tecnológicos, e da competência, eficiência e motivação da Administração Fiscal.

217. A presente estimativa reflete, ainda, a expectativa de recuperação das dívidas fiscais em atraso, mediante a execução do regime especial de regularização de dívidas e automatização do procedimento de encontro de contas das dívidas de natureza fiscal.

2.3.2.1.1.1. Impostos Único sobre Rendimentos

218. Em 2017, antevê-se que a receita do IR se situe em 11.589,9 milhões de ECV, valor que traduz um aumento de 8,6% face à execução prevista para 2016, para o qual contribui o IRPS (+10,9%) e o IRPC (+4,8%).

219. A previsão em sede do IRPS que atinge o valor de 7.316,1 milhões de ECV, reflete a tendência de crescimento deste imposto, bem como a expectativa de recuperação de dívidas atrasadas e o impacto resultante das alterações legislativas propostas.

220. No que concerne ao IRPC, prevê-se que a receita em sede deste imposto atinja 4.273,8 milhões de ECV, tendo por base, a evolução prevista do cenário macroeconómico para 2016, o qual aponta para um reforço do crescimento da atividade económica, assim como a recuperação das dívidas em atraso e a consolidação do processo de submissão por via eletrónica das declarações fiscais em sede deste imposto.

2.3.2.1.1.2. Impostos sobre Bens e Serviços

221. Para 2017, a receita em sede do imposto sobre bens e serviços deverá atingir 17.938,4 milhões de ECV, antevendo-se assim um crescimento de 17,0% comparativamente à execução prevista para 2016. É de se destacar o aumento do IVA (+16,6%), para o qual contribui quer o IVA – DA (+9,6%) quer o IVA DCI (+25,4%), e do ICE (+21,8%), Contribuição Turística (+16,4%) e Taxa Ecológica (+13,0%).

222. A previsão reflete, a boa performance da arrecadação de receitas registada até o terceiro trimestre de 2016 nos principais impostos que compõem esta rubrica, a expectativa do crescimento económico, com ênfase na variação positiva dos preços dos produtos petrolíferos no mercado internacional, enquanto base de incidência do IVA e do ICE, e da redução do GAP fiscal do IVA, estimado em cerca de 40%.

223. Adicionalmente, a receita em sede deste imposto beneficia ainda do aumento da taxa do IVA em 0,5%, para fazer face a calamidade natural registada na Ilha de Santo Antão, com impacto positivo na receita do IVA, em cerca de 463, 3 milhões de ECV, e do aumento das taxas dos Direitos de Importação e do Imposto de Consumo Especial, incidentes sobre as bebidas alcoólicas e alguns produtos derivados do tabaco, refletindo positivamente na receita em sede do ICE e do IVA, cujo incremento estima-se em cerca de 294 milhões de ECV, consignados no Plano de Segurança a ser adotado pelo Governo.

2.3.2.1.1.3. Imposto sobre transações internacionais

224. Em 2017, estima-se que a receita em sede das transações internacionais atinja 7.637,1 milhões de ECV, representando um acréscimo de 6,8% face à execução provisória de 2016.
225. A presente estimativa reflete, essencialmente, o aumento esperado na importação, a variação positiva dos preços dos produtos petrolíferos no mercado internacional, o aumento das taxas dos Direitos de Importação, incidentes sobre as bebidas alcoólicas e alguns produtos derivados do tabaco, com impacto direto no incremento da arrecadação dos Direitos de Importação, em cerca de 120,5 milhões de ECV.
226. A previsão traduz, ainda,: i) maior rigor na concessão de benefícios fiscais e nos controlos aduaneiros, através do combate à subfacturação nas declarações aduaneiras; ii) a consolidação dos controlos pós desalfandegamento pelo Serviço Anti Fraude da Direção das Alfândegas; iii) a introdução do mecanismo de gestão e análise de risco nos procedimentos de seleção dos operadores, das mercadorias e das origens para controle; iv) a implementação da estratégia de relacionamento das Alfândegas com os parceiros interveniente no processo de desembaraço das mercadorias, com o consequente aumento do cumprimento voluntário por parte dos operadores económico; v) a consolidação da implementação do sistema informático aduaneiro, SYDONIA WORLD; vi) a integração com a JUP (Janela Única Portuária) nos portos do arquipélago, contribuindo para a redução do tempo e custos no processo de desembaraço aduaneiro das mercadorias.

2.3.2.1.2. Outros Impostos

227. A estimativa de receita em sede de outros impostos em 2017 deverá atingir 705,0 milhões de ECV, representando um acréscimo de 1,6% face à execução provisória de 2016. O acréscimo estimado em outros impostos provém essencialmente do “Imposto de Selo”.

2.3.2.2. Outras Receitas

228. Na esfera das Outras Receitas, prevê-se uma arrecadação em torno de 7.539,7 milhões de CVE, registando um acréscimo de 22,0% relativamente ao projetado para 2016. Esta variação é, essencialmente, justificada pela:

- (iv) Previsão de realização de receitas de rendimento de propriedade em mais 197,8 milhões de CVE, no âmbito de vendas de terrenos para investimentos, bem como o recebimento de dividendos das participadas do Estado, quer os correntes, quer os em atraso;
- (v) Previsão do aumento de receitas próprias dos FSA e IPs, quer em termos de vendas de bens e serviços, quer em termos de arrecadação de receitas, em sede das taxas.

Figura 40 Evolução das outras receitas

	Em milhões de CVE			Taxa de crescimento em %			Em % do PIB Projectado		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Outras Receitas	7 687	6 178	7 540	41,7%	-19,6%	22,0%	4,7%	3,8%	4,6%
Rendimentos de Propriedade	994	760	957	375,2%	-23,6%	26,0%	0,6%	0,5%	0,6%
Venda de Bens e Serviços	4 508	4 628	5 100	12,4%	2,7%	10,2%	2,8%	2,8%	3,1%
Taxas	4 348	4 303	4 785	13,7%	-1,0%	11,2%	2,7%	2,6%	2,9%
Vendas	160	325	315	-14,5%	103,3%	-2,9%	0,1%	0,2%	0,2%
Multas e Outras Penalidades	404	410	795	-42,8%	1,5%	93,7%	0,2%	0,3%	0,5%
Outras Transferências	39	34	270	-69,5%	-11,8%	682,3%	0,0%	0,0%	0,2%
Outras Receitas Diversas e Não Especificadas	1 742	346	418	369,5%	-80,1%	20,7%	1,1%	0,2%	0,3%

Fonte: Ministério das Finanças

2.3.2.3. Donativos

229. Os donativos, para 2017, situar-se-ão à volta de 4.512 milhões de CVE, representando uma diminuição face ao orçamentado, em 2016, de 30%.

2.3.2.3.1. Donativos Diretos

230. Para 2017, os Donativos diretos manterão a tendência negativa. Prevê-se que o montante seja à volta de 3.073 milhões de CVE, apresentando uma diminuição de 37,9% relativamente ao orçamentado para 2016, permanecendo como os maiores financiadores desta modalidade: o Millennium Challenge Account/MCA Compact com

1.684 milhões de CVE; F.A.R.E.E.V/Fundo de Apoio à Reconstrução dos Estragos da Erupção Vulcânica, com 224 milhões de CVE; Luxemburgo com 220 milhões de CVE e Alemanha com 207 milhões de CVE.

Figura 41 Evolução de donativos diretos por financiador

FINANCIADORES	2014 CGE	2015 PROV.	2016 PROV.	2017 ORÇ	Taxa de crescimento em %		
					2015	2016	2017
ACBF	7	0	0	0	-100,0	-	-
ALEMANHA	0	207	207	207	-	0,0	0,0
BAD	30	174	152	110	489,5	-12,3	-27,7
BADEA	1	0	0	0	-100,0	-	-
CANARIAS	0	16	16	0	-	0,0	-100,0
CIDA	9	0	0	0	-100,0	-	-
CHINA	0	25	28	0	-	12,1	-100,0
NAÇÕES UNIDAS	62	133	130	102	114,7	-1,9	-21,8
ESPAÑHA	27	17	21	13	-37,1	26,5	-40,4
FAO	0	0	0	39	-	-	-
FUNDO AFECTAÇÃO ESPECIAL	24	0	0	0	-100,0	-	-
GLOBAL ENVIRONMENT FUND	102	0	78	147	-100,0	-	87,9
ICLP - Camões	1	3	28	0	378,1	890,0	-100,0
INVESTIMENT CLIMATE FACILITY FOR AFRICA	31	26	58	57	-13,6	118,9	-1,2
HOLANDA	1	0	0	0	-100,0	-	-
LUXEMBURGO	206	628	672	220	204,7	7,0	-67,3
JAPÃO	5	0	0	0	-100,0	-	-
MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT	623	1 187	2 775	1 684	90,6	133,9	-39,3
OMS	0	64	65	62	-	1,6	-4,7
OFII	2	0	0	0	-100,0	-	-
PNUD	0	16	16	0	3906,1	0,0	-100,0
PORTUGAL	41	0	27	51	-100,0	-	88,9
SUIÇA	0	105	105	0	-	0,0	-100,0
UNIÃO EUROPEIA	76	12	14	95	-83,7	14,7	565,8
UNESCO	2	0	0	0	-100,0	-	-
UNECA	24	0	0	0	-100,0	-	-
FRANCE EXPERTISE INTERNACIONALE	0	0	33	0	-	-	-100,0
BANCO MUNDIAL	0	0	7	63	-	-	782,2
F.A.R.E.E.V	0	0	514	224	-	-	-56,5
AGENCIA ESPANHOLA DE COOPERACÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO	4	0	1				
WWF	5	0	0	0	-100,0	-	-100,0
UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME	0	0	0	0	-	-	0,0
Total Geral	1 280	2 614	4 951	3 073	104,2	89,4	-96,6

Fonte: Ministério das Finanças

2.3.2.3.2. Ajuda Orçamental Donativos

231. Para 2017, a nível de financiamento, através da ajuda orçamental donativos, prevê-se que o Programa de Investimento Público será financiado em 1.139 milhões de CVE, igual montante previsto para a execução de 2016.

2.3.2.3.3. Donativos – Ajuda Alimentar

O financiamento donativo engloba, para além dos donativos directos e ajuda orçamental, donativos concedidos sob a forma de ajuda alimentar. Para 2017, prevê-se o montante de 299 milhões de CVE - ajuda alimentar japonesa, consignado aos seguintes projectos: “Kr10 - Modernização E Aumento Da Produção Agrícola” (264 milhões de CVE), “Kr9 - Valorização De Produtos Agro-Pecuários” (15 milhões de CVE) e “Kr9 Promoção e Desenvolvimento Da Pecuária Familiar Melhorada” (20 milhões de CVE).

2.3.3. Quadro de Despesa a Médio Prazo: 2017-2019

232. O Quadro de Despesa de Médio Prazo (QDMP) é um instrumento de programação financeira que relaciona as políticas, o planeamento e o orçamento público, num período de médio prazo (3 anos) e num exercício deslizando, sujeito a uma atualização anual, no contexto do ciclo orçamental.
233. A Lei n.º 72/VIII/2014, de 19 de setembro, define o QDMP como sendo: “um instrumento de planeamento de médio prazo que estabelece, descendentemente ou “de cima para baixo”, os *plafonds* plurianuais e, ascendentemente ou “de baixo para cima”, uma estimativa das despesas plurianuais das políticas atuais contidas nos programas, de forma a compatibilizar tais previsões com a disponibilidade de recursos”.
234. Trata-se de um instrumento de planeamento e orçamento que introduz novos conceitos e novas metodologias voltadas para a programação das ações no orçamento público e para os resultados, tendo como foco os interesses dos cidadãos e as necessidades da sociedade, inserido no modelo de planeamento-orçamento, sendo o Programa elemento de ligação e articulação entre os três instrumentos de planeamento (Plano Estratégico, Quadro de Despesa de Médio Prazo e Orçamento do Estado).
235. O processo de elaboração do QDMP e o fluxo de informação daí resultante, dá-se em dois sentidos:

- **Descendente**, ou seja, do Ministério das Finanças (MF) para os ministérios sectoriais (o MF define os limites orçamentais e estabelece as diretivas para a preparação do QDMP), bem como as principais orientações processuais;
- **Ascendente**, ou seja, dos ministérios sectoriais para o MF, segundo o qual os sectores submetem as suas propostas orçamentais plurianuais, justificadas pelos seus objetivos de política sectorial.

236. Os principais objetivos dos QDMP são, mais concretamente:

- i. Assegurar a disciplina orçamental, com vista a manter o equilíbrio macroeconómico e com base num quadro de recursos consistentes e realista, o que implica défices públicos controlados e uma melhor estabilidade das finanças públicas;
- ii. Adequar a afetação dos recursos financeiros a metas e prioridades estratégicas, expressas no Plano Estratégico e nos Planos Sectoriais;
- iii. Promover a eficácia na utilização dos recursos, através de uma maior previsibilidade na distribuição dos *plafonds* para os Programas e Sectores, acompanhada de uma maior autonomia de gestão;
- iv. Facilitar o processo de discussão e de tomada de decisão sobre a política fiscal e a alocação de recursos por áreas prioritárias.

237. O QDMP (2017-2019) foi elaborado com base no Programa do Governo da IX Legislatura, sendo que o objetivo do Governo é de “garantir, através de metas devidamente estruturadas e avaliadas em termos de impacto, o desenvolvimento sustentado de Cabo Verde, orientado para trazer felicidade aos cabo-verdianos, com base em mais liberdade e mais democracia, pleno emprego, aumento de rendimento médio do país, potenciar maior e melhor segurança e proporcionar mais qualidade de vida para todos”.

- i. O QDMP (2017-2019) está configurado de acordo com a nova estrutura proposta para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), que se assenta em Pilares, Áreas Estratégicas e Programas.
- ii. e, ainda, é apresentado na sua forma tradicional – Orçamento de Funcionamento e Orçamento de Investimento, estruturado por Ministério e fontes de

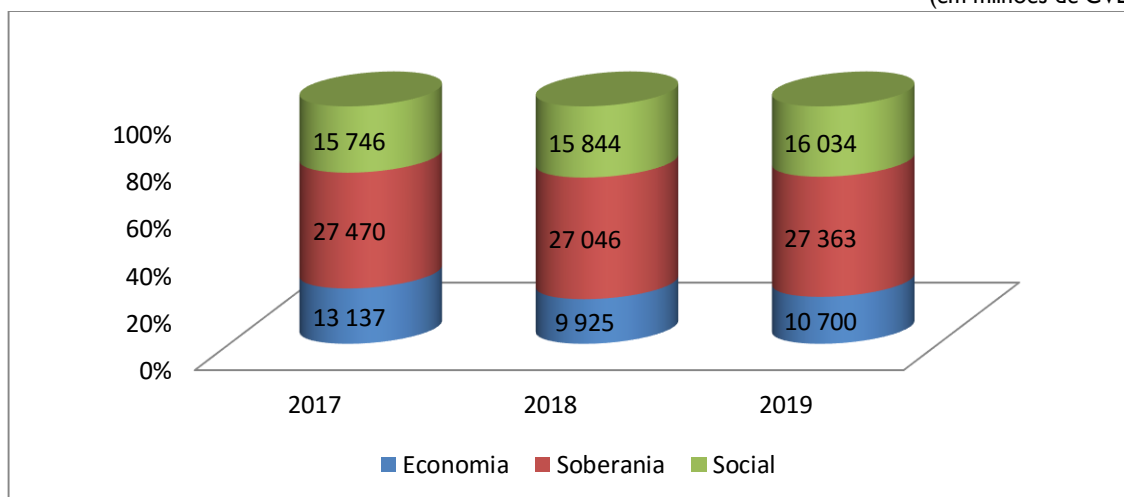
financiamento, fixando o orçamento para o ano 2017 e fazendo a projeção para os anos de 2018 e 2019.

2.3.3.1. Evolução das despesas por Pilar e Áreas Estratégicas

238. O QDMP (2017-2019) está estruturado de acordo com a nova estrutura proposta para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), agrupado em 3 (três) Pilares, 12 (Doze) Áreas Estratégicas e 128 Programas (divididos em três tipos de Natureza: Finalístico, Investimento e Gestão e Apoio Administrativos), sob a forma de um conjunto Projectos e Unidades Finalísticas e de Gestão e Apoio Administrativos, que permitam que o Estado cumpra as suas funções.

Figura 42 Evolução das despesas por Pilares

(em milhões de CVE)



Fonte: Ministério das Finanças

Figura 43 Evolução das despesas por Pilar e Áreas Estratégicas

(em milhões de CVE)

PILAR	AREAS ESTRATÉGICAS	2017	2018	2019
Economia	Aposta na Inovação e no Conhecimento	69	74	26
	Recentragem Setorial	4.654	4.284	4.379
	Reformas Económicas e Estruturais	5.080	3.670	4.438
	Valorização das Ilhas e dos Recursos Endógenos	3.333	1.897	1.857
	TOTAL	13.137	9.925	10.700
Soberania	Democracia	2.223	2.108	1.961
	Política Externa e Diáspora	951	970	971
	Segurança	4.296	3.942	3.948
	Transparência e Boa Governação	20.000	20.026	20.483
	TOTAL	27.470	27.046	27.363
Social	Capital Humano	13.809	13.953	14.145
	Equidade e Igualdade de Género	24	27	27
	Habituação	47	27	21
	Inclusão Social	1.866	1.836	1.841
	TOTAL	15.746	15.844	16.034
TOTAL		56.353	52.815	54.097

Fonte: Ministério das Finanças

2.3.3.1.1. Pilar Soberania

239. O Pilar Soberania, que assenta num novo modelo do Estado, abarca 4 Áreas Estratégicas e 41 Programas. O total do financiamento previsto para os três anos do QDMP (2017-2019) é de 81.879 milhões de CVE. Para o ano de 2017, o financiamento total é de 27.470 milhões de CVE, para 2018, prevê-se um valor de 27.046 milhões de CVE, uma variação negativa de 1,5% comparativamente com o ano de 2017 e, para 2019, a previsão é de 27.363 milhões de CVE, um ligeiro aumento de 1,2% com relação ao ano de 2018.

240. A primeira Área Estratégica é a da Democracia (revisão da Constituição, a modernização e credibilidade do sistema eleitoral, a promoção da comunicação social, a despartidarização e uma justiça eficiente e célere), abarca 11 Programas e o financiamento total previsto para os três anos do QDMP (2017-2019) é de 6.292 milhões de CVE, sendo que 2.223 milhões de CVE estão orçamentados para o ano de 2017, previstos, para 2018, o montante de 2.108 milhões de CVE e, para 2019, um total de 1.961 milhões de CVE. Destaca-se o financiamento canalizado para os Programas de “Programa de Ação Parlamentar” e de Promoção da Legalidade

Democrática do Interesse Público e da Ação Penal” com uma média de financiamento para os 3 anos à volta dos 40,3% e 17,2% do total.

241. A segunda Área é a da Política Externa e Diáspora (uma nova diplomacia, parceria especial com UE, PALOP, CPLP, CEDEAO, diálogo político e cooperação, promoção dos quadros nas organizações internacionais e cabo-verdianos no mundo, preservação e valorização cultural), abarca 5 Programas e o financiamento total previsto para os três anos do QDMP (2017-2019) é de 2.893 milhões de CVE. Deste montante, 951 milhões de CVE estão orçamentados para o ano de 2017, para o ano de 2018, estão previstos 970 milhões de CVE e 971 milhões de CVE, para o ano de 2019. Realça-se o financiamento previsto para o Programa “Reconfiguração, Redimensionamento e Modernização da Rede Diplomática e Consular”, com uma média de financiamento para os três anos à volta dos 82%.
242. A terceira Área é a da Segurança (defesa nacional e combate à criminalidade), abrange 12 Programas e o financiamento previsto para os três anos do QDMP (2017-2019) é de 12.185 milhões de CVE. Deste montante, 4.296 milhões de CVE estão orçamentados para o ano de 2017, para 2018, estão previstos 3.942 milhões CVE e, para 2019, um total de 3.948 milhões de CVE. Destaca-se o financiamento previsto para os Programas de “Melhoria da Segurança Interna” e Melhoria da Defesa Nacional, com uma média de financiamento para os 3 anos à volta dos 59% e 20%.
243. Transparência e Boa Governança é a quarta e última Área (separação efetiva entre Partido e Estado, contas públicas, diálogo social, e-government), abrange 13 Programas e o financiamento previsto para os três anos do QDMP (2017-2019) é de 60.509 milhões de CVE. Para o ano de 2017 o orçamento é fixado em 20.000 milhões de CVE, para 2018 estão previstos 20.026 milhões CVE e para 2019 a previsão é de 20.483 milhões CVE. Destaca-se o financiamento previsto para os seguintes Programas: “Desenvolvimento das Atividades de Gestão das Finanças Públicas (que enquadra as despesas, a nível de encargos comuns, pensões e outras), “Gestão da Dívida Pública”, “Gestão e Administração Geral” e o Programa “Sustentabilidade e Equilíbrio Municipal”, com uma média de financiamento para os três anos de 33%, 24%, 23% e 15%, respetivamente.

2.3.3.1.2. Pilar Economia

244. Para o Pilar da Economia, que prevê um novo modelo de crescimento, o total das despesas previstas para os três anos do QDMP (2017-2019) é de 33.762 milhões de CVE e contempla 4 Áreas Estratégicas e 57 Programas. Para o ano de 2017, o orçamento é de 13.137 milhões de CVE e, para os anos de 2018 e 2019, a previsão é de 9.925 milhões de CVE e 10.700 milhões de CVE, respetivamente.
245. A primeira Área Estratégica do Pilar é a da “Aposta na Inovação e Conhecimento” (TIC, a transformação de Cabo Verde num centro tecnológico regional de referência em África e banda larga), abarca 3 Programas e o total das despesas fixadas para os três anos do QDMP (2017-2019) é de 169 milhões de CVE, sendo 69 milhões de CVE para o ano de 2017, 74 milhões de CVE, para 2018 e 26 milhões de CVE, para 2019. Grande parte dos recursos estão afetos ao Programa “Inovação e Desenvolvimento Tecnológico”, que consome, em média, para os três anos, 84%.
246. A segunda Área é a da “Recentragem Económica” (reforço sector privado, turismo da era digital, transportes, economia azul, agricultura, pescas, indústria ligeira), tem 13 Programas e um financiamento previsto para os três anos do QDMP (2017-2019) de 13.316 milhões de CVE, distribuído pelos anos de 2017, 2018 e 2019, nos montantes de 4.654 milhões de CVE, 4.284 milhões de CVE e 4.379 milhões de CVE 2019, respetivamente. Grande parte dos recursos está afetada aos seguintes Programas: “Programa Nacional de Mobilização e Gestão de Recursos Hídricos” e Programas do “Turismo”, com uma média de financiamento de 61% e 15%, respetivamente.
247. A terceira Área é a das “Reformas Económicas e Estruturais” (emprego, equilíbrio das contas, convergência com a EU, financiamento à economia, fiscalidade, sistema integrado de transporte; infraestruturas e obras públicas, energia, mercado trabalho), com um total de 30 Programas e um financiamento previsto para os três anos do QDMP (2017-2019) de 13.188 milhões de CVE. Para o ano de 2017, o financiamento é de 5.080 milhões de CVE, para 2018, a previsão de financiamento é de 3.670 milhões de CVE e, para 2019, o orçamento previsto é de 4.438 CVE. Grande parte dos recursos está canalizada para os seguintes Programas: “Infraestruturas de

Produção Armazenamento e Distribuição de energia”, Desenvolvimento das Infraestruturas Portuárias” “Desenvolvimento e Modernização das Infraestruturas Rodoviárias”, e “Desenvolvimento de Infraestruturas de Ensino Básico e Secundário, com uma média para os três anos de 19,8%, 11,4%, 8,9% e 5,9%, respetivamente.

248. A quarta e última Área é a da Valorização das Ilhas e dos Recursos Endógenos (Ordenamento do território, ambiente, biodiversidade, água e saneamento) abrange 9 Programas e o total do financiamento previsto para os três anos do QDMP (2017-2019) é de 7.088 milhões de CVE. Para o ano de 2017, o financiamento é de 3.333 milhões de CVE, para 2018, a previsão de financiamento é de 1.897 milhões de CVE e, para 2019, o orçamento previsto é de 1.857 CVE. Destaca-se o financiamento previsto para os Programas de “Conservação da Biodiversidade e Consolidação das Áreas Protegidas Marinhas e Terrestres” e de Ordenamento do Espaço Rural, Valorização Hidroagrícola e Adaptação as Mudanças Climáticas, com uma média de financiamento para os três anos de 40 e 14%, respetivamente.

2.3.3.1.3. Pilar Social

249. Para o Pilar Social (capital humano, qualidade de vida e combate às desigualdades) o total do financiamento previsto para os três anos do QDMP (2017 – 2019) é 47.624 milhões de CVE, abarcando 4 Áreas Estratégicas e 30 Programas. Para o ano de 2017, o orçamento é de 15.746 milhões de CVE e, para os anos de 2018 e 2019, prevê-se um total de despesas de 15.836 milhões de CVE e 16.034 milhões de CVE, respetivamente.
250. A Área Estratégica de “Inclusão Social (emprego e rendimento, ação social, Família, cidadania, saneamento básico, habitação social), no âmbito dos três anos do QDMP (2017-2019) tem um financiamento de 5.543 milhões de CVE. Para o ano de 2017, o montante total fixado é de 1.866 milhões de CVE, para 2018, a previsão de financiamento é de 1.836 milhões de CVE e, para 2019, de 1.841 milhões de CVE. Contempla 7 Programas e grande parte dos recursos foram alocados no Programa de “Garantia do Acesso a Todos os Grupos Sociais e Profissionais a Proteção Social” com uma média de financiamento, para os três anos, do QDMP de 81%.

251. A Área Estratégica de “Capital Humano” abrange 21 Programas e tem um total de financiamento para os três anos do QDMP (2017-2019) de 41.908 milhões de CVE. Para 2017 o financiamento é de 13.809 milhões de CVE, para 2018 e 2019 a previsão de financiamento é de 13.953 milhões de CVE e 14.145 milhões de CVE, respetivamente. Grande parte dos recursos foram canalizados para os seguintes Programas: “Melhoria da Qualidade do Ensino Básico e Secundário”, “Prestação dos Cuidados de Saúde na Rede Hospitalar e Rede de Atenção Primária e Formação e Capacitação”, com uma média de financiamento para os três anos de 48%, 22% e 8% respetivamente.
252. Para a Área de “Equidade e Igualdade de Género” (desenvolvimento rural, promoção da mulher e discriminação positiva e combate ao VBG) o total de financiamento para o QDMP (2017-2018) é de 78 milhões de CVE e enquadra apenas o Programa de “Promoção da Igualdade e Equidade do Género”. Para 2017, o orçamento é de 24 milhões de CVE, para 2018, prevê-se um financiamento de 27 milhões de CVE e, para o ano de 2019, de 27 milhões de CVE.
253. Para a Área de “Habitação” (recentragem do programa de habitação, política de bonificação para habitação, recentragem da IHF) o total de financiamento para os três anos do QDMP (2017-2018) é de 95 milhões de CVE e enquadra apenas o Programa de “Promoção de Habitação”. Para o ano de 2017, o financiamento é de 47 milhões de CVE e a previsão, para 2018 e 2019, é de 27 milhões de CVE e 21 milhões de CVE, respetivamente.

2.3.3.2. Evolução das despesas por Natureza de Programas

254. Para os Programas de Natureza Finalísticas, cujas despesas têm por finalidade fornecer ao Cidadão os “serviços” e “bens” de que ele necessita para ter uma vida saudável, segura, confortável, feliz, ou seja: educação, segurança, saúde, condições de circulação, proteção e inclusão social, trabalho, habitação condigna, etc., o financiamento previsto para os três anos do QDMP (2017-2019) é de 111.272 milhões de CVE, com a seguinte distribuição: para 2017, o montante orçamentado é

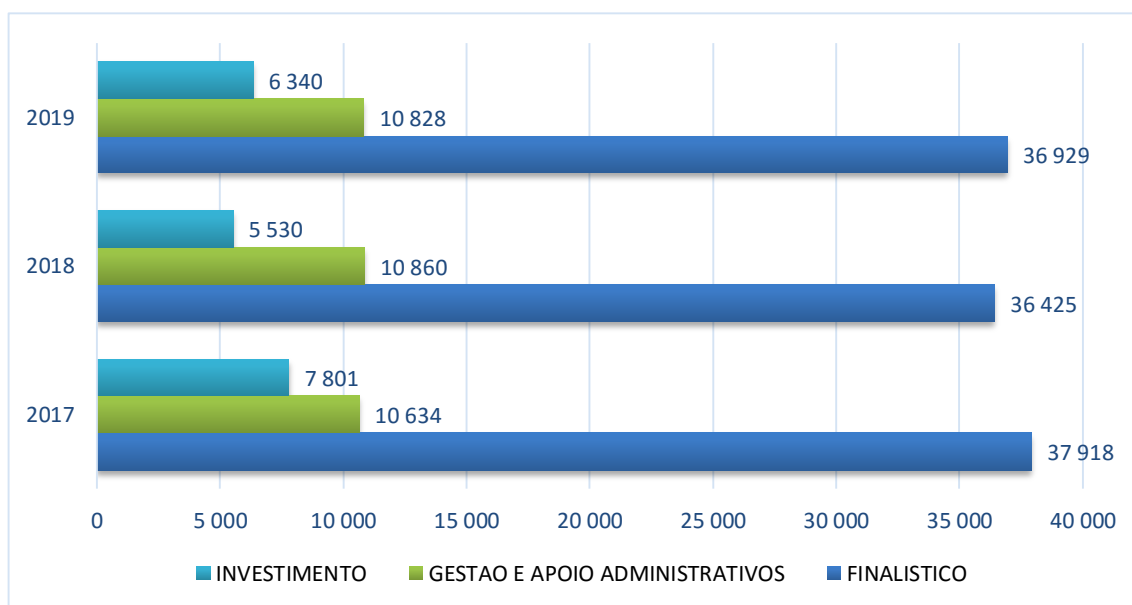
de 37.918 milhões de CVE e, para os anos de 2018 e 2019, a previsão das despesas é 36.425 milhões de CVE e 36.928 milhões de CVE, respetivamente. Destaca-se o financiamento previsto para as despesas da educação (29.444 milhões de CVE), encargos especiais (26.784 milhões de CVE), segurança e ordem pública (7.525 milhões de CVE), trabalho e proteção social (5.500 milhões de CVE), agricultura, pecuária, pesca e abastecimento (5.199 milhões de CVE) e Defesa Nacional (2.642 milhões de CVE).

255. Os Programas de Natureza Investimentos que realizam uma série de projetos de investimentos, dos quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento dos serviços e bens que o Governo fornece ao cidadão e na formação bruta de capital fixo, mantêm a sua trajetória descendente para os anos de 2017, 2018 e 2019, tendo em conta a previsão de diminuição do financiamento externo (Donativos, Empréstimos Externos e Ajuda Alimentar). O total do financiamento previsto para os três anos do QDMP (2017-2019) é de 19.671 milhões de CVE. Para o ano de 2017, a despesa é fixada em 7.801 milhões de CVE, verificando-se uma diminuição de 34%, comparativamente com o orçamento aprovado para 2016, para 2018, a previsão de financiamento é de 5.530 milhões de CVE, uma diminuição de 29% com relação ao ano de 2017 e, para 2019, a previsão é de 6.340 milhões de CVE, verificando-se um aumento de 15%, comparativamente com a previsão para o ano de 2018. Do total do financiamento previsto para QDMP, grande parte dos recursos previstos estão canalizados para os seguintes sectores: Água e Saneamento (8.142 milhões de CVE), Transportes (3.159 milhões de CVE), Energia (2.736 milhões de CVE), Educação (1.589 milhões de CVE), Justiça, Segurança e Ordem Pública (756 milhões de CVE) e Saúde (754 milhões de CVE).

256. Para os Programas de Natureza Gestão e Apoio Administrativos (despesas com meios administrativos, gerenciais e tecnológicos necessários, para que o Estado consiga prestar os serviços necessários, o total de financiamento previsto para os três anos do QDMP (2017-2019) é de 32.322 milhões de CVE, sendo que para o ano de 2017 o financiamento é de 10.634 milhões de CVE, a previsão para 2018 é de 10.860 milhões de CVE e para 2019 o total previsto é de 10.828 milhões de CVE.

Figura 44 QDMP por Natureza de Programas

(em milhões de CVE)



Fonte: Ministério das Finanças

2.3.3.3. Evolução das despesas por tipo de Orçamento (OF e OI) e Fonte de Financiamento

257. O QDMP (2017 – 2019) prevê um financiamento total de 163.265 milhões de CVE para os três anos. Grande parte dos recursos está afeta ao Orçamento de Funcionamento (OF) - 124.361 milhões de CVE (76,2%) e para o Orçamento de Investimento (OI) o total do financiamento é de 38.904 milhões de CVE (23,8%).

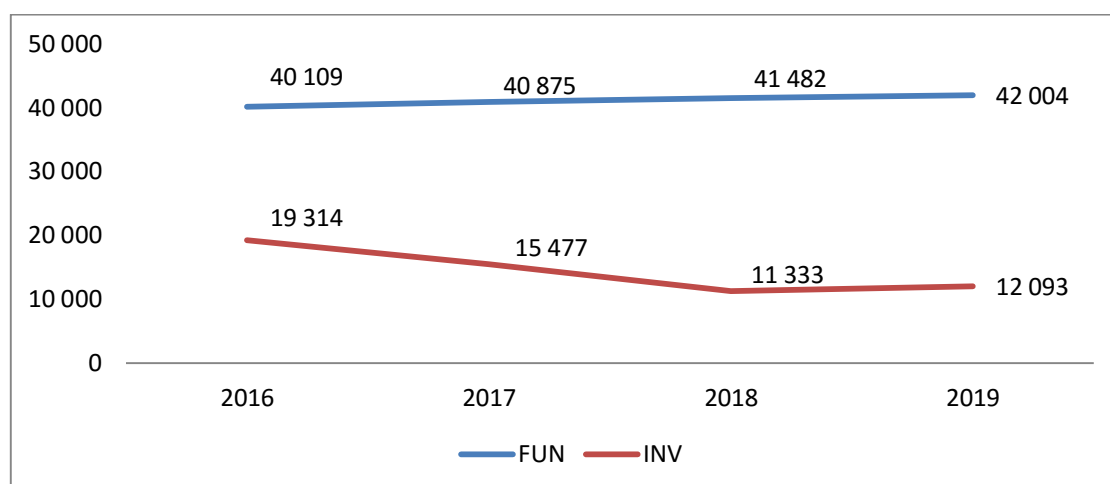
258. Para o ano de 2017, o total orçamentado é de 56.353 milhões de CVE e, deste montante, 40.875 milhões de CVE estão afetos ao OF (sofrendo um ligeiro aumento de 1,9%, comparativamente com o orçamento aprovado para o ano de 2016) e 15.477 milhões de CVE para o OI (registando uma diminuição de 19,9% com relação ao aprovado para 2016). O Orçamento do Estado para este ano é financiado pelo Tesouro em 48.535 (86,1%), por Empréstimos Externo, em 4.290 milhões de CVE (7,6%), por Donativos em 3.073 milhões de CVE (5,4%), por Fundos de Contrapartida de Ajuda Alimentar em 299 milhões de CVE (0,5%) e Outras Fontes Internas em 155 milhões de CVE (0,3%).

259. Para o ano de 2018, o total das despesas previstas é de 52.815 milhões de CVE, ficando a previsão para o OF em 41.482 milhões de CVE, um aumento de 1,5% comparativamente com o ano de 2017 e, para o OI, o financiamento previsto ronda à volta dos 11.333 milhões de CVE, menos 26,8% com relação ao ano de 2017. O Orçamento do Estado para este ano é financiado pelo Tesouro em 47.456 milhões de CVE (89,9%), por Empréstimos Externos em 4.414 milhões de CVE (8,4%), por Donativos em 806 milhões de CVE (1,5%), e Outras Fontes Internas em 139 milhões de CVE (0,3%).

260. O total do OE, previsto para o ano de 2019, é 54.097 milhões de CVE, prevendo-se um aumento, com relação à previsão de 2018, de 2,4%. Para o OF, o montante previsto é de 42.004 milhões de CVE e, para o OI, o orçamento previsto situa-se à volta dos 12.093 milhões de CVE. O Orçamento do Estado, previsto para este ano, é financiado pelo Tesouro em 47.957 milhões de CVE (88,7%), por Empréstimos Externos, em 5.447 milhões de CVE (10,1%), por Donativos, em 499 milhões de CVE (0,9%) e, por Outras Fontes Internas, em 194 milhões de CVE (0,4%).

Figura 45 Evolução das despesas por tipo de Orçamento (OF e OI)

(em milhões de CVE)



Fonte: Ministério das Finanças

2.3.4. Despesas Totais

2.3.4.1. Despesa da Administração Central do Estado

261. O montante global das despesas públicas (incluindo Ativos Não Financeiros), para 2017, é fixado em 56.353 milhões de CVE, prevendo-se um aumento de 6,7% face à estimativa de execução do orçamento de 2016. Do total, 40.875 milhões de CVE estão previstos para as despesas de funcionamento (incluindo os juros) e 15.477 milhões de CVE para os programas de investimento público.
262. Regista-se um acréscimo de 6,2% para as despesas de funcionamento e de 8,1% para as de PPIP, em relação à estimativa de execução do orçamento de 2016.
263. As Despesas de Funcionamento aumentaram em termos absolutos em 2.377 milhões de CVE, comparando com a estimativa de execução do Orçamento 2016, mantendo praticamente o seu peso relativo de 72,9% para 72,5%, em 2017, do total das despesas da Administração Central do Estado.
264. As despesas de Investimento, por sua vez, aumentaram, em termos absolutos, em 1.161 milhões de CVE, e seu peso relativo mantém-se praticamente inalterado passando de 27,1% para 27,5%, em 2017, comparando com a estimativa de execução do Orçamento 2016.

2.3.4.2. Despesa de Funcionamento

265. A estimativa de execução das Despesas de Funcionamento para 2016 é de 38.499 milhões de ECV, uma redução de 1.610 milhões de ECV em relação ao orçamento inicialmente previsto de 40.109 milhões de ECV (incluindo ativos não financeiros). A diminuição da despesa deve-se, em grande parte, à medida de contenção de despesa prevista na lei, mediante a cativação de 20% das rubricas Bens e Serviços e Ativos não financeiros, para acautelar um possível cenário de redução efetiva de receitas fiscais.

266. Em 2017, as Despesas de Funcionamento do Estado continuam marcadas por uma excessiva rigidez estrutural, onde as despesas obrigatórias constituem cerca de 85,7% do montante total do orçamento, sendo 47,0% para as despesas com o pessoal e cerca de 38,7% para os Encargos Comuns, com destaque para os encargos da dívida, as pensões, as transferências aos municípios, as restituições, encargos com segurança social dos funcionários públicos e aposentados, as indemnizações e os subsídios.

Figura 46 Evolução das Despesas

	em milhões de ECV				Taxa de crescimento em %		
	CGE	Exc.Prov	Est	Orc			
	2014	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Despesas Correntes	32 044	34 471	38 318	40 600	7,6	11,2	6,0
Despesas com Pessoal	15 680	16 458	18 443	19 212	5,0	12,1	4,2
Aquisição de bens e serviços	3 357	3 714	3 657	4 627	10,6	-1,5	26,5
Juros e outros encargos	3 444	4 134	4 261	4 709	20,0	3,1	10,5
Subsídios	107	136	228	232	28,1	67,0	1,7
Transferências correntes	3 508	3 722	4 005	4 348	6,1	7,6	8,6
Benefícios Sociais	4 075	4 415	4 834	5 210	8,4	9,5	7,8
Outras Despesas	1 874	1 891	2 891	2 262	0,9	52,9	-21,8
Despesas Correntes Primárias	28 600	30 337	34 057	35 891	6,1	12,3	5,4
Total de Despesa de Funcionamento	32 204	34 628	38 499	40 875	7,5	11,2	6,2
Total de Investimento Público	15 189	13 540	14 316	15 477	-10,9	5,7	8,1
Total de Despesas	47 393	48 168	52 815	56 353	1,6	9,6	6,7

Fonte: Ministério das Finanças

2.3.4.3. Ativos não Financeiros

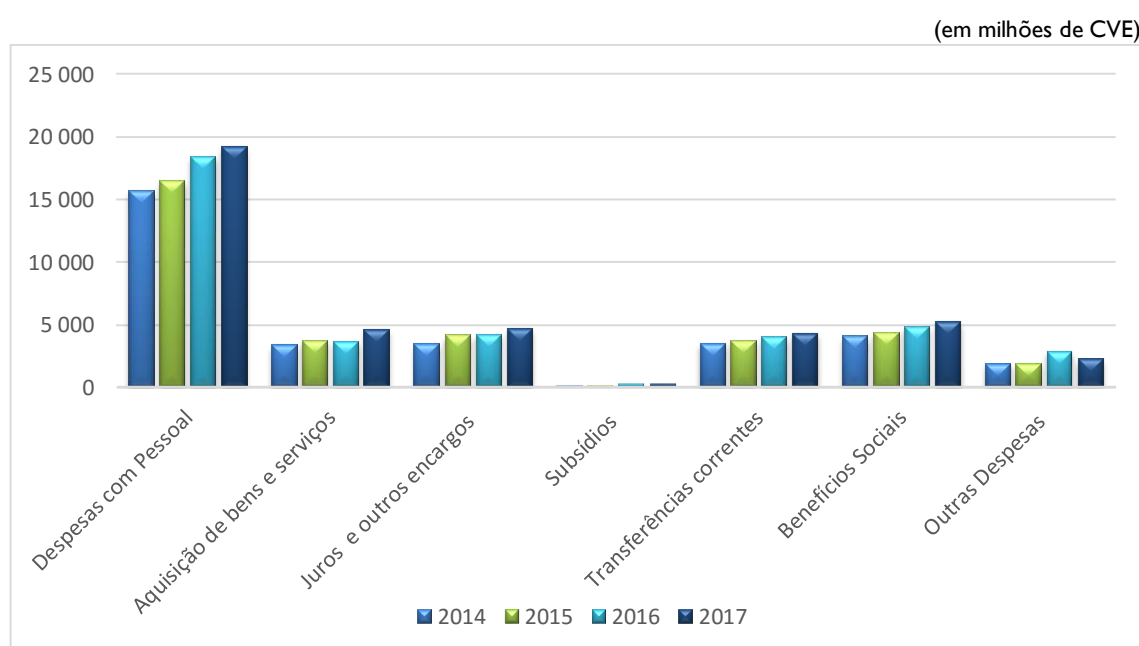
267. Os ativos não Financeiros representam o consumo de capital para o funcionamento da máquina pública, perspetivando-se um crescimento controlado durante o ano 2017 e rondam os 275 milhões de ECV.

2.3.4.4. Evolução da Despesa por Classificação Económica

2.3.4.4.1. Despesas Correntes

268. Para o ano 2017, o montante global das Despesas Correntes do Estado, cifra-se em 40.600 milhões de CVE, um aumento de 6,0% em relação à estimativa de execução do orçamento de 2016.

Figura 47 Evolução das Despesas por Classificação Económica



Fonte: Ministério das Finanças

2.3.4.4.1.1. Despesa com Pessoal

269. As Despesas com Pessoal foram estimadas com base na lista nominal dos efetivos em funções, registados na Base de Dados dos Recursos Humanos (SIGOF), nos impactos dos recrutamentos assumidos em 2016, na implementação do Estatutos do Pessoal Docente, na atualização dos subsídios de custo de vida dos Diplomatas, na regularização da situação do pessoal contratado localmente pelas Missões Diplomáticas e Postos Consulares, na implementação da Lei Orgânica dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público e em outros compromissos assumidos em 2016.

270. Nos últimos três anos, o peso desta rubrica cifrou-se em média em 48,0% do total das Despesas de Funcionamento, devido ao recrutamento de Enfermeiros, Médicos, Professores, Polícias, Técnicos, Técnicos de Receitas, Técnicos de Finanças, Magistrados do Ministério Público e da Magistratura Judicial, Oficiais de Justiça e à evolução na carreira da classe docente.
271. Prevê-se um crescimento da massa salarial, em 2017, na ordem dos 4,2%, em relação à estimativa de execução do orçamento de 2016, o que corresponde a 47,0% do peso total das Despesas de Funcionamento. O aumento deve-se:
- i. Às admissões e evolução na carreira (com destaque para as promoções dos Magistrados do Ministério Público e Oficiais de Justiça – 9 milhões de CVE, dos dirigentes da Educação 11,0 milhões de CVE, 75 Agentes da Polícia Judiciária – 10,0 milhões de CVE;
 - ii. ao aumento de 16,9 milhões de CVE para alimentação dos Soldados;
 - iii. ao nivelamento salarial dos Agentes Polícia - 178 milhões de CVE;
 - iv. ao impacto de mais 6 meses, da orçamentação de 5 (cinco) Centros do ICCA (antes financiados pela Cooperação Portuguesa), a passagem de 2 (dois) centros do IEPF para o Orçamento de Funcionamento - 12,0 milhões de CVE.
 - v. aos novos recrutamento para 2017:
 - a. Educação – 8 Inspetores e 60 Professores: 63 milhões de CVE;
 - b. Agentes da Polícia Nacional: 51,0 milhões de CVE;
 - c. Saúde – 20 Médicos, 40 Enfermeiro e 22 Técnicos: 39,2 milhões de CVE;
 - d. Agentes da Policia Judiciaria: 37,9 milhões de CVE;
 - e. Agentes Prisionais: 19,2 milhões de CVE;
 - f. Ministério Público - 21 Oficiais: 14,1 milhões de CVE.
 - vi. Ainda, para o ano 2017, foram previstos:
 - a. Atualização de subsídios de custo e vida Pessoal Diplomata: 71,30 milhões de CVE;
 - b. Reclassificação (2012 e 2013) de 321 Professores, no âmbito do novo estatuto/implementação faseada do Estatuto dos Professores: 60,6 milhões de CVE;

- c. Regularização (faseada) da situação do pessoal contratado localmente pelas Missões Diplomáticas e Postos Consulares: 57,0 milhões de CVE;
- d. Subsídios por não redução da carga horária a 926 professores (2010 e 2011): 49,7 milhões de CVE;
- e. Atualização dos salários das Cozinheiras: 41,3 milhões de CVE;
- f. Progressão dos Professores (2013 e 2014): 24,2 milhões de CVE;
- g. Subsídios permanentes à Polícia Nacional (18.3 milhões de CVE), sendo que grande parte destina-se a abonos diversos ao futuro oficial de ligação da Polícia Nacional, colocado em missão de serviço no exterior;
- h. Subsídios dos mobiliários aos Magistrados do Ministério Público e da Magistratura Judicial: 19 milhões de CVE;
- i. Aumento da despesa com o pessoal na UNICV, resultante da previsão do aumento das receitas próprias.

2.3.4.4.1.2. Aquisição Bens e Serviços

- 272.** A Aquisição de Bens e Serviços é uma rubrica de capital importância, não só devido ao seu peso no montante global das despesas, mas, sobretudo, pela sua relevância no funcionamento dos serviços e pelos efeitos na economia. Estima-se a execução em baixa, (isto é menos 1,5%), no ano de 2016, resultante, sobretudo, do aumento do cativo de 10% para 20%, nesse agregado económico.
- 273.** Relativamente ao ano 2017, prevê-se um crescimento de 26,5% nesta rubrica face à estimativa de execução de 2016 (devido ao efeito do cativo acima referido), mas comparando com o orçamento inicialmente previsto, no mesmo ano, resultará num aumento em termos absolutos de 74,0 milhões de CVE, justificado, essencialmente, pelo acréscimo na rubrica medicamentos.
- 274.** É de realçar que, comparando o orçamento inicial, aprovado em 2016, com o previsto para o ano 2017, ressaí o princípio da contenção orçamental e do crescimento zero ou negativo, na maioria deste agrupamento económico.

2.3.4.4.1.3. Juros e Outros Encargos

275. Nos últimos três anos, a rubrica Juros e Outros Encargos variou em média 11,2% do peso total da Despesa de Funcionamento. A evolução desta rubrica está intrinsecamente relacionada com a contratação do empréstimo e o endividamento, particularmente, para o financiamento das infraestruturas do País.
276. Para o ano 2017, prevê-se o montante de 4.709 milhões de CVE nos juros e outros encargos o que corresponde a um acréscimo de 10,5%, em relação à estimativa da execução do orçamento 2016.

2.3.4.4.1.4. Subsídios

277. A rubrica Subsídios está orçada em 232 milhões de CVE para 2017. Prevê-se um acréscimo de 1,7% face à estimativa da execução do orçamento de 2016, justificado, essencialmente, pela subsidiação das linhas marítimas deficitárias.

2.3.4.4.1.5. Transferências Correntes

278. O comportamento da rubrica Transferências Correntes, nos últimos três anos, manteve-se constante e situado nos 10,7% do total da Despesa de Funcionamento, com destaque para as transferências do Estado para os Municípios e para as Embaixadas.
279. O montante da transferência corrente previsto para 2017 ascende a 4.348 milhões de CVE, o que representa um acréscimo de 8,6%, comparando com a estimativa de execução de 2016. O acréscimo previsto deve-se, essencialmente, à política de discriminação positiva, a favor dos Municípios do país com população inferior a 9.000 habitantes (100,0 milhões de CVE); a criação da taxa de compensação equitativa pela cópia privada (60,6 milhões de CVE), reclassificação da despesa do FICASE (21,3 milhões de CVE), entre outros.

2.3.4.4.1.6. Benefício Sociais

280. Prevê-se, para o ano 2017, o montante de 5.210 milhões de CVE, na rubrica Benefícios Sociais, representando um aumento de 7,8%, comparando com a estimativa de execução do orçamento de 2016. De entre os fatores que explicam esta evolução destacam-se o impacto orçamental de novos aposentados, das pensões de aposentação (299,8 milhões de CVE) e do regime não contributivo (70 milhões de ECV), bem como a evacuação de doentes (15,0 milhões de CVE).

2.3.4.4.1.7. Outras Despesas

281. O agrupamento económico Outras Despesas, tem um peso significativo nas Despesas de Funcionamento do Estado, onde estão enquadradas rubricas de capital importância, nomeadamente as restituições do IUR e do IVA, indemnizações, dotação provisional, bolsa de estudos e outros benefícios educacionais.

282. Para o ano económico 2017, prevê-se o montante de 2.262 milhões de CVE, o que representa uma redução de 21,8%, comparando com a estimativa de execução do orçamento de 2016 (2.891 milhões de CVE), justificado, essencialmente pela retirada das subvenções aos partidos políticos, grupos independentes e cidadãos, no âmbito das 3 (três) eleições realizadas em 2016 – 500 milhões de CVE.

2.3.4.5. Por Classificação Orgânica

283. O peso total das Despesas de Funcionamento do Estado no último ano, subdivide-se em:

- (i) Despesas com os Serviços Simples, 75,8%;
- (ii) Despesas com os Fundos de Serviços Autónomos, 19,3%;
- (iii) Despesas com os Encargos Gerais da Nação, 4,9%.

284. Para 2017, prevê-se que os Serviços Simples representem um peso de 75,0% do total da Despesa de Funcionamento do Estado, enquanto os Encargos Gerais da Nação representem 5,2% e os Fundos e Serviços Autónomos 19,8 %.

285. Em termos de distribuição dos recursos, por estrutura orgânica, não são substanciais as alterações face ao ano de 2016. Os sectores com maior peso continuam a ser o Ministério das Finanças (92,7% relativo aos Encargos Comuns), seguido da Educação, Saúde e Segurança Social, Administração Interna (Segurança e Ordem Pública) e Negócios Estrangeiros e Comunidades.

Figura 48 Despesa de Funcionamento por Classificação Orgânica

MINISTÉRIOS	em milhões de escudos		Taxa Cres em %	Estrutura (%)	
	Est 2016	Orc 2017	2017	2016	2017
Presidência da República	180	207	15,3	0,5	0,5
Assembleia Nacional	823	829	0,8	2,1	2,0
Supremo Tribunal de Justiça	59	61	3,7	0,2	0,1
Procuradoria Geral da República	56	59	3,8	0,1	0,1
Tribunal de Contas	119	124	4,0	0,3	0,3
Comissão Nacional de Eleições	32	34	4,2	0,1	0,1
Concelho Superior da Magistratura Judicial	347	437	25,9	0,9	1,1
Concelho Superior do Ministerio Publico	215	316	46,9	0,6	0,8
Tribunal constitucional	54	61	13,6	0,1	0,1
Gabinete do Primeiro Ministro	264	271	2,7	0,7	0,7
Ministro dos Assuntos Parlamentares e da PCM	120	135	12,6	0,3	0,3
Ministerio das Finanças	16 595	16 967	2,2	43,1	41,5
Encargos Comuns (EC)	15 330	15 728	2,6	39,8	38,5
Ministério das Finanças s/ EC	1 265	1 238	-2,1	3,3	3,0
Ministerio da Economia e Emprego	608	712	17,2	1,6	1,7
Ministerio da Administração Interna	2 093	2 408	15,0	5,4	5,9
Ministerio dos Negocios Estrangeiros e Comunidades	1 022	1 240	21,3	2,7	3,0
Ministerio da Defesa	825	860	4,2	2,1	2,1
Ministerio do Desporto	130	153	17,8	0,3	0,4
Ministerio da Justiça e Trabalho	1 159	1 175	1,3	3,0	2,9
Ministerio da Educação	8 555	9 205	7,6	22,2	22,5
Ministerio da Família e da Inclusão Social	213	252	18,3	0,6	0,6
Ministerio da Cultura e das Industrias Criativas	193	275	43,0	0,5	0,7
Ministerio da Saude e da Segurança Social	3 780	4 138	9,5	9,8	10,1
Ministerio da Agricultura e Ambiente	606	631	4,2	1,6	1,5
Ministerio das Infraestruturas, Ordenamento T. e Ha	265	271	2,3	0,7	0,7
Comissão Nacional de Recenseação Eleitoral	54	56	4,2	0,1	0,1
Serviços Extintos	132		-100,0	0,3	0,0
Total da Despesa	38 499	40 875	6,2	100,0	100,0
Serviços Simples	29 168	30 665	5,1	75,8	75,0
Encargos Gerais da Nação	1 885	2 127	12,9	4,9	5,2
Fundos de Serviços Autónomos	7 447	8 084	8,6	19,3	19,8

Fonte: Ministério das Finanças

2.3.4.5.1. Ministério das Finanças

286. Para o ano económico 2017, estima-se um montante em 16.967 milhões de CVE, representando cerca de 41,5% do total das despesas do Funcionamento, sendo 7,3% destinado às Despesas Correntes do próprio Ministério (incluindo FSA) e 92,7% destinado a fazer face aos Encargos Comuns.

287. Os encargos do Estado geridos por este Ministério são constituídos, essencialmente, pelos Encargos da Dívida, Transferências aos Municípios, Quotas a Organismos Internacionais, Outras Transferências, Pensões, Restituições, Indemnizações e outros encargos de natureza comum do Estado.

2.3.4.5.2. Ministério da Educação

288. Em 2017, coube a este sector o montante de 9.205 milhões de CVE, com um peso de 22,5% do total das despesas de Despesas de Funcionamento, o que representa um acréscimo de 7,6% face à estimativa da execução de 2016.

289. Esse acréscimo é justificado, essencialmente, pelo impacto da implementação do Estatuto da Carreira Docente, assumido em 2016, pela previsão da atribuição dos subsídios aos professores, por não redução da carga horária dos anos de 2010 e 2011, pela reclassificação dos professores referente aos anos de 2012 e 2013, reingressos, progressões de 2013 e 2014, promoções dos dirigentes, atualização dos salários das cozinheiras, e recrutamento de inspetores e professores.

2.3.4.5.3. Ministério da Saúde e da Segurança Social

290. Para 2017, o Sector da Saúde e da Segurança Social apresenta um acréscimo de 9,5%, face à estimativa da execução de 2016, correspondente a 4.138 milhões de ECV e com um peso de 10,1% do total das Despesas Totais de Funcionamento.

291. Contribuíram para o acréscimo, o recrutamento de 20 médicos, 40 enfermeiros e 22 restantes técnicos de saúde. Encontram-se, ainda, previstos a aquisição de

equipamentos de transportes (viaturas) para reforçar as estruturas desconcentradas de saúde, o aumento considerável na rubrica de medicamentos, a evacuação de doentes (inter-ilhas), o impacto com a entrada em funcionamento do Instituto Nacional da Saúde Pública, as despesas com médicos cooperantes, bem como o aumento das receitas próprias das estruturas hospitalares.

2.3.4.5.4. Ministério da Administração Interna

292. Em 2017, o peso deste sector é de 5,9% do total da Despesa de Funcionamento do Estado, o que corresponde ao montante de 2.408 milhões de ECV, justificado praticamente pelo aumento verificado no orçamento da Polícia Nacional. Este aumento deve-se, essencialmente, ao impacto de recrutamentos feitos em 2016, ao nivelamento salarial dos agentes policiais (178 milhões de ECV), e ao recrutamento de mais 120 novos agentes.

2.3.4.5.5. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades

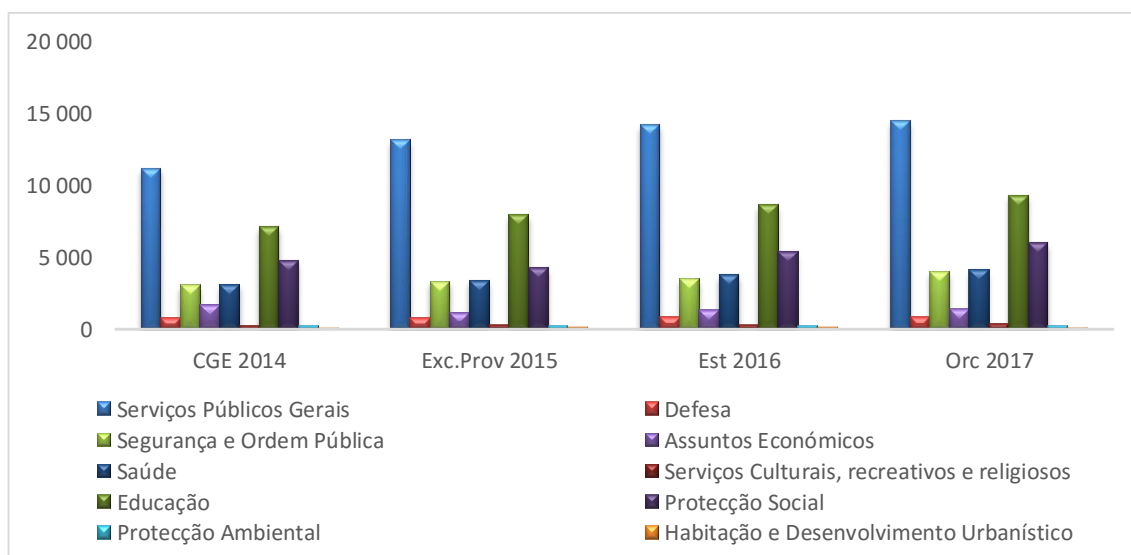
293. Com um peso de aproximadamente 3,0%, do total do Orçamento de Funcionamento para o ano económico 2017, correspondente ao montante de 1.240 milhões de ECV, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, tem assumido relevância em termos orçamentais, decorrente, sobretudo, dos impactos dos compromissos assumidos em 2016, da previsão da atualização dos subsídios de custo de vida do pessoal diplomático e em missão no exterior e dos contratados locais.
294. O acréscimo é justificado, ainda, pelo aumento das transferências para as embaixadas (Missão Permanente junto da ONU).

2.3.4.6. Por Classificação Funcional

295. Analisando as despesas totais na dimensão funcional, nos últimos três anos, os Serviços Públicos Gerais foram responsáveis pela realização, em média, de cerca de 36,5% do total da Despesa de Funcionamento de Estado.

296. À semelhança do ano anterior, prevê-se para o ano económico de 2017, que a maior fatia das despesas totais seja atribuída aos Serviços Públicos Gerais. No entanto, verifica-se um decréscimo em relação à estimativa de execução do orçamento de 2016, passando de 37,0% para 35,2% do total da Despesa de Funcionamento do Estado. Em termos absolutos, para o ano em análise, este serviço representa 14.385 milhões de CVE e 7,7% do PIB.

Figura 49 Despesa de Funcionamento por Classificação Funcional



Fonte: Ministério das Finanças

297. A função da Educação, nos últimos três anos, tem absorvido cerca de 22,5% do total da Despesa de Funcionamento de Estado, alocado em grande parte à despesa com pessoal, às bolsas de estudos e ao funcionamento dos estabelecimentos de educação (ensino básico, secundário e universitário). Para o ano 2017, prevê-se que esta função irá absorver cerca de 22,7% do total do orçamento de Funcionamento do Estado, 4,7% do PIB, o que representa 9.295 milhões de CVE, justificado, essencialmente, com despesas para o Ensino Secundário de 3.587 milhões de CVE,

Ensino Pré-primário e Primário de 3.514 milhões de CVE e Ensino Universitário de 989 milhões de CVE.

298. Relativamente à função Proteção Social, nos últimos três anos. Absorveu em média, 13,7% do peso da Despesa de Funcionamento do Estado. Para o ano 2017, prevê-se que este agregado funcional atinja os 14,7% do total da Despesa de Funcionamento do Estado, o que representa 5.988 milhões de CVE, correspondendo a 2,9% do PIB. Esta despesa justifica-se, essencialmente, pelas atribuições de pensões de aposentação, pensões sociais do regime não contributivo e outras prestações sociais da responsabilidade do Estado;
299. Nos últimos três anos, a função Saúde manteve-se praticamente inalterada situando-se nos de 9,7% do total da Despesa de Funcionamento do Estado. Para o ano 2017 esta função absorverá cerca de 4.138 milhões de CVE, o que equivale a 10,1% da Despesa de Funcionamento e aproximadamente 2,0% do PIB. Este peso é, essencialmente, explicado pela despesa com Pessoal e pelo funcionamento dos estabelecimentos hospitalares.
300. Quanto à função Segurança e Ordem Pública, nos últimos três anos tem representado cerca de 9,4% do total da Despesa de Funcionamento do Estado. Para 2017, prevê-se que esta função absorva 4.000 milhões de CVE, o que equivale a 9,8% do peso total da Despesa de Funcionamento do Estado, o que representa cerca de 1,9 % do PIB.
301. Destacam-se ainda, na ótica funcional, o Sector de Assuntos Económicos, Defesa, Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos, Proteção Ambiental e Habitação e Desenvolvimento Urbanístico, com 1.387 milhões de CVE, 893 milhões de CVE, 429 milhões de CVE, 279 milhões de CVE e 82 milhões de CVE, respetivamente.

2.3.5. Programa de Investimento Público 2017

302. O Programa de Investimento Público (PIP) para o ano de 2017 foi elaborado com base na proposta do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), com um horizonte de cinco anos: (2017-2021). Em termos de arquitetura, o documento assenta na estrutura de Visão, Pilares, Áreas Estratégicas, Programas e Projetos – tendo como instrumento orientador os objetivos do programa do Governo da IX Legislatura.
303. Neste sentido, o Novo Programa do Governo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam o quadro genérico de políticas e objetivos gerais que orientam atualmente o exercício de planificação ao nível nacional.
304. Para além da referência apontada no parágrafo anterior, o PIP foi elaborado com base no Quadro Orçamental a Médio Prazo (QOMP:2017-2020) e no Quadro Despesa a Médio Prazo (QDMP: 2017-2019), em que se elegeu como áreas prioritárias, a segurança, o turismo e o transporte, o desenvolvimento inclusivo a nível social e regional.
305. Neste contexto, o PIP de 2017 resulta da combinação dos seguintes fatores:
- (i) projetos em curso, salvaguardando os compromissos assumidos pelo Estado de Cabo Verde;
 - (ii) Inscrição das contrapartidas nacionais, exigidos no quadro do acordo de financiamento, dos projetos financiados com crédito externo (empréstimos);
 - (iii) Assumpção dos compromissos relativamente a matriz conjunta das ações acordadas com os parceiros no quadro do Grupo de Apoio Orçamental, com grande enfoque na segurança, saúde, água/saneamento e transparência/rigor - podendo-se destacar o Plano de Segurança;
 - (iv) Programas de emergência a nível de reposição de infraestruturas de Santo Antão, na decorrência dos estragos causados pelas chuvas de setembro;
 - (v) Priorização dos projetos que visam a formação bruta de capital fixo.

2.3.5.1. Financiamento do Programa de Investimento Público para 2017

306. O financiamento do Programa de Investimento Público para 2017 ronda 15.477 milhões de CVE, o que representa 8,3% do PIB estimado para o período, e comparando-o com a estimativa de execução do PIP de 2016, verifica-se um aumento de 1.975 milhões de CVE, equivalentes a 14,6%.

307. As Despesas Correntes atingem o montante de 7.478 milhões de CVE, representando um peso, em relação ao total do PIP, de 48,3% e 4,0% do PIB projetado, traduzindo-se num aumento de 14,7%, comparativamente com a estimativa de execução de 2016.

308. As Despesas de Capital situam-se à volta de 681 milhões de CVE, um peso em relação ao total do PIP de 4,4%, e 0,4% do PIB projetado, e representa um aumento de 1261,7% em relação à estimativa de execução de 2016.

309. Os Ativos Não Financeiros situam-se à volta de 7.318 milhões de CVE, equivalentes a 47,3% do total do PIP para 2017 e um aumento de 5,5% em relação ao total projetado para 2016.

Figura 50 Evolução das Despesas do PIP

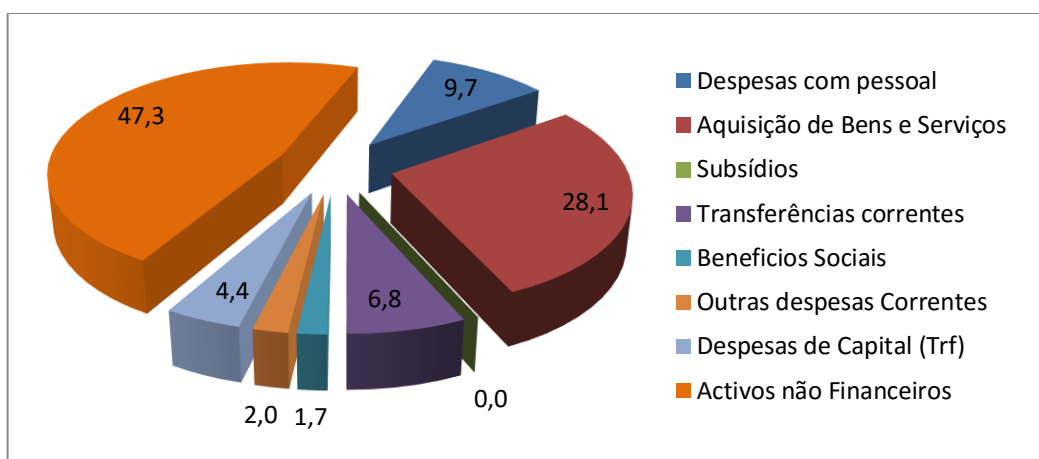
	Em milhões de escudos						Taxa de crescimento em %					Percentagem do PIB Projectado				
	2015		2016		Projeção		Prov		2016		Projeção		2015		2016	
	CGE	Exec.Prov	OE	OE Rep.Exec	2017	2014	2015	OE	Rep.Exec	2017	2014	Exec.Prov	OE	OE Rep.Exec	2017	2017
Despesas de Investimento	15.189	14.071	20.620	19.314	13.502	15.477	-27,7%	-7,4%	37,3%	-4,0%	14,6%	9,7%	8,6%	11,9%	11,2%	7,8%
Despesas Correntes	5.498	6.098	7.212	9.622	6.518	7.478	23,0%	10,9%	57,8%	6,9%	14,7%	3,5%	3,7%	4,2%	5,6%	3,8%
Despesas com pessoal	1.492	1.356	1.523	1.760	1.438	1.503	-0,8%	-9,1%	29,9%	6,1%	4,6%	1,0%	0,8%	0,9%	1,0%	0,8%
Aquisição de Bens e Serviços	2.387	3.415	4.398	5.257	3.626	4.347	23,6%	43,0%	54,0%	6,2%	19,9%	1,5%	2,1%	2,5%	3,1%	2,1%
Bens	618	539	834	944	770	540	42,4%	-12,7%	75,0%	42,8%	-29,9%	0,4%	0,3%	0,5%	0,5%	0,4%
Serviços	1.769	2.875	3.564	4.314	2.856	3.807	18,1%	62,5%	50,0%	-0,7%	33,3%	1,1%	1,8%	2,1%	2,5%	1,7%
Subsídios	0	24,8	0	18	18	1	0,0%	0,0%	-28,6%	-28,6%	-94,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Transferências correntes	881	559	715	1.882	1.073	1.049	127,8%	-36,6%	236,6%	91,9%	-2,2%	0,6%	0,3%	0,4%	1,1%	0,6%
Benefícios Sociais	273	314	234	268	207	266	-4,7%	14,9%	-14,5%	-33,9%	28,1%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%
Outras despesas Correntes	465	430	342	436	156	313	28,7%	-7,6%	1,5%	-63,7%	100,6%	0,3%	0,3%	0,2%	0,3%	0,1%
Despesas de Capital (Trf)	0	471	331	168	50	681	0,0%	0,0%	-64,4%	-89,4%	1261,7%	0,0%	0,3%	0,2%	0,1%	0,4%
Activos não Financeiros	9.691	7.502	13.077	9.524	6.934	7.318	-41,4%	-22,6%	27,0%	-7,6%	5,5%	6,2%	4,6%	7,6%	5,5%	4,0%
Compra Activos não Financeiros	9.691	7.502	13.077	9.524	6.934	7.318	-41,4%	-22,6%	27,0%	-7,6%	5,5%	6,2%	4,6%	7,6%	5,5%	4,0%

Fonte: Ministério das Finanças

310. Analisando a composição das despesas do Programa de Investimento Público (PIP) 2017, verifica-se que:

- i. O peso das Despesas com Pessoal é de 9,7%, equivalente a 1.503 milhões de CVE, o que representa um aumento de 4,6% face à estimativa de execução de 2016;
- ii. As Despesas com Aquisições de Bens e Serviços situam-se à volta dos 28,1% do total (4.347 milhões de CVE), ou seja, um aumento de 19,9% em relação à estimativa de execução de 2016;
- iii. As Transferências Correntes representam 6,8% do total do PIP (1.049 milhões de CVE) e, face à estimativa de execução de 2016, sofrem uma variação negativa de 2,2%, equivalente a menos 24 milhões de CVE;
- iv. Os Benefícios Sociais situam-se à volta 1,7% (266 milhões de CVE) do total do PIP, aumentando, em relação à estimativa de execução de 2016, em 28,1%;
- v. As Outras Despesas atingem um total de 313 milhões de CVE, equivalentes a 2,0% do total do PIP para 2016 e sofrem uma variação positiva de 100,6%, face à projeção da execução de 2016.

Figura 51 Despesas do PIP por agrupamentos económicos



Fonte: Ministério das Finanças

311. À semelhança dos anos anteriores, para 2017, o PIP é financiado, em grande parte, por recursos externos, sendo o Financiamento Externo de 10.456 milhões de CVE, ou seja, 67,6% do total do PIP previsto para 2017 e correspondendo a 5,6% do PIB projetado.

312. O Financiamento Interno ronda à volta dos 32,4% do total do financiamento do PIP, previsto para 2017 (5.021 milhões de CVE), equivalentes a 2,7% do PIB projetado e representa uma variação positiva de 217,6 % em relação à projeção da execução de 2016.

Figura 52 Evolução das Despesas do PIP por Tipo de Financiamento

Financiamento	em milhões de escudos				Taxa de crescimento em %				em % do PIB			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Interno	2 059	3 007	1 581	5 021	-25,6	46,0	-47,4	217,6	1,3	1,8	0,9	2,7
Tes.(Rec. Int.)	2 056	3 007	1 566	4 876	-25	46,2	-47,9	211,4	1,3	1,8	0,9	2,6
OFN	3	0	15	145	-76	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,1
Externo	13 130	10 533	11 921	10 456	-28,1	-19,8	13,2	-12,3	8,4	6,5	6,9	5,6
Donativo	2 419	3 666	6 091	4 213	-34	51,6	66,1	-30,8	1,5	2,3	3,5	2,3
Empréstimo	10 705	6 662	5 520	5 944	-26	-37,8	-17,1	7,7	6,8	4,1	3,2	3,2
Ajuda Alimentar	6	204	310	299	-88	3 081,1	51,9	-3,5	0,0	0,1	0,2	0,2
Total da Despesa	15 189	13 540	13 502	15 477	-27,7	-10,9	-0,3	14,6	9,7	8,3	7,8	8,3

Fonte: Ministério das Finanças

313. Os Donativos financiados através da modalidade de ajuda a projetos, excluindo a ajuda orçamental donativo, totalizam o montante de 3.074 milhões de CVE, equivalente a 29,4% do total do financiamento externo e 19,9% do total do PIP, sendo os maiores financiadores: o MCA com 1.684 milhões de CVE, o Luxemburgo com 219 milhões de CVE, o Fundo de Apoio à Reconstrução dos Estragos da Erupção Vulcânica (FAREEV) com 224 milhões de CVE, a Alemanha com 207 milhões de CVE, o BAD com 110 milhões de CVE, as Nações Unidas com 102 milhões de CVE e a *Global Environment Fund* com 147 milhões de CVE;

314. O total dos Empréstimos Externos, excluindo a ajuda orçamental empréstimo, ascende a 4.290 milhões de CVE, equivalente a 41,0% do total do financiamento externo, 27,7% do total do PIP e 2,3% do PIB estimado. Estes financiamentos estão canalizados para 11 Programas de Investimento.

315. Do total de Empréstimo, 85,1% ou seja 3.651 milhões de CVE estão canalizados para seis (6) Programas: Programa Nacional de Mobilização e Gestão de Recursos Hídricos com 1.354 milhões de CVE, Infraestruturas de Produção, Armazenamento e Distribuição de Energia com 955 milhões de CVE, Fomento da Produção Agropecuária, da Agrotransformação e do Agronegócio com 404 milhões de CVE,

Desenvolvimento do Sistema de Transportes e Segurança Marítima com 348 milhões, Desenvolvimento das Infraestruturas de Ensino Secundário com 312 milhões de CVE, Desenvolvimento e Modernização das Infraestruturas Rodoviárias com 280 milhões de CVE.

316. A ajuda orçamental prevista para 2017 ascende a 2.793 milhões de CVE, representando 26,7% do total do financiamento externo e 18,0% do total do PIP previsto para 2017, sendo 1.139 milhões de CVE provenientes da ajuda orçamental donativos e 1.654 milhões de CVE da ajuda orçamental empréstimos, mantendo-se inalterado o montante da entrada da ajuda orçamental de 2016, sendo o BAD, a União Europeia e Portugal, os maiores financiadores desta modalidade para 2017 conforme demonstra o quadro da evolução da ajuda orçamental.

Figura 53 Evolução da Ajuda Orçamental

Ajuda Orçamental	em milhões de escudos				Taxa de crescimento em %			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Donativos	1.139	1.282	1.139	1.139	-5,0	12,5	-11,1	0,0
Áustria	0	0	0	0	0	0	0	0
Holanda	0	0	0	0	0	0	0	0
Holanda Pana II	0	0	0	0	0	0	0	0
Espanha	0	0	0	0	0	0	0	0
União Europeia	937	1.061	974	974	-4	13	-8	0
Reino Unido	37	0	0	0	-	-100	-	-
Luxemburgo	55	165	55	55	-50	200	-67	0
Portugal	110	55	110	110	0	-50	100	0
Empréstimos	2.921	2.652	1.654	1.654	6,0	-9,2	-37,6	0,0
Banco Mundial	1.267	998	0	0	-	-21,2	-100,0	-
BAD	1.654	1.654	1.654	1.654	0,0	0,0	0,0	0,0
Angola								
Total da Ajuda Orçamental	4.061	3.934	2.793	2.793	2,6	-3,1	-29,0	0,0

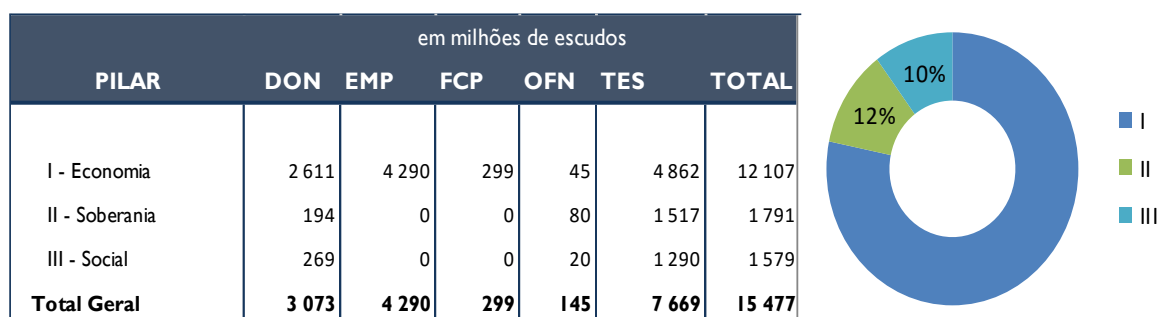
Fonte: Ministério das Finanças

2.3.5.2. Análise Por Pilar

317. A proposta do PEDS (2017-2021) define três pilares, nos quais se enquadram os programas destinados aos investimentos, em que os recursos se encontram distribuídos nos termos da figura que se segue.

Figura 54 Financiamento Por Eixo e Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)



Fonte: Ministério das Finanças

318. Analisando o financiamento do Programa de Investimento Público, por Pilares/Programas, em 2017, constata-se, por sua vez, que a afetação dos recursos por programa de cada Pilar se encontra efetuado, nos termos a seguir elencados.

2.3.5.2.1. Pilar Economia

319. O Pilar Economia constitui um dos grandes desafios do Governo para a presente Legislatura. A aposta na Inovação e no Conhecimento, na Recentragem Sectorial, tendo o Turismo como pilar central, nas Reformas Económicas Estruturantes e na Valorização das ilhas e dos Recursos Endógenos engloba projetos que visam o desenvolvimento do sistema de transportes e segurança marítima, melhoria da qualidade dos produtos e serviços do turismo, das infraestruturas rodoviárias, dos projetos de água, saneamento e de transmissão e distribuição de energia, entre outros. Grande parte dos recursos é canalizada para o Pilar Economia, e representa 78,2% do total dos investimentos, equivalentes a 12.107 milhões de CVE.

320. Para 2017, esse Pilar integra 54 programas do PIP e grande parte dos recursos, (69,8%) estão canalizados para os seguintes programas:

- i. "Programa Nacional de Mobilização e Gestão de Recursos Hídricos", com um financiamento de 2.554 milhões de CVE (21,3%);
- ii. "Infraestruturas de Produção Armazenamento e Distribuição de Energia", com 973 milhões de CVE (8,0%);
- iii. "Desenvolvimento e Modernização das Infraestruturas Rodoviárias", com 918 milhões de CVE (7,6%);
- iv. "Conservação da Biodiversidade e Consolidação das Áreas Protegidas Marinhas e Terrestres" com 887 milhões de CVE (7,3%);
- v. Ordenamento do Espaço Rural, Valorização Hidroagrícola e Adaptação as Mudanças Climáticas" com 760 milhões de CVE (6,3%);
- vi. "Fomento da Produção Agropecuária e da Agrotransformação", com 671 milhões de CVE (5,5%);
- vii. "Conservação e Manutenção de Rede de Estradas", com 611 milhões de CVE (5,0%);
- viii. "Cadastro Predial e Cartografia", com 547 milhões de CVE (4,5%);
- ix. "Melhoria de Qualidade dos Produtos e Serviços Turismo", com 498 milhões de CVE (4,1%).

2.3.5.2.2. Pilar Soberania

321. Este Pilar abarca quatro (4) áreas estratégicas, nomeadamente a Democracia, a Transparência e Boa Governança, a Segurança e a Política Externa.

322. Para 2017, o total do financiamento previsto é de 1.791 milhões de CVE, o que representa 11,6% do total do PIP previsto. Destacam-se os investimentos previstos para os seguintes Programas: "Gestão e Administração Geral", com 509 milhões de CVE, "Reforço de Competências Técnicas do MF", com 323 milhões de CVE, "Melhoria de Segurança Interna", com 230 milhões de CVE, "Reforço da Participação na Vida Política", com 100 milhões de CVE, "Reforço da Segurança Interna", com 100 milhões de CVE, "Administração do Cidadão e Empresa", com 91 milhões de CVE, CVE, e "Proteção dos Direitos do Cidadãos", com 45 milhões de CVE, representando 72,5 % dos recursos canalizados para esse pilar.

323. O total do financiamento dos programas da Justiça e Trabalho, da Administração Interna e da Defesa Nacional, pertencentes a este Pilar, é de 740 milhões de CVE, destacando-se os investimentos previstos para os Programas “Melhoria da Segurança Interna”, com 230 milhões de CVE, “Reforço da Segurança Interna”, com 100 milhões de CVE, “Reforço da Participação na Vida Política”, com 100 milhões de CVE, “Melhoria do Patrulhamento Aéreo, Marítimo e Urbano”, com 50 milhões de CVE, “Proteção dos Direitos dos Cidadãos”, com 45 milhões de CVE e “Prevenção e Combate à Droga”, com 41 milhões de CVE.

2.3.5.2.3. Pilar Social

324. Este Pilar Social, absorve 10,2% do total dos investimentos públicos, equivalentes a 1.579 milhões de CVE. As políticas sociais, assentes numa mudança de paradigma, a inclusão e inserção sociais, a política de habitação condigna, a aposta no capital humano, na equidade e igualdade de género são áreas estratégicas refletidas nos programas e projetos de investimento público, deste pilar.

325. Destacam-se os investimentos previstos para os Programas: “Garantia do Acesso a Todos os Grupos Sociais e Profissionais à Proteção Social” com 220 milhões de CVE, (13,9%), “Ação Social Escolar” com 204 milhões de CVE (12,9%), “Acesso aos Pobres aos Serviços Sociais de Base e ao Rendimento” com 171 milhões de CVE (10,8%), “Promoção do Emprego e Empregabilidade” com um total de 143 milhões de CVE, (9,1%), “Desenvolvimento do Sector Farmacêutico” com 138 milhões de CVE (8,7%) “Prestação dos Cuidados na Rede de Atenção Primária” com 118 milhões de CVE (7,5%), “Reforço da Qualidade do Sistema Educativo e Desportivo” com 90 milhões de CVE, (5,7%,) e o programa “Desenvolvimento do Ensino Técnico e Profissional” com 89 milhões de CVE, (5,6%,), do total do financiamento do Pilar.

326. Para o Sector da Educação o total do financiamento é de 505 milhões de CVE, destacando-se os projetos: Cantinas Escolares – Aquisições de Alimentos, Reforço ao Sector da Educação, Bolsas de Estudo para Alunos do Ensino Superior e Técnico Profissional, Programa e Transporte Escolar, Curso de Mestrado Integrado em Medicina, Revisão Curricular, Instalação da Agencia de Regulação do Ensino Superior,

Programa Bolsa de Estudos para os Alunos do Ensino Secundário e Programa de Apoio dos Alunos do Ensino Básico e Secundário na Compra de Materiais Didáticos;

327. Para o Sector de Família e Inclusão Social, os investimentos previstos totalizam o montante de 472 milhões de CVE, sendo que os projetos com maior realce são: “Proteção Social Mínima” com 200 milhões de CVE, “Garantia de Acesso a Serviços de Cuidados, Educativos e Saúde” com 95 milhões de CVE, “Implementação do Rendimento Social de Inclusão” com 77 milhões de CVE e “Apoio a Crianças em Situação de Risco e Respetivas Famílias” com 35 milhões de CVE;
328. Para o Sector da Saúde e da Segurança Social o total do financiamento é de 323 milhões de CVE, equivalentes a 20,4% do total do Pilar Social, realçando os projetos “Medicamentos Essenciais e Política Farmacêutica”, “Abordagem Integrada Para a Vigilância, Prevenção Combate a Doenças Não Transmissíveis”, “Prestação de Atenção Primária”, “Reforço da Luta Contra as Doenças Prioritárias” e “Promoção da Saúde”;
329. Para o Sector da Economia e Emprego, o total previsto ronda os 143 milhões de CVE, destacando-se os projetos de “Desenvolvimento das Ofertas Formativas e Políticas Ativas de Emprego” com 123 milhões de CVE.

2.3.5.3. Análise por Ministério

330. Os Ministérios da Agricultura e Ambiente (MAA), da Economia e Emprego (MEE), das Infraestruturas e do Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH), da Educação (ME), das Finanças (MF), da Administração Interna (MAI) e da Família e Integração Social, são os ministérios que absorvem a maior parte dos recursos do Programa de Investimentos Públicos para 2017, totalizando o montante de 14.651 milhões de CVE, equivalente a 94,7% do total do PIP e representando 7,9% do PIB estimado para 2017.

Figura 55 Financiamento por Ministério - PIP

(em milhões de CVE)

MINISTÉRIOS	Orc 2017	Estrutura (%)
Tribunal de Contas	8	0,1
Gabinete do Primeiro Ministro	110	0,7
Ministro dos Assuntos Parlamentares e da PCM	10	0,1
Ministerio das Finanças	1 186	7,7
Ministerio da Economia e Emprego	2 890	18,7
Ministerio da Administração Interna	474	3,1
Ministerio dos Negocios Estrangeiros e Comunidades	62	0,4
Ministerio da Defesa	73	0,5
Ministerio do Desporto	50	0,3
Ministerio da Justiça e Trabalho	433	2,8
Ministerio da Educação	1 271	8,2
Ministerio da Família e da Inclusão Social	479	3,1
Ministerio da Cultura e das Industrias Criativas	81	0,5
Ministerio da Saude e da Segurança Social	459	3,0
Ministerio da Agricultura e Ambiente	5 376	34,7
Ministerio das Infraestruturas, do Ordenamento do Territorio e Habitação	2 515	16,3
Total da Despesa	15 477	100,0

Fonte: Ministério das Finanças

2.3.5.3.1. Ministério da Agricultura e Ambiente

331. O MAA tem a missão de coordenar e executar as políticas de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Alimentação e a valorização, proteção e preservação do ambiente, da água e do saneamento.
332. O total dos investimentos previstos para 2017 é de 5.376 milhões de CVE, equivalentes 34,7% do total do PIP, com destaque para os programas: Programa Nacional de Mobilização e Gestão de Recursos Hídricos, com um total de financiamento de 2.578 milhões de CVE, para financiamento de 12 projetos, destacando se os projetos *Reform das Utilities – Aguas e Saneamento MCA2* com 949 milhões de CVE, *Sistema de Produção e Distribuição de Agua em Santiago* com 675 milhões de CVE e projeto de *Agua e Saneamento de Bairros Periféricos da Cidade da Praia* com 584 milhões de CVE;

- 333.** Programa Conservação da Biodiversidade e Consolidação das Áreas Protegidas com 887 milhões de CVE, destacando-se os projetos do Fundo Nacional do Ambiente com 740 milhões de CVE e da Integração da Biodiversidade no sector do Turismo com 147 milhões de CVE;
- 334.** Programa do Ordenamento do Espaço Rural, Valorização Hidroagrícola e Adaptação às Mudanças Climáticas com 760 milhões de CVE, com destaque para os projetos Kr10-Modernização e Aumento da Produção Agrícola com 264 milhões de CVE, Projeto de Desenvolvimento Rural Bacia Hidrográfica de Principal com 147 milhões de CVE e Projeto Barragens e Modernização da Agricultura com 114 milhões de CVE.

2.3.5.3.2. Ministério da Economia e Emprego

- 335.** O MEE tem a missão de coordenar e executar as políticas públicas direcionadas para as atividades do turismo, transporte marítimo e aéreos, telecomunicações, economia marítima, economia digital, indústria e comércio, energia e formação profissional e promoção de emprego, dirigidas ao crescimento da economia e da competitividade.
- 336.** Para 2017, o PIP do MEE totaliza o montante de 2.890 milhões de CVE, equivalentes a 18,7% do total dos investimentos públicos, sendo que 71,7% destes recursos estão canalizados para os Programas: “Infraestruturas de Produção, Armazenamento e Distribuição de Energia” com 973 milhões de CVE, com destaque para o projeto: “Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia, em seis Ilhas de Cabo Verde” financiado com 955 milhões de CVE;
- 337.** Programa Melhoria da Qualidade dos Produtos e Serviços do Turismo com 498 milhões de CVE, destacando-se o projeto Fundo de Desenvolvimento do Turismo com 445 milhões de CVE;
- 338.** Programa Desenvolvimento do Sistema de Transportes e Segurança Marítima com 369 milhões de CVE, com destaque do projeto Balizamento Marítimo com 259

milhões de CVE e do projeto implementação do VTMS (*Vessel Traffic Maritime System*) com 89 milhões de CVE;

339. Desenvolvimento da Investigação Aplicada à Pesca com 233 milhões de CVE com destaque para o projeto OSCN – Centro Oceanográfico do Mindelo com 209 milhões de CVE.

2.3.5.3.3. Ministério Das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação

340. Cabe ao MIOTH coordenar e executar as políticas em matéria de obras públicas, construção civil, construção naval, infraestruturas, ordenamento do território e habitação.
341. O total dos investimentos previstos para 2017, rondam 2.515 milhões de CVE, equivalentes a 16,3% do total PIP.
342. Destacam-se os programas “Desenvolvimento e Modernização das Infraestruturas Rodoviárias” com 918 milhões de CVE, destacando-se o Projeto Programa de Emergência de S. Antão - Trabalhos de Urgência e Melhoria de Estradas com 300 milhões de CVE, projeto Reforma do Sector de Transportes-Tsrp com 160 milhões de CVE e projeto Obras Rodoviárias de Urgência com 150 milhões de CVE;
343. Programa “Conservação e Manutenção da Rede de Estradas” com 611 milhões de CVE, afeto ao projeto Fundo Rodoviário, previsto com igual montante.
344. Programa “Cadastro Predial e Cartografia” com 547 milhões de CVE,” com destaque para o projeto Clarificação dos Direitos e Limites – Gestão da Terra Mca2 com 513 milhões de CVE.
345. Programa Mais Qualidade Mais Comunidade com 224 milhões de CVE, destinado ao Programa de Emergência – Erupção Vulcânica do Fogo, previsto com igual montante.

2.3.5.3.4. Ministério da Educação

346. O Ministério da Educação tem como missão coordenar e executar as políticas em matéria de educação pré-escolar, do ensino básico, secundário e técnico, da educação extraescolar e do ensino superior, investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, bem como da ação social escolar, melhoria da qualidade e do acesso ao sistema educativo e formativo, valorização do capital humano e estímulo à promoção de uma “economia” do conhecimento.
347. O total dos investimentos previstos para o Ministério ronda os 1.271 milhões de CVE, aproximadamente 8,2% do total do PIP/2017 e, desse montante, 72,6% são canalizados para os Programas: “Desenvolvimento de Infraestruturas do Ensino Secundário”, sendo que 422 milhões de CVE são destinados a projetos de construção de Escolas Secundárias, nas ilhas de Santo Antão (Paul), Brava, e Boavista;
348. Programa de “Infraestruturas do Ensino Superior”, com 298 milhões de CVE, com realce para o projeto “Construção da EFPB Mindelo”, orçado em 198 milhões de CVE.
349. Programa Ação Social e Escolar, com 204 milhões de CVE, com destaque para os projetos: cantinas escolares - aquisição de alimentos, cujo objetivo é fornecer uma refeição quente aos alunos do ensino básico e promover a saúde escolar, orçado em 95 milhões de CVE; Projeto Bolsas de Estudos para Alunos do Ensino Superior e Técnico Profissional, com 41 milhões de CVE e projeto Programa de Transporte Escolar, com 32 Milhões de CVE.

2.3.5.3.5. Ministério das Finanças

350. O M.F. é que coordena e executa as políticas em matéria de gestão das Finanças do Estado, nos domínios do orçamento, sistema fiscal, tesouro, património, privatização, planeamento e desenvolvimento regional, bem como gestão e qualificação dos recursos humanos da Administração Pública.

351. Para 2017, o PIP do M.F. totaliza o montante de 1.286 milhões de CVE, equivalentes a 8,3% do total dos investimentos públicos, com destaque para o financiamento dos Programas: Programa “Gestão e Administração Geral” com 386 milhões de CVE, com realce para o projeto “Desconcentração Orçamental Gaa” com 197 milhões de CVE, sendo 180 milhões de CVE, desse montante, previstos para o pagamento dos serviços prestados pelo NOSI aos Serviços da Administração Pública Central e ao Projeto de Gestão do MCA-II Compacto, com 134 milhões de CVE.
352. Reforço de Competências Técnicas do M.F. com 323 milhões de CVE, com destaque para o projeto Fundo de Pré Investimento, com 237 milhões de CVE.
353. Programa “Modernização da Administração Publica” com 200 milhões de CVE, destacando-se o projeto “Privatizações”, para o qual estão previstos 145 milhões de CVE, equivalente a 72% do total do orçamento desse programa.

2.3.5.3.6. Ministério da Família e Inclusão Social

354. O Ministério da Família e Inclusão Social é o departamento governamental responsável pela implementação da política nos sectores da família, infância, idosos, combate à pobreza e inclusão social.
355. O total dos investimentos previstos nesse sector é de 479 milhões de CVE, aproximadamente 3,1% do total do PIP/2017. Destacam-se os financiamentos dos Programas “Acesso aos Pobres dos Serviços Sociais de Base e Rendimento” com 171 milhões de CVE, realçando o projeto Garantia de Acesso a Serviços de Cuidados Educativos e Saúde, com 95 milhões de CVE e projeto Implementação de Rendimento Social de Inclusão, com 77 milhões de CVE.
356. Programa Garantia de Acesso a Todos os Grupos Sociais e Profissionais à Proteção Social com 220 milhões de CVE, sendo 200 milhões de CVE afetos ao projeto “Proteção Social Mínima-Pensão Social”.

357. Programa Melhoria das Condições de Vida das Crianças e Adolescentes com 66 milhões de CVE, com ênfase no projeto Apoio às crianças em situação de risco e respetivas Famílias.

2.3.5.3.7. Ministério da Administração Interna

358. O Ministério da Administração Interna é o departamento governamental responsável pela implementação da Política Nacional de Segurança.
359. O total dos investimentos previstos para o Ministério é de 474 milhões de CVE, aproximadamente 3.1% do total do PIP/2017. Destacam-se o financiamento dos Programas: Melhoria da Segurança Interna, orçado em 230 milhões de CVE, destacando-se o projeto “Cidade Segura”, para o qual estão previstos 130 milhões de CVE.
360. Programa Construção e Beneficiação das Infraestruturas Policiais, com 105 milhões de CVE, destinados ao projeto Construção das Unidades Policiais, com igual montante.
361. Programa Reforço da Segurança Interna, com 100 milhões de CVE, com enfoque nos projetos: “Aquisição de Viaturas para a Policia Nacional” e “Equipamentos Operacionais para a Policia Nacional” ambos orçados em 50 milhões de CVE.

2.3.5.3.8. Ministério da Saúde e da Segurança Social

362. O Ministério da Saúde e da Segurança Social é o departamento governamental responsável pela implementação da Política Nacional de Saúde e da Segurança Social.
363. O total dos investimentos previstos para o Ministério é de 459 milhões de CVE, aproximadamente 3.0% do total do PIP/2017. Destacam-se o financiamento dos Programas: Desenvolvimento do Sector Farmacêutico, com 138 milhões de CVE, destacando-se o projeto “Medicamentos Essenciais e Política Farmacêutica” para o qual está previsto igual montante.

364. Programa Prestação de Cuidados de Saúde na Rede de Atenção Primária, com 118 milhões de CVE, destacando-se os projetos “Abordagem Integrada para a Vigilância, Prevenção, Combate a Doenças não Transmissíveis”, com 54 milhões CVE e projeto Prestação de Atenção Primária, com 33 milhões de CVE.

365. Programa Infraestruturação de Rede Hospitalar”, com 117 milhões de CVE, com enfoque nos projetos: “Programa de Saúde”, com 80 milhões de CVE e o Projeto Reabilitação e Equipamento de Estruturas de Saúde, com 37 milhões de CVE.

2.3.5.4. Principais Projetos de Investimento

366. Em 2017, dos trezentos Noventa projetos que compõem o programa investimento público, quinze projetos representam 50% do total do PPIP, cerca de 7.377 milhões de escudos, nos termos ilustrados no quadro seguinte.

Figura 56 Quinze maiores Projetos do Programa de Investimentos em 2017

(em milhões de CVE)

Projectos	Donativo	Empréstimo	FCP	Tesouro	Total Geral
Sistema de Transmissão e distribuição de Energia em CV em 6 Ilhas	0	955	0	0	955
Reform das Utilities - Água e Saneamento Mca 2	919	0	0	29	949
Fundo Nacional Ambiente	0	0	0	740	740
Sistema de Produção e Distribuição de Água em Santiago	0	666	0	9	675
Fundo Rodoviário	0	0	0	611	611
Projecto de Água e Saneamento de Bairros Periférico da Cidade da Praia	0	563	0	21	584
Clarificação dos Direitos e Limites - Gestão da Terra Mca 2	511	0	0	2	513
Fundo Desenvolvimento do Turismo	0	0	0	445	445
Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconomicas Rurais(Poser)	0	404	0	10	414
Trabalhos de Urgência e Melhoria em Estradas Nacionais	0	0	0	300	300
Modernização e Aumento da Produção Agrícola	0	0	264	0	264
Balizamento Marítimo	0	259	0	0	259
Fundo de Pré-Investimento	0	0	0	237	237
Programa de Emergência - Erupção Vulcânica do Fogo	224	0	0	0	224
Oscn - Centro Oceanográfico do Mindelo	207	0	0	1	209
TOTAL	1 861	2 845	264	2 407	7 377

Fonte: Ministério das Finanças

367. De destacar, no âmbito do Programa de Investimento Público para 2017, alguns projetos críticos a nível de segurança e emergência, nos termos que se segue:

- i. Ao nível de segurança é de se realçar:

Figura 57 **Projetos do Reforço e Melhoria da Segurança Interna e Justiça**

(CVE)

PROJECTOS		VALORES
Melhoria da Segurança Interna	Formação Profissional Para Reforço Das Competências Técnico-Operacionais	1 100 000
	Campanha de Prevenção e Segurança Rodoviária	2 430 350
	Sistema De Informação Estatística Ministerio De Administração Interna	3 703 094
	Segurança Solidária - Comércio Seguro	4 500 000
	Cabo Verde sem Armas	5 000 000
	Policiamento De Proximidade	5 000 000
	Segurança Solidária - Escola Seguro	5 500 000
	Segurança Solidária - Verão Seguro	6 524 041
	Segurança Solidária - Turismo Seguro	10 000 000
	Centro Despacho E Coordenação De Emergencia - 112	20 000 000
	Aquisição De Viaturas Para Policia Nacional	50 000 000
	Aquisições de Armamentos	54 600 000
	Construção Das Unidades Policiais	105 411 550
	Cidade Segura	130 000 000
Reforço da Segurança dos Transportes Rodoviários	Plano de Acção Segurança Rodoviária	1 000 000
	Modernização do Sistema Digital e Informático	2 500 000
	Implementação Do Serviço De Notificação E Cobrança De Coimas	3 000 000
	Leasing de Equipamentos de fiscalização Rodoviária	8 055 614
Reforço da Segurança Interna	Equipamento Operacionais Para Policia Nacional	50 000 000
Reforço da Justiça e da Investigação Criminal	Aquisição de Equipamentos de tática e segurança da Policia Judiciária	33 500 000
	Aquisição de Viaturas para Policia Judiciária	18 000 000
	Construção da Cadeia Regional Do Sal	92 000 000
	Modernização Laboratório Area Biologia - DNA	3 500 000
	Modernização sistema recolha e tratamento vestígios - PJ	4 000 000
	Obras e Beneficiação dos Edifícios da Justiça	15 071 203
	Projecto Reforma E Acompanhamento Legislativo	15 712 424
Melhoria do Sistema Prisional e de Inserção Social de Adultos e de Menores em Conflito com a Lei	Reintegração dos jovens em conflito com a lei	5 500 000
	Reinserção Social Dos Reclusos	8 500 000
	Tratamento e reinserção social dos tóxico-dependentes	4 828 421
TOTAL		742 782 838

Fonte: Ministério das Finanças

- ii. Programa de Emergência de Santo Antão: O balanço feito, após as chuvas de 12 a 20 de setembro último, confirma que se está perante uma situação de emergência que urge a adoção de medidas urgentes para repor a normalidade nas zonas afetadas, nomeadamente na reparação e melhoria preventiva de estradas nacionais e municipais, na reposição dos acessos, na retoma do abastecimento de energia e água, na reabilitação das habitações danificadas e, ainda, na minimização dos prejuízos das colheitas agrícolas.

Figura 58 Programa de Emergência de Santo Antão face as Chuvas de Setembro

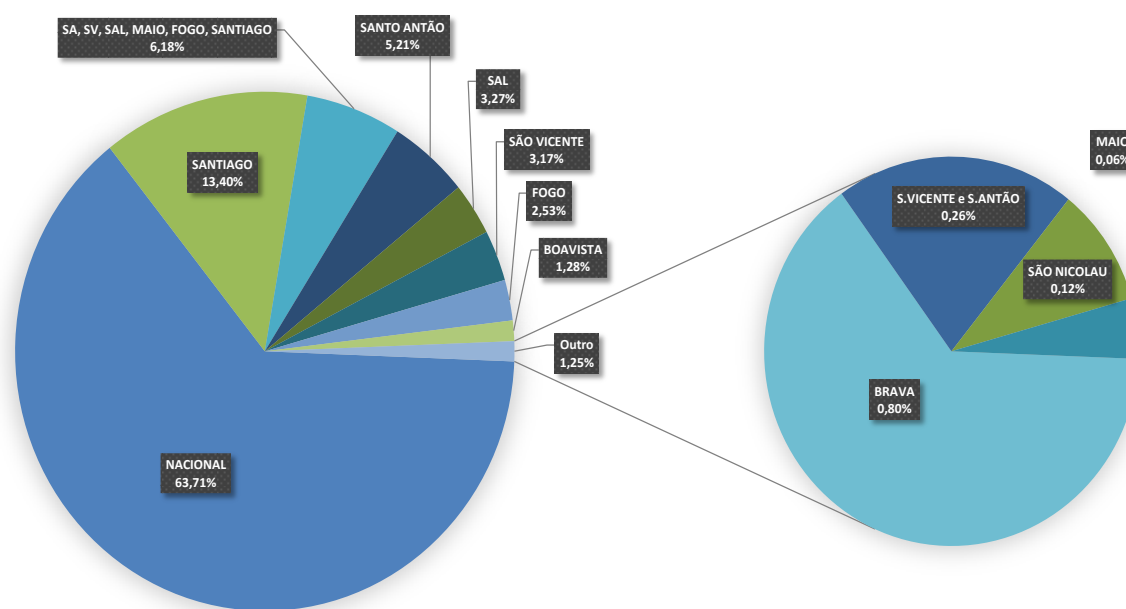
(CVE)

Projetos	Montante
Trabalhos De Urgência E Melhoria Em Estradas Nacionais	300 400 000
Reparação De Estrados No Sector Agropecuário	92 000 000
Caminhos Vicinais E Caminhos Carroçáveis	28 740 000
Projeto De Reabilitação Urbana	15 590 000
Projeto De Recuperação Habitacional	12 920 000
Projeto De Melhoria De Infraestruturas Das Pescas	7 250 000
Projeto De Abastecimento De Água E Saneamento	6 100 000
TOTAL	463 000 000

Fonte: Ministério das Finanças

2.3.5.5. Análise Por Ilha e Concelhos (valores indicativos)

368. Os projetos de investimento público inscritos no OE 2017 contemplam todas as ilhas habitadas do país. Entretanto, cerca de 63,7% (9.840,6 milhões CVE) são projetos transversais à todas as ilhas, pelo que são caracterizadas como Nacional. Regista-se dois outros agrupamentos: (i) relativo a seis ilhas (SA, SV, Sal, Maio, Fogo e Santiago), com um peso de 6,2% (954,6 milhões CVE), referente ao projeto “Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia em Cabo Verde” e (ii) relativo a Santo Antão e São Vicente, com um peso de 0,3% (40 milhões CVE), referente ao “Estudo Viabilidade Técnico-Económico de Ordenamento de Bacias Hidrográficas”.

Figura 59 Programa de Investimento Público por Ilha em 2017 – Peso

Fonte: Ministério das Finanças

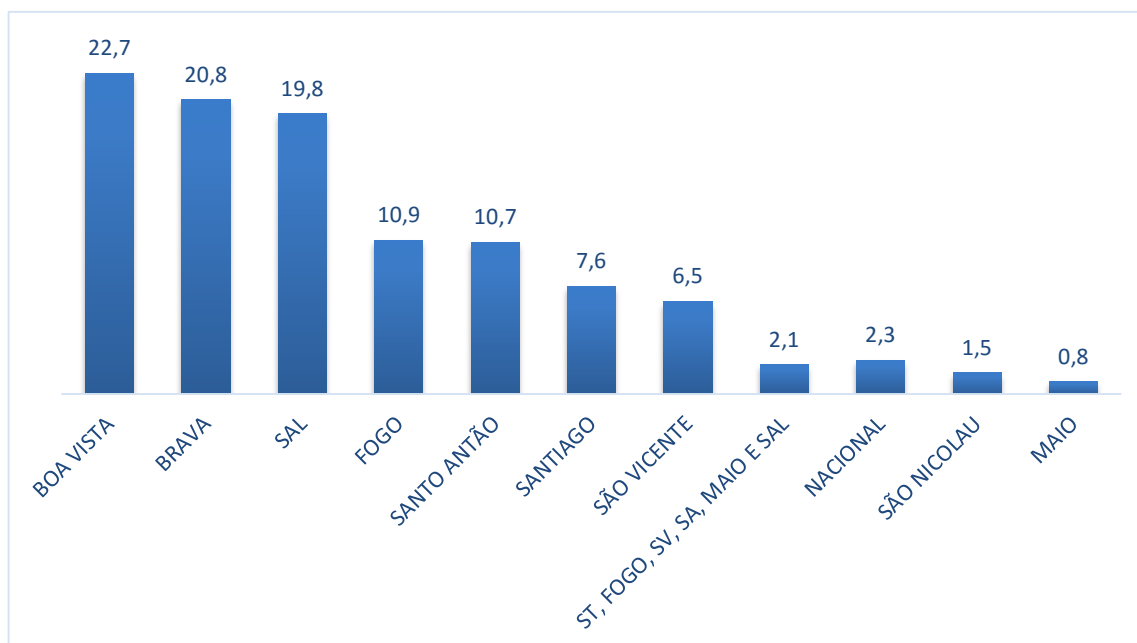
369. Em 2017, em termos de volume, a ilha de Santiago absorve a maior parte dos investimentos, seguido dos agrupamentos (nacional, seis ilhas e SA e SV). Os projetos de investimentos inscritos para esta ilha representam cerca de 13,4% do total do PIP, seguindo da ilha do Santo Antão com cerca de 5,2%.

370. As ilhas onde se regista menos peso a nível do programa de investimento público são Maio (0,06%), São Nicolau (0,12%) e Brava (0,80%).

371. Entretanto, se fizermos a análise dos investimentos por ilha numa perspetiva per capita, sem considerar os agrupamentos (nacional e seis ilhas), as ilhas onde se regista maior investimento público per capita são Boa Vista (22,7 mil CVE), Brava (20,8 mil CVE) e Sal (19,8 mil CVE), seguidos de Fogo (10,9 mil CVE), Santo Antão (10,7 mil CVE) e Santiago (7,6 mil CVE), nos termos do gráfico que se segue.

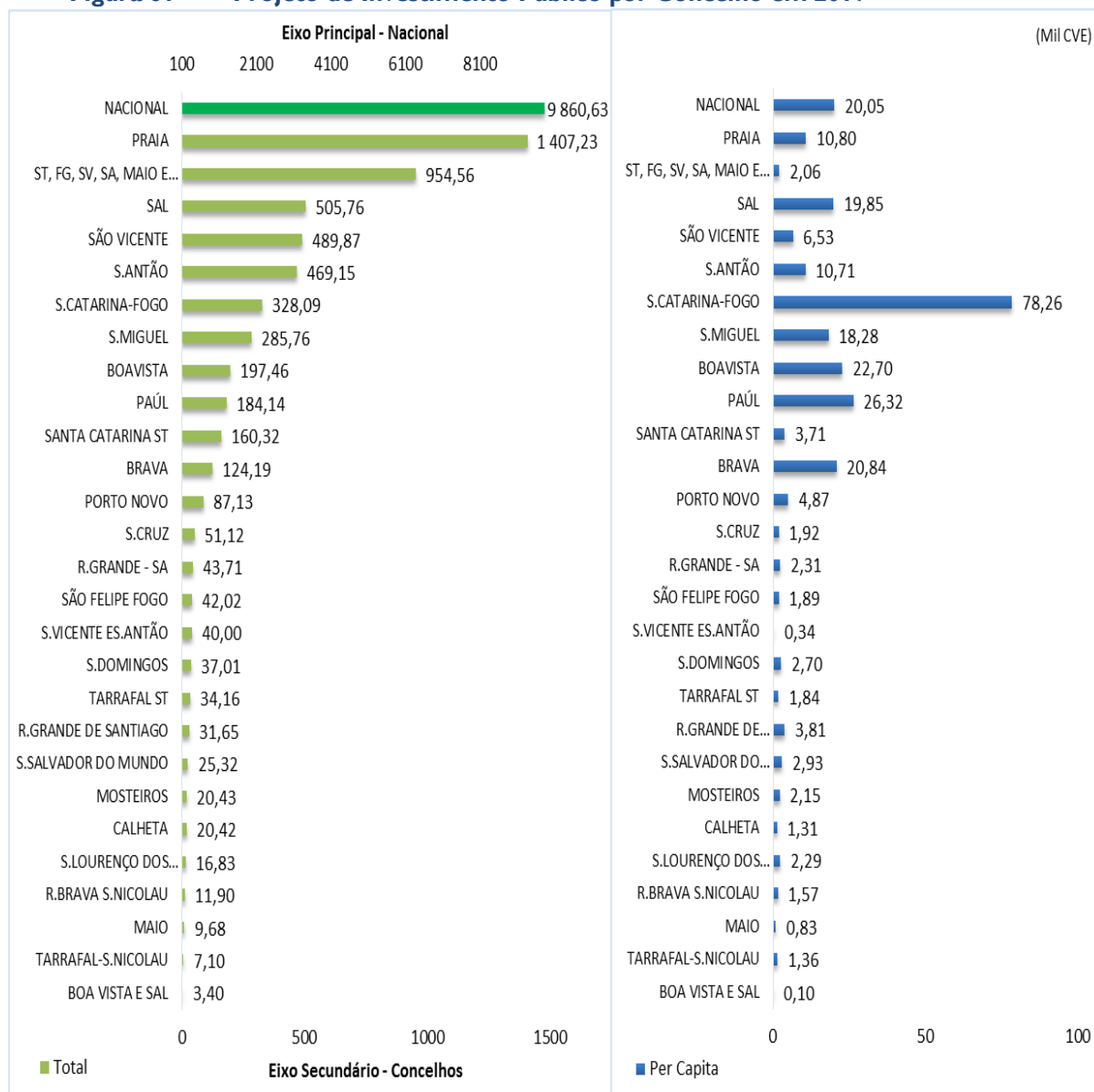
Figura 60 Projeto de Investimento Público per Capita por Ilha em 2017

(em mil CVE)

**Fonte:** Ministério das Finanças

372. Numa análise por concelhos, conforme se pode constatar nos gráficos imediatamente abaixo, não considerando os agrupamentos (nacional e seis ilhas):

- (i) Numa ótica de valores de projetos de investimento por concelho (primeiro gráfico), observa-se que:
 - a. Os Concelhos de Praia, Sal e São Vicente absorvem cerca de 51% da parte da dotação do orçamento de Investimento inscrito para 2017.
 - b. Segue, com alguma expressão os concelhos de Santo Antão e o de Santa Catarina do Fogo, derivando de intervenções de emergência, sendo a primeira no âmbito das chuvas de setembro de 2016 e a segunda na sequência da conclusão das intervenções no âmbito da erupção de novembro de 2014.
- (ii) Na ótica de projetos de investimento per capita, destaca-se os concelhos de Santa Catarina do Fogo, Paul, Boa vista, Brava e Sal, como resultado de medidas de discriminação positiva em relação a alguns municípios, assim como das medidas tendentes ao reforço da descentralização.

Figura 61 Projeto de Investimento Público por Concelho em 2017

Fonte: Ministério das Finanças

2.3.6. Dívida Pública

373. A dívida do Governo Central, excluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira – TCMF, manteve, nos últimos quatro anos, uma trajetória ascendente. Em termos absolutos, em 2015, totalizou 200.077,3 milhões de CVE e, para os anos de 2016 e 2017, prevê-se que este atinja 212.901,8 e 225.227,3 milhões de CVE, respetivamente.

374. Em termos absolutos, prevê-se um crescimento de 12.824,5 milhões de CVE, em 2016, face ao ano transato. Para o ano de 2017, o aumento previsto é de 12.325,5 milhões de CVE, em relação a 2016. Para este crescimento, a dívida externa contribui em cerca de 66,5%.

375. Em termos de *stock* da dívida, em relação ao PIB, as previsões para os anos de 2016 e 2017 são de 123,7% e 121,5%, respetivamente.

Figura 62 Principais Indicadores de Dívida

	em milhões de escudos				
	2015 Prov	2016 Proj	2017 O.E	2015/2016	2016/2017
Dívida Pública	200.077,3	212.901,8	225.227,3	6,4%	5,8%
Dívida Interna	45.998,1	50.841,8	54.968,9	10,5%	8,1%
Dívida Externa	154.079,2	162.060,1	170.258,4	5,2%	5,1%
Variação em valores absolutos	21.035,6	12.824,5	12.325,5		
Dívida Interna	4.409,6	4.843,7	4.127,2		
Dívida Externa	16.626,0	7.980,9	8.198,4		
PIB	162.884,1	172.075,7	185.432,6		
Dívida Pública em % do PIB	122,8%	123,7%	121,5%		
Dívida Interna em % do PIB	28,2%	29,5%	29,6%		
Dívida Externa em % do PIB	95%	94,2%	91,8%		
Variação em pontos percentuais Dívida Pública		0,9	-2,3		-0,6
Variação em pontos percentuais Dívida Interna		1,3	0,1		-2,4
Variação em pontos percentuais Dívida Externa		-0,4	-2,4		-0,1

Fonte: Ministério das Finanças

2.3.6.1. Dívida Interna

376. Numa análise desagregada da Dívida Pública, na vertente da dívida do Governo Central, constatou-se que o *stock* da Dívida Interna, nos finais de 2015, foi de 45.998,1 milhões de CVE, cerca de 4.409,6 milhões de CVE acima do valor registado no ano transato. Para 2016, prevê-se um aumento de 4.843,7 milhões de CVE em relação a 2015 e, para finais de 2017, perspetiva-se um aumento de 4.127,2 milhões de CVE.
377. Em termos relativos, prevê-se que a Dívida Interna aumente em cerca de 10,5% em finais de 2016 e 8,1% em 2017.
378. No que se refere ao rácio da Dívida Interna Bruta em relação ao PIB, este tem apresentado uma tendência de crescimento moderado. No ano de 2015, este registou 28,2%, prevendo-se que, em finais de 2016 e 2017, atinja 29,5% e 29,6% respetivamente. O Governo tem como propósito manter este rácio em relação ao PIB, em termos líquidos, em torno de 20%, amenizando o risco de *crawding out* na economia.

2.3.6.2. Dívida Externa

379. Para 2016 e 2017, prevê-se que o *stock* da dívida externa situe-se em 162.060,1 e 170.258,4 milhões de CVE. Isto, considerando o *stock* de 2015 que se situou em 154.079,2 milhões, o resultado projetado para 2016 e a necessidade líquida de financiamento previsto para 2017.
380. A estrutura do portfólio é caracterizada maioritariamente por credores multilaterais e bilaterais, sendo que os empréstimos, em termos comerciais, representam 2% do portfólio da dívida externa. A taxa de concessionalidade da carteira externa é 92,9% e a taxa de juro média de cerca de 1,3%.
381. Relativamente à composição da carteira, em termos de moeda, até então é representada por EUR 60,9%; XDR 21,4%; USD 7,3%; JPY 5,4% e outros 4,9%. E

espera-se a sua manutenção para os próximos anos, tendo em conta a estratégia de endividamento de médio prazo do país.

382. Para o ano de 2017, conta-se com o montante de desembolsos da dívida externa no valor de 11.882 milhões de CVE, provenientes de credores multilaterais, bilaterais e comerciais.

383. Relativamente ao serviço da dívida externa, a previsão para o ano de 2017, é que este atinja os valores de 5.698 milhões de CVE, contra os 4.668 milhões de CVE registados em 2016. Em termos de rácio em percentagem do PIB, este deverá atingir os 2.7 e 3.1% respetivamente.

2.3.6.3. Programação / Financiamento para 2017

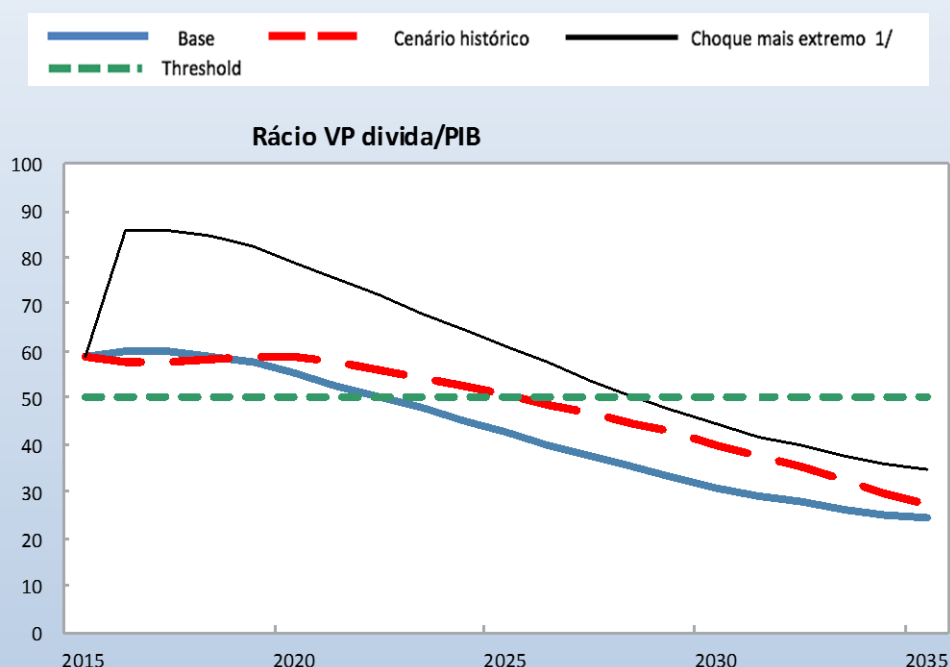
384. Para 2017, o Governo prevê contratar 21.270 milhões de CVE para cobrir as necessidades de financiamento. A previsão é que este valor seja financiado em 56% com dívida externa e 44% com empréstimos contratados junto de credores internos, o que representa em termos absolutos, 11.882 e 9.388 milhões de CVE, respetivamente.

385. O Governo irá iniciar o processo de revisão do “*Medium Term Debt Strategy*” (MTDS), de modo a adequá-lo à nova realidade do Programa do Governo e ao elevado nível de endividamento do país.

386. No que concerne ao serviço da dívida prevista para 2017, este atingirá o valor de 13.557 milhões de CVE, com 7.859 milhões de CVE de dívida interna e 5.698 milhões de CVE de dívida externa.

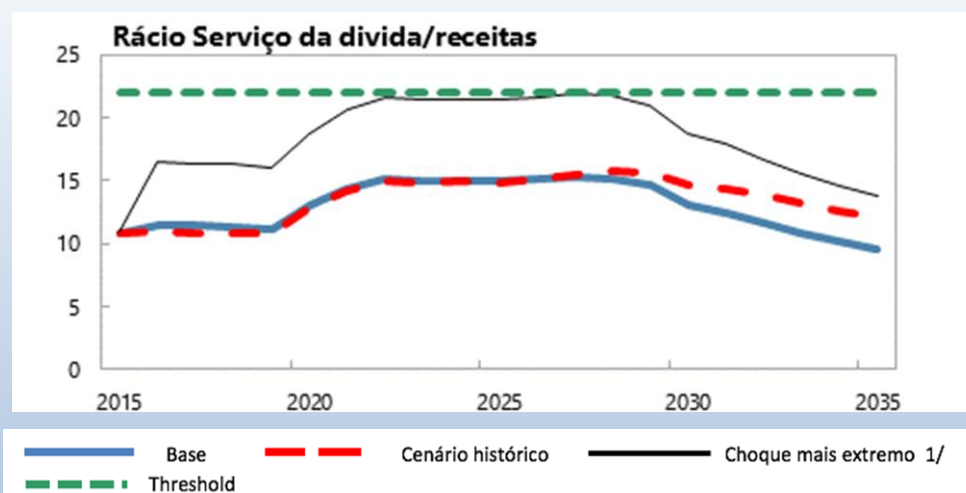
Caixa n.º 4: Sustentabilidade da Dívida

Na sequência de uma política agressiva de endividamento público com recurso ao endividamento externo, o *Stock* da Dívida do Governo Central, em percentagem do PIB, aumentou, desde 2009, cerca de 51,6 p.p. do PIB, prevendo-se que atinja os 121,5% em finais de 2017. Esta situação, de certa forma, contribuiu, não só para a redução do espaço fiscal do Governo para a implementação de políticas, bem como para que o risco da dívida atingisse níveis elevados, no que concerne ao indicador *Present Value of Ratio Debt to GDP*.



O indicador acima referido prende-se com o “conceito de longo prazo”. Contudo importa ter presentes medidas e ações que o Governo pretende levar a cabo, com o fito de repor os parâmetros de sustentabilidade. Medidas essas que passam, não só pela dinamização do sector privado nacional, através da constituição de um fundo de garantia, com o objetivo de mitigar o risco e estimular o crédito à economia, mas também via políticas do lado da procura e aposta na melhoria do ambiente de negócios.

Aliada às medidas acima referidas, almeja-se, no horizonte de 2017-2020, efetuar a consolidação orçamental via redução do peso do programa dos investimentos públicos na economia, compensados com investimento do setor privado nacional e promoção do IDE. Igualmente, pretende-se que todos os investimentos públicos, passem pelo crivo do sistema nacional de investimento, ou seja priorizando investimentos com grandes efeitos multiplicadores na economia.



No decurso da IX Legislatura, o Governo tem como meta imprimir eficiência na máquina administrativa e fiscal, implementar reformas administrativas e tecnológicas, promover as exportações, promover o IDE e outros, visando reforçar a capacidade de arrecadação das receitas.

2.3.6.4. Empréstimos de Retrocessão

387. Os empréstimos de retrocessão enquadram-se na estratégia de implementação de um modelo eficiente de gestão das infraestruturas, de forma a gerar benefícios económicos futuros e externalidades positivas para a economia. Neste contexto, pretende-se retroceder os projetos estruturantes para o Balanço das Empresas Públicas, que são instrumentos de política económica, nas mesmas condições financeiras ora contratadas pelo Governo (Contratos Bilaterais e Multilaterais), passando assim a sua gestão a ser feita numa lógica empresarial. Paralelamente, tendo presente o esgotamento do modelo tradicional de financiamento, tem-se por objetivo priorizar contratos de concessão das infraestruturas, estabelecimento de Parcerias Público Privadas/*Project Finance*, por forma a estimular o sector privado.

388. Tendo em conta o exposto, para o exercício de 2017, os projetos no quadro infra, que totalizam 5.932,9 milhões de CVE. Dos empréstimos retrocedidos em anos anteriores e das retrocessões previstas para o ano, conta-se com uma entrada de

cerca de 500,4 milhões de CVE em receitas, sendo 303,4 milhões de CVE de amortização e 197 milhões de CVE referente aos juros.

Figura 63 Empréstimos de Retrocessão

(CVE)

SPROGRAMA DE INVESTIMENTO - RETROCESSÃO	Financiador	2015	2016	2017
Porto Palmeira	BEI	1 190 862 000,0	1 932 583 047,5	435 891 669,9
Dessalinizadores Sal e S. Vicente	AFD	420 868 514,7	414 165 396,2	1 221 361 575,8
Recuperação e Reforma do Sector de Energia em Cabo Verde	IBRD	520 083 266,0	328 431 710,2	-
Aumento da Capacidade da Central do Sal	AFD	-	430 033 500,0	430 033 500,0
Programa de Habitação Social	CGD	2 295 042 983,2	3 087 420 000,0	2 288 005 143,4
Modernização e extensão do Aeroporto da Praia	BAD	362 848 488,6	512 754 497,0	938 263 491,0
Parque Tecnológico	BAD	5 629 999,7	430 033 500,0	495 916 838,0
Aumento da Capacidade de Produção e Interligação das Redes Eléctricas de S.Antão, S.Nicolau, Fogo e Boa Vista	OFID	502 130 376,1	24 846 330,0	-
Aumento da Capacidade de Produção e Interligação das Redes Eléctricas de S.Antão, S.Nicolau, Fogo e Boa Vista	BIDC	160 686 404,2	92 261 657,5	-
EGOV 2ª Fase	China EXIMBANK	-	-	123 435 000,0
TOTAL		5 458 152 032,4	7 252 529 638,4	5 932 907 218,2

Fonte: Ministério das Finanças

2.3.6.5. Avals e Garantias

389. O Governo de Cabo Verde tem um conjunto de medidas estratégicas que vão desde a concessão de Avals e Garantias à criação de Sociedades de Capital de Risco e de Sociedades de Garantias Mútuas, com o fito de criar condições que facilitem o acesso ao financiamento. A política de Aval e Garantias é regulamentado pelo Decreto-lei n.º 45/96, de 25 de novembro e abrange operações de crédito interno a realizar pelos municípios, serviços personalizados do Estado e Empresas Públicas, podendo, ser estendidos às empresas privadas, quando se trata de empresas de reconhecido interesse nacional.

390. Assim sendo, o stock da dívida garantida pelo Estado, em 31/12/2015, ascendia a cerca de 10.691 milhões de CVE, concentrando-se nas operações contratadas pelas Empresas e Municípios que constam do seguinte quadro (dados efetivos):

Figura 64 Stock Avals e Garantias

Milhões ECV			
Beneficiários	2014	2015	Var %
Águas de Porto Novo	0	0	0
Asa	0	0	0
C. Municipal Porto Novo	72	70	-2,1%
C. Municipal Santa Catarina	99	87	-11,9%
C. Municipal São Vicente	6	0	-100,0%
C. Municipal Paul	107	102	-4,9%
Electra	5.065	5.012	-1,1%
Enapor	327	241	-26,2%
IFH	1.330	2.050	54,1%
C. Municipal São Nicolau	27	21	-23,4%
TACV	867	2.529	191,9%
Novo Banco	343	339	-1,2%
Cabo verde Fast Ferry	349	240	-31,4%
Total	8.591	10.691	24,4%

Fonte: Ministério das Finanças

391. Do total do passivo avalizado, a maior parcela concentra-se nas empresas públicas, destacando-se a Electra, os TACV e a IFH, resultante de empréstimos contratualizados, no âmbito da implementação dos projetos estruturantes para o país, em especial, habitação social, reestruturação dos transportes aéreos, energia, água e saneamento, de entre outros.
392. Estes empréstimos, em caso de incumprimento, poderão contribuir para o agravamento do stock da dívida pública. Contudo, em termos de risco contingente, a empresa que ainda apresenta maior risco é a empresa TACV, e o restante risco é baixo ou moderado.
393. Para o ano de 2016, o Estado estabeleceu no seu Orçamento um limite máximo de concessão de Avals e Garantias no montante de 5.000 milhões de CVE, sendo que, até ao momento, já concedeu um total de 1 417,74 milhões de CVE, dos quais 170 à Águas de Santiago - ADS, 500 à IFH SA e o remanescente de 747,7 milhões aos TACV.
394. No que se refere ao ano de 2017, o limite de avals e garantias, estipulado na Lei de enquadramento orçamental é de 7.000 milhões de CVE, justificado pela

necessidade de facilitar às empresas o acesso ao financiamento, que, por conseguinte, se traduzirão em fatores de crescimento económico.

395. As empresas que, na sua maioria, beneficiam do aval, compreendem o Setor Público Empresarial do Estado (SEE) e são instrumentos de política económica, tendo na sua missão a prestação de serviços públicos aos cidadãos, de forma eficiente, pelo que a otimização dos recursos disponíveis ao setor é imprescindível.
396. Os objetivos estratégicos colocados às empresas do SEE têm estado centrados na melhoria da performance e na redução dos gastos operacionais, de forma a reduzir o peso no orçamento do Estado, o que, por conseguinte, contribuirá para alcançar o objetivo primordial que passa pela contenção dos gastos públicos ou seja a racionalidade económica da despesa.
397. Acresce que, no exercício de 2017, pretende-se que o SEE adote, por um lado, o modelo de gestão, primado pelo princípio de boas práticas, por outro, que assegure uma estratégia de financiamento adequada à estrutura de capital e que minimize o risco de incumprimento e, consequentemente, o risco passivo contingente.
398. O Governo, de forma a mitigar o risco contingente, tem em curso um conjunto de medidas, visando, por um lado, implementar, nas participadas do Estado, princípios de boas práticas de *corporate governance* e, por outro, garantir maior seguimento e monitorização das mesmas.

Figura 65 Avals e Garantias – valores a vencer 2016-2020

(em milhões de CVE)

Entidade Beneficiária	Credor	2016	2017	2018	2019	2020
ELECTRA, SA (Obrigação C, D, E)	BVC	282,1	1 383,9	206,3	206,3	1 368,9
Electra, Sarl	BCN	-	9,3	-	-	-
IFH Obrigação C, E, D, F	BVC	114,9	116,7	283,9	1 242,2	200,4
TACV (obrigações A e B)	BVC	91,9	89,8	107,5	123,4	118,7
TACV (Avals e Garantias)	ELIX	3 283,5	-	-	-	-
Câmara Municipal de Santa Catarina	BCA	-	9,0	-	-	262,2
Câmara Municipal de Porto Novo	BCN	2,1	-	-	-	262,2
Câmara Municipal S Nicolau	BCA	-	-	20,6	-	-
ENAPOR	BIA	117,2	-	-	-	-
CV Fast Ferry	Rabobank	-	-	239,5	-	-
Total		3 891,5	1 608,7	857,8	1 571,8	2 212,5
Total Global						10 142,2

Fonte: Ministério das Finanças

III. MAPAS ORÇAMENTAIS